

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Idelbergue Ferreira Araújo

**A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NA CONSTRUÇÃO DO
PROAMBIENTE.** Uma reflexão a partir do Pólo Transamazônica

Belém
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Idelbergue Ferreira Araújo

**A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NA CONSTRUÇÃO DO
PROAMBIENTE.** Uma reflexão a partir do Pólo Transamazônica

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará
e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre. Área de concentração: Agriculturas
Familiars e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Iran Pereira Veiga Júnior

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central/ UFPA, Belém-Pa

Araújo, Idelbergue Ferreira.

A participação dos agricultores na construção do Proambiente. Uma reflexão a partir do pólo Transamazônica / Idelbergue Ferreira Araújo; orientador, Prof. Dr. Iran Veiga Júnior. – 2007.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2007.

1. Produtividade Agrícola – Aspectos Políticos - Pará. 2. Trabalhadores rurais – Pará. 3. Recursos Agrícolas –Conservação - Pará. I. Título

CDD - 21. ED. 338.188115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Idelbergue Ferreira Araújo

**A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NA CONSTRUÇÃO DO
PROAMBIENTE.** Uma reflexão a partir do Pólo Transamazônica

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará
e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
EMBRAPA Amazônia Oriental, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre. Área de concentração:
Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Defesa: 31/08/ 2007.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr. Iran Pereira Veiga Júnior
CAP/NEAF/UFPA

Prof^o. Dr. Roberto Porro
CIAT - ICRAF/IA

Prof^o. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões
CAP/NEAF/UFPA

Prof^o. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
CAP/NEAF/UFPA (suplente)

Belém
2007

À Aldecir minha mãe, Raimundo Carvalho meu pai, fisicamente não mais presente, e os demais de casa, sem nomeá-los, todos com um papel singular, aos quais externo incondicional gratidão.

AGRADECIMENTOS

Como observa Ilse Scherer-Warren (1996), o trabalho de redação de um texto por natureza, tende a ser uma tarefa bastante solitária, entretanto, no conjunto da obra, a sua produção resulta também de outros esforços que ao do autor se juntam. Sem atribuir-lhes responsabilidades pelas lacunas aqui deixadas e, sem nomear a todos pessoalmente, agradeço aos agricultores que expressaram suas opiniões, imprescindíveis para fundamentar a construção do ponto vista aqui expresso, em particular a João Alfredo, pelo apoio e horas de conversas para ajustes no trabalho de campo.

Ao prof^o. Iran Veiga, pela predisposição de orientar, nem sempre fácil e a fez com sensatez e propriedade.

Aos prof^{os}. Heribert Schmitz e Roberto Porro, pela contribuição ao plano de estudo.

À CAPES e ao Centro Mundial Agroflorestral (ICRAF)/Iniciativa Amazônica (IA) pelo apoio financeiro, fundamental durante o curso.

Ao corpo docente do MAFDS/CAP/UFPA - EMBRAPA Amazônia Oriental, ativos do processo desta etapa de formação, em referência a todos, nomeadamente Socorro Kato.

À Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) pelo acesso ao acervo, pasta Proambiente.

A Edmilso (Bibil) e Charlyngton Silva, pela valiosa colaboração.

Afetuosamente, aos colegas de turma pela compreensão. Com sabedoria e discernimento, compartilhamos momentos que excederam aos limites físicos da sala de aula, obviamente, carregados do dever como se nela estivéssemos: Alex Fernandes, Ana Paula, Denyse Gomes, Mônica Fragoso, Viviam Delfino e Waldiléia Amaral. Nobres companheiros de estrada, que a tantos outros se juntam; muitos, já não sei a destinação que atribuíram as suas vidas.

A todos, reitero absoluto apreço.

“Os dissensos são importantes tanto para reafirmar constantemente seu direito a existência quanto para demonstrar a complexidade do processo de obtenção do consenso, bem como para favorecer a adoção de futuros caminhos alternativos, ou seja, de novos consensos, baseados nos atuais dissensos”.

Daniel Jorge Cano

RESUMO

Nas últimas duas décadas principalmente, as organizações representativas têm conciliado importantes funções no que diz respeito à mediação e, mais recentemente, à elaboração de políticas públicas. Na Amazônia, a construção do Proambiente, apropriado pelo governo federal em 2003, reafirma esta tendência. Entretanto, a construção deste programa pelas organizações representativas dos agricultores da Amazônia e parceiros técnicos, mesmo provocando uma inversão na trajetória de políticas públicas no Brasil, historicamente postas pelo governo à sociedade, ainda não envolveu os agricultores na sua construção. Assim, mesmo emergindo das organizações representativas, o Proambiente enfrenta forte resistência entre a maioria dos agricultores. E a razão aqui defendida é a distância existente entre o que previu o programa e as aspirações dos agricultores. Essa distância é decorrente das visões de mundo existentes entre os agricultores e as lideranças das organizações proponentes deste programa. No grupo São Vicente, em particular, mesmo os agricultores que manifestam afinidade com o Proambiente não possuem uma proximidade consistente no que diz respeito aos seus princípios, mas sim uma apropriação da retórica socioambiental, proposta pelas organizações representativas na Transamazônica.

Palavras chave: Agricultores, organizações representativas, participação, Proambiente, conservação ambiental e produção agropecuária.

ABSTRAC

Smallholder representative organizations in the Transamazon highway have performed critical roles of mediation in the last two decades, and more recently became active in public policymaking. The Proambiente Program, incorporated by the federal government in 2003, reaffirms this trend. However, the construction of the program by Amazonian smallholder representative organizations and their partner technicians while provoking a reversal of public policy processes in Brazil (traditionally a government imposition to society) did not involve the subjects themselves in this process. Emerging from representative organizations, Proambiente faces strong resistance from the majority of the smallholders. The reason argued here for that is the distance between what was foreseen by the program and the aspirations of the smallholders and the leaders of the organizations that proposed the program. In the São Vicente group, particularly, even the producers who reveal affinity with Proambiente do not consistently assimilate its principles. Rather they appropriate the socioambiental rhetoric, advocated by the representative organizations in the Transamazon.

Keywords: Agriculturists, representative organizations, participation, Proambiente, environmental conservation and farming production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA Nº. 1 - MAPA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA	20
FIGURA Nº. 2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PÓLOS PIONEIROS DO PROAMBIENTE NA AMAZÔNIA	28
FIGURA Nº. 3 - ESTRUTURA GERAL DO PROAMBIENTE	52
FIGURA Nº. 4 - ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DO PROAMBIENTE	53
FIGURA Nº. 5 - ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DO PROAMBIENTE PÓLO TRANSAMAZÔNICA	54
FIGURA Nº. 6 - MUNICÍPIOS BASE TERRITORIAL DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA DO PROAMBIENTE	55
FIGURA Nº. 7 - DISTRIBUIÇÃO APROXIMADA DOS GRUPOS DO PROAMBIENTE NO MUNICÍPIO DE PACAJÁ	58
FIGURA Nº. 8 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL APROXIMADA DOS ENTREVISTADOS	62

LISTA DE TABELAS

QUADRO Nº. 1 - LISTA DE ENTREVISTADOS E CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO	61
QUADRO Nº. 2 - CATEGORIAS DE AGRICULTORES SEGUNDO A APROXIMAÇÃO COM O STR DE PACAJÁ	64
QUADRO Nº. 3 - DESCRIÇÃO CONOLÓGICA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROAMBIENTE	80
QUADRO Nº. 4 - DESCRIÇÃO CRONOLÓGICA DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA	104

LISTA DE SIGLAS

AC – Acordos Comunitário

APP – Área de Preservação Permanente

ARL – Área de Reserva Legal

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CFR - Casa Familiar Rural

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CONGEN - Conselho Gestor Nacional

CONGES - Conselho Gestor Estadual

CONGEP - Conselho Gestor do Pólo

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CSLU - Corrente Sindical Lavradores Unidos

CSP – Conselho Sindical e Político

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EUA – Estados Unidos da América

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FETAGs da Amazônia - Federações dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia Brasileira

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

FNO - Especial - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GT – Grupo de Trabalho

GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA – Instituto Socioambiental
LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDTX - Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MIN - Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MPST - Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONU - Organização das Nações Unidas
PAET - Programa Agro-Ecológico da Transamazônica
PD - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo
PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos tipo A
PGDRT - Projeto Global para o Desenvolvimento Regional da Transamazônica
PNPSA - Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais
PPA - Plano PluriAnual
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROAMBIENTE – Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
PU - Plano de Utilização
SDS - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAFs - Sistemas Agroflorestais
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRP – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajá
UPF - Unidade de Produção Familiar
UFPA - Universidade Federal do Pará

USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	30
1.1 – O CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO.....	30
1.2 - MOVIMENTOS SOCIAIS E MEDIAÇÃO	36
1.3 - UMA NOVA MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA	46
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS, MATERIAIS E MÉTODO	56
2.1 – OBJETIVO GERAL.....	56
2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS	56
2.3 – IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA	57
2.4 – METODOLOGIA.....	59
2.5 – REFLEXÃO SOBRE A POSIÇÃO DO PESQUISADOR EM RELAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO	65
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROAMBIENTE	68
3.1 - ETAPAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROAMBIENTE.....	68
3.2 - MOMENTOS IMPORTANTES DESTE PROCESSO	70
CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA DO PROAMBIENTE	82
4.1 - A DEFINIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA	83
4.2 - O CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS	84
4.3 - A ASSEMBLÉIA DOS 500.....	87
4.4 - CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO (DRP) E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PD) DO PÓLO.....	89
4.5 - FORMAÇÃO DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E ESCOLHA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	90
4.6 - A CONSTRUÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS E PLANOS DE USO (PUs) DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO	96
CAPÍTULO 5 – ENTRE O CONTEXTO SOCIO-ECONÔMICO E O DISCURSO SOCIOAMBIENTAL	102
5.1 – O CONHECIMENTO DO PROAMBIENTE.....	102

5.2 – AS REAÇÕES EM TORNO DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE USO DA TERRA PROPOSTA PELO PROAMBIENTE	106
5.3 – COMO CONCILIAR PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?	113
5.4 - IDENTIFICAÇÃO E APROXIMAÇÃO COM O PROAMBIENTE	117
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXO	142

INTRODUÇÃO

A construção do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) pelas organizações representativas dos agricultores familiares da Amazônia constitui um fato importante na história recente do país. De antemão, dois aspectos relevantes deste acontecimento demarcam o início de um momento singular no que se refere à proposição de políticas públicas no Brasil, em particular, voltada para a produção agropecuária e extrativista familiar amazônica.

Um destes aspectos diz respeito à afirmação da posição assumida por estas organizações representativas, que, além de intermediadoras, se constituíram como importantes propositoras de intervenções dirigidas para a produção familiar. Entre outros fatos, isto decorre da capacidade de interlocução que foram capazes de estabelecer com o poder público nas últimas duas décadas principalmente. O outro aspecto trata-se de uma nova matriz de políticas públicas dirigida para a agricultura familiar da Amazônia, que, de maneira ampla, propõe uma profunda revisão na dinâmica da produção agropecuária e extrativista, mas, fundamentalmente, uma nova postura ao modo de pensar e agir na relação destas atividades e o meio natural, ainda não objetivado, ao menos no plano teórico, pelas intervenções de desenvolvimento que o antecederam.

Trata-se de um momento diferenciado na trajetória das políticas para o meio rural no Brasil porque a proposição do Proambiente não substituiu, porém concretamente constituiu-se em uma contraproposta ao modelo de orientação da matriz oficial, posta como base de todas as políticas de desenvolvimento para o meio rural, cujo grau de satisfação alcançado por estas intervenções é diverso e nem sempre positivo do ponto de vista econômico, e menos ainda se considerado a dimensão ambiental.

Tal proposta de revisão da matriz de políticas de desenvolvimento rural, pode se atribuir como produto de um conhecimento construído pelas próprias organizações representativas dos agricultores da Amazônia ao longo dos últimos anos, combinado à própria habilidade de articulação para com diversos setores do meio científico e técnico, inclusive com instâncias decisórias dos governos nas distintas esferas da administração pública, sobretudo, do âmbito federal, tendo em vista a aproximação ocorrida nesta década entre estes dois segmentos.

Na Transamazônica, o movimento de oposição sindical apoiado pelo serviço pastoral da Igreja Católica, mais precisamente pela Diocese de Santarém e a Prelazia do Xingu, constituiu-se na mais importante convergência para a criação do denominado Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) em 1987, que, a partir de então, passou a ser o principal meio de expressão de sociedade civil no âmbito regional, no que diz respeito às reivindicações por melhorias nas diversas áreas. Primeiramente para viabilizar o projeto de colonização da Transamazônica, que em meados da década de 1980 atingiu um nível crítico generalizado de estagnação de infra-estrutura e serviços públicos essenciais, provocado pela ausência das instituições de governo responsáveis e, posteriormente, com ênfase para o desenvolvimento regional. A mais importante característica inicial deste movimento foi a de aglutinar forças dos diversos segmentos da região atingidos pelos mesmos problemas, em torno de pautas de reivindicações unificadas.

Amenizada as questões de ordem econômica e social que impulsionaram a criação do MPST, caracterizada como um período de lutas para a sobrevivência na Transamazônica, a partir da década de 1990 partindo do entendimento na necessidade de se planejar um novo rumo para a região, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) em substituição a sigla anterior se lançou em projetos mais ambiciosos, como a construção de uma proposta de desenvolvimento regional com base no fortalecimento da produção agropecuária familiar desta região, em contraponto a orientação de desenvolvimento oficial construída durante o período militar, fundamentada na implementação dos denominados grandes projetos, em áreas estratégicas para o governo e de interesse do capital privado, como agropecuário, siderúrgico, mineral, madeireiro, entre outros da mesma magnitude e concepção.

Assim, a opção por um modelo de desenvolvimento econômico e social regional articulado com a conservação ambiental, demarcou o início de uma nova tendência na trajetória do MDTX e ao mesmo tempo, o desencadeamento de uma série de razões para o estabelecimento de tensões com setores influentes da região como o empresarial, e políticos ligados a frações conservadoras da política nacional que, em momentos anteriores, participaram de algumas ações conjuntas com este Movimento. O estranhamento ideológico foi intensificado após a retomada dos debates acerca do complexo Hidrelétrico Belo Monte, quando então o MDTX posicionou-se como um dos principais críticos deste empreendimento. Tal cenário consumou na Transamazônica duas linhas de pensamento para o desenvolvimento regional, tendo a temática ambiental como força antagônica destes discursos.

Progressivamente este movimento se articulou e, a partir da criação da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) em 1992 como seu interlocutor político formal, consolidou-se na Transamazônica como uma expressiva e influente força política regional. Sua projeção foi ampliada nos últimos anos principalmente, por meio de interlocuções privilegiadas estabelecida entre a FVPP e outras instituições de expressão estadual e nacional, além de setores importantes do governo federal, com os quais construiu importantes diálogos e firmou diversos projetos de cooperação, que, entre outras coisas, fortaleceu a sua opção por uma nova orientação para o desenvolvimento regional, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental e social. Segundo Santille (2005, p. 46), a articulação destes três componentes configura a base do novo paradigma de desenvolvimento, identificado como socioambiental.

O MDTX, do qual também faz parte a Fetagri-Regional Transamazônica e Xingu, articuladora dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), tem a sua base formada por um conjunto de organizações (STRs, associações, cooperativas e outras formas associativas: movimentos de mulheres, de jovens) representativas, vinculadas à agricultura familiar, situadas em 9¹ municípios do trecho da Transamazônica entre Pacajá e Itaituba, 3² no Baixo Xingu e 3³ na BR 163.

Entre estas organizações que compõem o denominado MDTX, os STRs são os atores mais influentes, cujo conjunto passará a ser identificado no decorrer deste texto como organizações representativas dos agricultores da Transamazônica. O mesmo recorte geográfico que delimita a área de abrangência do MDTX mencionado anteriormente, corresponde à denominação região Transamazônica a que se reporta este estudo, subentendido inclusive, os municípios integrantes deste bloco, não situados propriamente no eixo da Rodovia Transamazônica (figura nº. 1, p. 20).

¹ Os municípios são: Pacajá, Anapu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis e Itaituba.

² Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Porto de Móz.

³ Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso.

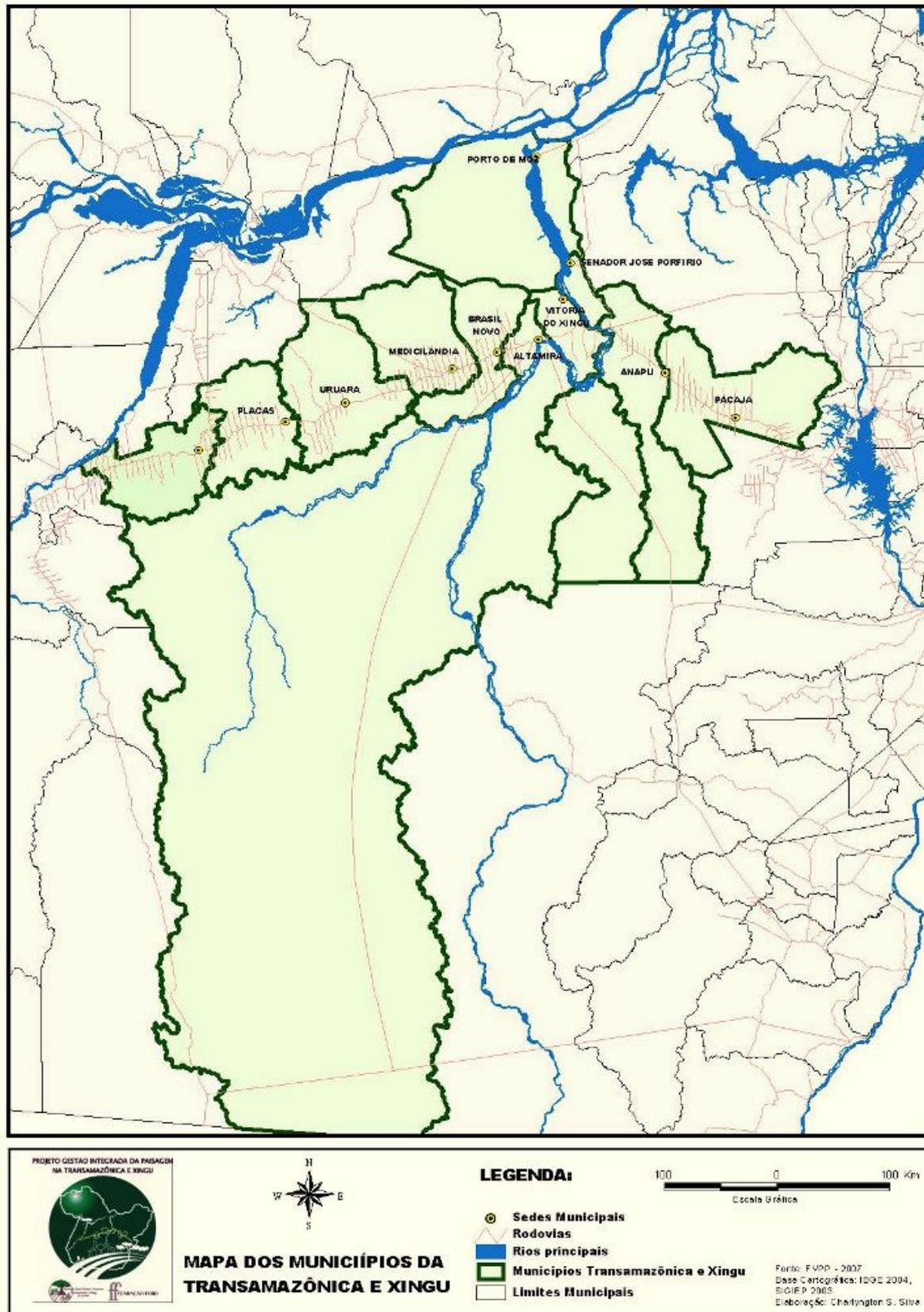


Figura nº. 1 – Mapa região da Transamazônica
Fonte: FVPP (2007).

Determinadas a liderar a interlocução com o poder público, almejando solução para os inúmeros e graves problemas vivenciados pela população desta região, as organizações representativas dos agricultores da Transamazônica, representadas inicialmente pelo MPST, posteriormente pelo MDTX e, mais recentemente, com este papel assumido pela FVPP, foram protagonistas de um novo ciclo no contexto histórico da Transamazônica. Embora sem a mesma dimensão, este processo teve início anteriormente a oficialização deste Movimento.

A partir do fim dos anos 1980 principalmente, estas organizações estabeleceram importantes frentes de diálogos sobre os rumos da região, envolvendo o poder público e a sociedade civil. Nesta perspectiva estabeleceram parcerias e cooperações com centros de pesquisa para a realização de estudos sobre demandas e viabilidades da região, além de gerir diversos projetos pilotos alternativos para a produção agropecuária e manejo dos recursos naturais, inclusive para formação de habilidades técnicas condizentes ao modelo de desenvolvimento defendido. Entre os meios empregados para a formação formal, o mais importante são as Casas Familiares Rurais (CFRs), com base na Pedagogia da Alternância⁴, priorizada para jovens filhos de agricultores.

Desde então, a melhoria das condições para a produção agropecuária familiar regional, por meio de incentivos técnico, financeiro e infra-estrutura, foi fortemente incorporada às agendas destas organizações, tanto no plano reivindicativo quanto propositivo. Estiveram presentes em diversos movimentos sociais de importância estadual, coordenados pela Federação dos Agricultores da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), e nacional sob a articulação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que, entre outras reivindicações, destacou-se o fortalecimento da produção familiar. Os denominados “Gritos da terra⁵” realizados anualmente, se constituíram na mais importante forma de mobilização social destas organizações representativas a partir da década de 1990.

⁴ “[...] A Pedagogia da alternância se caracteriza por alternar a formação do aluno entre momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar/comunitário. A proposta é desenvolver um processo de ensino - aprendizagem contínua em que o aluno percorre o trajeto propriedade – escola – propriedade” (ARCAFAR - PA., s. d.).

⁵ O “Grito da terra” que foi originado no Estado do Pará, e é caracterizado por Medeiros (1999 *apud* DIAS, 2006, p. 35) “como um momento importante de apresentação e negociação de demandas como o Estado”. Antes de adquirir expressão nacional sob a denominação de “Grito da Terra Brasil”, os “gritos” inicialmente foram denominados de “Gritos dos excluídos” e posteriormente “Grito da Amazônia” *ibid.*

Para as lideranças⁶ destas organizações representativas, além de investir em apoio técnico e financeiramente, era necessário inverter a lógica da orientação adotada para a produção agropecuária familiar praticada nesta região. Tal entendimento consistia em uma mudança da orientação produtiva agropecuária em curso, condicionada aos denominados projetos fechados, elaborados com base no que se convencionou chamar de pacotes tecnológicos, transportados de regiões com realidades totalmente adversas da amazônica.

Entre as principais características desta orientação produtiva, destacam-se a padronização dos projetos técnico-agropecuário e incentivo ao monocultivo, quando muito, como foi o caso dos projetos financiados pelo FNO-Especial, orientou a implantação de cultivos consorciados, combinando duas ou três culturas apenas. Quando entre as lideranças das organizações representativas da Transamazônica, o debate ampliava-se para a dimensão da implantação de sistemas de produção agropecuária diversificados, inclusive com os denominados Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Defrontadas com os limites postos pelo FNO-Especial para viabilizar o desenvolvimento regional, as lideranças destas organizações passaram a planejar mudanças qualitativas, com o objetivo de viabilizar o fortalecimento da produção familiar regional. Para estas lideranças, tornava-se cada vez mais consistente a convicção de que a construção de uma proposta de revisão da orientação produtiva e do serviço de ATER no formato que idealizavam, articulada a uma nova concepção de desenvolvimento, dificilmente derivaria da matriz oficial, já que a este respeito se quer havia ensaios.

Com a perspectiva de formar conhecimentos práticos essenciais para projetar uma revisão da matriz, base da orientação produtiva agropecuária familiar regional, a implementação de diversos projetos-pilotos foram os principais meios para estas organizações representativas formarem um conjunto de saberes e fundamentar um debate de revisão acerca da orientação produtiva familiar regional e do próprio desenvolvimento regional.

Os denominados Projetos Demonstrativos (PD/A), apoiados pelo fundo do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e administrados no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), viabilizaram financeiramente diversas destas iniciativas em toda a Amazônia, que, no decorrer da década de 1990, principalmente, se constituíram no mais importante campo de experiência para as organizações representativas,

⁶ Este termo é empregado em referência as pessoas que se constituíram como referências das organizações representativas dos agricultores familiares, ocupantes ou não de cargos nas diretorias das mesmas.

no que diz respeito a práticas alternativas de produção agropecuária e extrativista, assim como para o manejo dos recursos naturais.

Um diferencial destas experiências foi o de que, ao invés dos tradicionais campos experimentais mantidos e controlados sob condições especiais, estes projetos foram desenvolvidos nas próprias unidades de produção familiares, segundo as condições e interferências do próprio meio natural e, portanto, com maior possibilidade de serem incorporadas a outras unidades de produção familiares, sem a exigência de maiores adaptações como normalmente requer as experiências testadas sob condições especiais.

Entre as experiências-piloto realizadas na Transamazônica, o denominado Projeto Roça sem Queimar configurou-se como o ponto de partida para uma nova proposta de intervenção de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar amazônica. Para as lideranças das organizações representativas desta região, este projeto esboçou em linhas gerais este plano. Nesta concepção cabia trabalhá-lo numa dimensão mais ampla, já que o Projeto Roça Sem Queimar reuniu elementos essenciais para o estabelecimento de um processo de revisão da relação produção agropecuária e conservação ambiental, serviço da ATER, bem como para a forma da elaboração e execução dos projetos técnico-agropecuários.

Além dos saberes acumulados pelas organizações representativas a partir dos projetos -pilotos em que o MMA atuou como o mais importante agente financiador, a pesquisa sobre a implantação do FNO na produção familiar rural no Estado do Pará⁷ constituiu-se em outro elemento importante para revisão da matriz das políticas, dirigida ao fortalecimento do desenvolvimento amazônico, com base no fortalecimento da produção familiar.

Esta pesquisa não só tornou mais conciso, como também ampliou o debate já em andamento liderado pela FETAGRI, quanto à necessidade de revisão das políticas encarregadas pelo financiamento das estratégias de desenvolvimento, principalmente em se tratando de uma concepção com base nos princípios do desenvolvimento socioambiental.

Neste sentido, a efetivação de uma nova orientação para o fortalecimento da agricultura familiar da Amazônia, pactuado pelas organizações representativas dos agricultores e setores no âmbito da pesquisa, incidiu em mudanças qualitativas nas políticas

⁷ Proposta pela FETAGRI e realizada pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA)/Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Instituto do Homem e do Meio Ambiente (IMAZON), organizada por Tura e Costa (2000).

de intervenção para o meio rural, cujo entendimento apoiou-se na articulação dos saberes construído pelas organizações representativas, setores da pesquisa e extensão, de modo a estabelecer algumas condições para o início de um processo de “[...] ruptura de uma concepção fragmentada para uma perspectiva holística socioambiental” (TURA e MATTOS, 2002, não paginado).

Desta forma, a construção do Proambiente pelas organizações representativas dos agricultores da Amazônia e parceiros técnicos liderado pela FETAGRI-Pará, propôs uma mudança da orientação produtiva em andamento na Amazônia, no que se refere às formas de produção agropecuária e extrativista, bem como para a gestão e uso dos recursos naturais.

Enquanto intervenção de desenvolvimento, pode-se atribuir ao Proambiente um caráter inovador porque, de fato, propôs uma revisão da orientação produtiva familiar da Amazônia. Como intervenção de desenvolvimento, uma das características que lhe é peculiar consiste na articulação de componentes que visam equilibrar as questões de caráter socioeconômico, ambiental, gestão das políticas públicas e do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Mattos e Pereira (2003, p. 15) ressaltam que o Proambiente possui um caráter de pluralidade porque contempla itens que objetivam, entre outras coisas, descentralizar as tomadas de decisão no âmbito regional por meio da sua gestão com base nos conselhos setoriais, fortalecer as organizações representativas dos agricultores familiares, e financiamento da produção sob um novo conceito de crédito com perfil de valorização ambiental. A previsão de compensação pelos serviços ambientais prestados constitui o mais importante diferencial desta política pública.

Do ponto de vista da sua constituição, é compreensível dizer que o Proambiente advém de um processo porque foram anos em que as organizações representativas dos agricultores familiares da Amazônia, inclusive pela ineficiência demonstrada pelas instituições oficiais encarregadas pela pesquisa e ATER na produção familiar, lançaram-se no campo da construção de novos conhecimentos por meio da implementação de experiências alternativas, muitas delas apoiadas financeiramente pelo próprio Estado brasileiro por intermédio do MMA, além das diversas cooperações firmadas com instituições não governamentais de outros países.

Todavia, referindo-se especificamente aos agricultores familiares da Transamazônica, o debate acerca da produção agropecuária articulada à conservação ambiental tem gerado tensões ideológicas desde a implantação dos denominados projetos-piloto. Entretanto, por envolver um público menor e próximo das próprias organizações representativas responsáveis por essas iniciativas, estas tensões não alcançaram a dimensão adquirida após a divulgação do Proambiente em 2002. Isto se deve ao fato de que, além de envolver novos públicos, o Proambiente propôs alterações profundas na dinâmica do uso da terra e das práticas de manejo estabelecidas entre estes agricultores.

Não obstante, os denominados projetos-piloto notadamente foram implantados em áreas reduzidas em um determinado espaço físico do estabelecimento agrícola e principalmente, sem o comprometimento da base geradora dos produtos agropecuários demandados pela família. Ao contrário disto, o Proambiente propôs envolver toda a área da unidade de produção, assim como a dinâmica já estabelecida de geração de produtos destinados tanto ao consumo familiar, quanto para a geração de dividendos financeiros responsáveis pela composição da economia da família.

Entre as questões frequentemente recorrentes pelos agricultores de resistência para a não adesão as mudanças apresentadas pelo Proambiente, a redução progressiva do fogo até alcançar a sua eliminação é, sem dúvida, o campo de maior tensão, justamente por alterar drasticamente uma dinâmica já estabelecida. De maneira geral, o Proambiente altera sobremaneira um conjunto de práticas e lógicas, historicamente empregadas pelos agricultores nas diversas atividades da produção agropecuária. Além destas questões, o tempo de transição de 3 anos, como previu o programa, torna impraticável pensar em uma ruptura desta natureza em espaços de tempo tão reduzidos.

A estas questões, remontam-se outras como o cumprimento de normas como a redução do desmatamento, manutenção e/ou recuperação das matas ciliares, preservação e/ou recomposição de Áreas de Preservação Permanentes (APP), Áreas de Reserva Legal (ARL) e outras recomendações, inclusive como condicionantes para garantir a remuneração pelos serviços ambientais, entre outras obrigações que, no geral, constituem um quadro que, embora muitos dos seus elementos sejam leis anteriormente constituídas, a rigor não há o seu cumprimento. Assim, o Proambiente altera sobremaneira uma dinâmica arraigada e em pleno andamento, amplamente empregada por agricultores familiares e pecuaristas de vasta

produção, bem como por outras categorias que se utilizam dos mesmos meios e recursos, com as mesmas finalidades ou afins.

Por outro lado, as condições e os meios apresentados para o cumprimento destas proposições geram discórdias e posições contrárias entre os agricultores, e não apenas, mas também no meio técnico, sobretudo entre aqueles vinculados as instituições oficiais de ATER, entre outras instituições ou indivíduos ligados a produção agropecuária e extrativista.

Como por exemplo, à adesão da alternativa ao uso do fogo por meio da técnica roça sem queimar, o desempenho agrônômico das culturas nestes solos, sobretudo em se tratando das culturas de lavoura branca principalmente para o cultivo de arroz, e a redução do desmatamento, são alguns dos principais pontos conflitantes presentes neste debate.

Embora as organizações representativas da Transamazônica desfrutem de uma considerável trajetória no que diz respeito a iniciativas alternativas relacionadas à produção agropecuária e manejo dos recursos naturais, é notório a este mesmo respeito, a existência de um passivo considerável entre os agricultores desta região, provocado principalmente pela ausência dos agricultores nestes experimentos realizados nos últimos anos.

Além disso, a apropriação do Proambiente pelo governo, ao mesmo tempo em que representa um marco na trajetória das políticas de intervenção para o meio rural e ainda para a própria relação setor público e sociedade civil, revela também que esta mesma relação não evoluiu no mesmo ritmo e na mesma proporção no interior das organizações representativas, isto é, entre as lideranças e a base.

Neste contexto, no momento que estas organizações representativas se lançam à construção de uma política pública, ao mesmo tempo em que podem estabelecer um processo de interação direta com a sua base, podem também se propor a responder as demandas dos seus representados a partir da interpretação de cenários. Entretanto, um risco desta dinâmica é o de que, quando as visões de mundo, inclusive de interesses entre organizações representativas e sua base é muito díspar e, as lideranças atribuem para si o papel de construir propostas de desenvolvimento, nem sempre estas respostas vão ao encontro das aspirações dos seus representados.

Obviamente que uma política pública nunca vai adquirir unanimidade entre aqueles para os quais é dirigida, principalmente em se tratando de uma proposta que reúne elementos

tão polêmicos e complexos como os que fundamentam os princípios do Proambiente. Contudo, presume-se que as tensões e resistências para a adesão a uma política pública construída pelas organizações representativas como o Proambiente é menor, se relacionada as intervenções postas pelo próprio governo, sem nenhum debate estabelecido com o público para a qual é dirigida.

Mesmo considerando que “o exercício de mediação pode também ser compreendido a partir de um conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades sociais” como salienta Neves (1998, p. 9), a proposição de uma política pública pelas organizações representativas, demanda aprofundamento, no sentido de compreender de que maneira estas organizações têm reagido e administrado as distintas funções adquiridas nas últimas décadas, no que diz respeito à interação com a sua própria base, por ocasião da identificação de demandas e construção de uma proposta de desenvolvimento.

Neste sentido, o interesse deste estudo consiste em compreender até que ponto uma política pública emergida das organizações representativas, se articula as aspirações da sua base.

Especificamente relacionada à política pública Proambiente, esta linha de reflexão recai sobre uma análise num esforço para compreender até que ponto o programa se articula as aspirações dos agricultores, e como estes reagem diante das mudanças apresentadas, tendo em vista que o Proambiente trata-se de uma iniciativa emergida das organizações representativas da própria região amazônica, além de que, segundo Mattos e Pereira (2003, não paginado), é “fruto de discussão da sociedade civil organizada para a promoção do desenvolvimento rural sustentável da Amazônia”.

Mesmo porque o conjunto de elementos que concebem ao programa uma condição singular como política pública, e o próprio fato de ter emergido das organizações que por excelência representam os agricultores familiares, não necessariamente significa dizer de antemão que tal proposição representa as verdadeiras aspirações dos agricultores familiares da Amazônia e em particular da Transamazônica.

Assim, este estudo se propõe a uma análise focada no processo de construção da política pública Proambiente e na implementação do Pólo Transamazônica deste programa, bem como as percepções dos agricultores sobre este programa, a partir de um recorte espacial

geográfico para o pólo Transamazônica, em um universo de 11 pólos pioneiros do programa, distribuídos em todos os Estados da Amazônia brasileira, conforme ilustração disposta na figura abaixo.

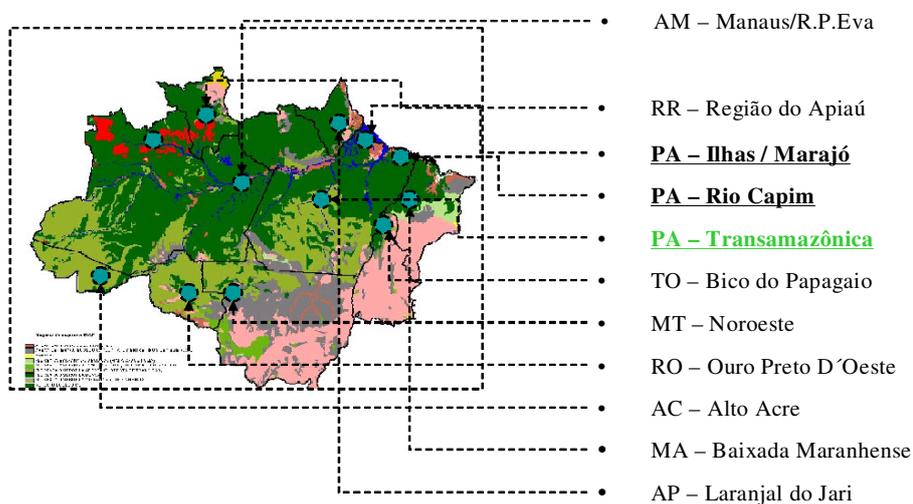


Figura nº. 2 – Distribuição espacial dos pólos pioneiros do Proambiente na Amazônia

Fonte: Gerência do Proambiente

O propósito de realizar este estudo preliminarmente se deu por ocasião de uma inserção no pólo Transamazônica. No decorrer de um período de aproximadamente dois anos como membro da equipe técnica anteriormente ao início do curso de mestrado, questões como as que fundamentam esta pesquisa foram frequentemente expostas pelos agricultores, e desde então, surgiu o interesse por um estudo nesta dimensão, embora, naturalmente exposto para possíveis limites para desenvolvê-lo, em função deste mesmo envolvimento.

Todavia, este estudo possui um diferencial em relação a muitos escritos que abordam a temática Proambiente porque, ao contrário da maioria que quase sempre privilegiam a visão dos seus propositores, a reflexão aqui desenvolvida tem por base a compreensão que os próprios agricultores familiares possuem em relação ao programa.

Parte-se do pressuposto de que são os atores para os quais esta política é dirigida, os maiores interessados em intervenções que criem um campo próspero para a vida no campo e, portanto, a eles recaem as alterações no campo prático, postas pelo programa, interferindo substancialmente na dinâmica dos saberes estabelecidos e presentes no cotidiano das famílias.

As questões que fundamentam o estudo são abordadas a partir de duas dimensões. Em uma, a abordagem enfoca o envolvimento, isto é, concretamente o tipo de participação exercida pelos agricultores familiares do pólo Transamazônica no processo de construção da proposta Proambiente e, no decorrer da implementação deste pólo, tendo como referência para análise a linha de discurso que considera a participação como contraponto ao caráter imperativo nas relações de tomadas de decisão.

Na outra dimensão, a reflexão concentra-se preferencialmente nas percepções dos agricultores sobre o Proambiente e da relação produção agropecuária e conservação ambiental, analisada com base no confronto de uma diversidade de opiniões reunidas em um público diverso, envolvendo agricultores atualmente cadastrados, desistentes e não cadastrados ao Proambiente, do grupo comunitário São Vicente, pólo Transamazônica.

O texto consta de cinco capítulos dispostos nesta ordem: o capítulo 1 compreende uma revisão de literatura, tendo como base uma breve contextualização sobre participação, movimentos sociais, mediação, e a construção de uma nova matriz de políticas de desenvolvimento dirigida para a agricultura familiar da Amazônia; o capítulo 2 consta dos objetivos, dos materiais e métodos desta pesquisa; o capítulo 3 versa sobre o processo de construção da política pública Proambiente; seguido do capítulo 4 que trata da implementação do Pólo pioneiro Transamazônica do Proambiente; por fim, o capítulo 5 traz uma análise a respeito da relação produção agropecuária e conservação ambiental, a partir da percepção dos agricultores do pólo mencionado.

CAPÍTULO 1 – PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

1.1 – O CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO

Desde que começou a ser discutida na América Latina, a expressão “participação” na área das ciências sociais, como enfatiza Gohn (1997, p. 264), foi abordada como noção, conceito ou categoria. Isto, segundo a autora, devido a uma formulação clássica da ação social tanto na vertente Weberiana quanto na Parsoniana, cujas vertentes foram tratadas com maior importância por pesquisadores latinos até a década de 1960. A partir do início da década de 1970, principalmente em decorrência dos regimes político-militares vigentes em diversos países latinos, “[...] participação voltou a ser utilizada no sentido de participação da sociedade civil” (*ibid*, 1997, p. 264).

Segundo Gohn (1997, p. 264), autores como Gramsci e outros teóricos da ciência política, ou a ela articulados, como Tocquenville, Verba e outros, foram os maiores influentes na fundamentação do sentido atribuído à participação. Bordenave (1987), Ammann (1980 e 1991), Gohn (1982 e 1984), entre outros autores desta linha, realizaram os principais trabalhos destacando a categoria participação como contraponto a centralização de poder.

Assim, participação passou a ser um dos principais termos articuladores no repertório dos movimentos sociais, de modo que “[...] tornou-se um jargão popular, foi apropriado por discursos políticos conservadores e tornou-se referência obrigatória em todo plano, projeto ou política governamental, como sinônimo de descentralização – em oposição à centralização dos regimes militares” (*ibid*, 1997, p. 264).

Nos anos que sucederam o fim do regime militar, progressivamente expressões como “participar” e “participação” tornaram-se cada vez mais presentes no discurso cotidiano entre os diversos segmentos da sociedade. Constantemente, há um chamamento às pessoas, instituições públicas e privadas a participarem de alguma coisa. A exemplo, Albaladejo (2000, p. 185) destaca que ultimamente a expressão “participação”, associada aos termos “gênero” e “sustentável”, têm sido palavras-chave dos editais de órgãos internacionais para o apoio de pesquisas que visam produzir inovações para o desenvolvimento no meio rural. No Brasil, especificamente relacionado ao campo, Gomes e Vilela (2004, p. 230) ressaltam que é cada

vez maior a frequência das chamadas focalizando a necessidade de envolvimento dos agricultores nas ações a eles dirigidas.

Neste sentido, Veiga (2003, p. 127) observa que “[...] a participação dos agricultores torna-se quase normativa, sua menção obrigatória em projetos de pesquisa e de desenvolvimento”. De acordo com o autor, as diversas questões parecem adquirir um caráter participativo simplesmente por se acrescentar ao título de um determinado evento o adjetivo participativo.

Em momentos anteriores da história nacional, falar em participação configurava um enfrentamento ideológico de forças antagônicas entre detentores de poder e aqueles desabonados de tal prerrogativa. Na atualidade, ao menos no plano discursivo, este debate satisfaz os dois lados. De maneira geral, sem maiores divergências como retórica.

Unilateralmente como força de expressão legitimadora, o discurso sobre participação agrega as diversas forças políticas e/ou ideológicas, principalmente porque nesta óptica como observa Bordenave (1995, p. 12), a participação oferece vantagens a todos. No plano prático, a participação pode ser empregada tanto como esforço de um processo continuado de formação crítica como base para a participação no sentido de liberação e igualdade, como também estrategicamente para o exercício de cooptação de interesses. Em último caso, como observa Demo (1989, p. 20), em “[...] expediente para camuflar alguma forma de repressão”.

Numa orientação clássica, o discurso sobre participação adquire um grau de satisfação importante quando, por exemplo, os diversos estratos da população passaram a exercer o direito do voto, embora ausentes dos debates que definem os rumos a serem decididos pelos eleitos e que interferem na vida de todos. Numa visão construtivista, o mesmo debate objetiva mobilizar outros elementos que buscam contrapor os argumentos anteriores. Nesta orientação, a participação “[...] não acontece apenas quando o indivíduo exerce sua capacidade eleitoral passiva ou ativa” (SÉGUIN, 2002, p. 19), mas quando participa concretamente das decisões que o afeta.

A participação para além da representativa requer a articulação de meios que permitam o envolvimento dos diversos interessados nas tomadas de decisões. Nesta ordem, a participação passa a ser compreendida na dimensão como propõe o Banco Mundial (World Bank, 1996, p. 3-4, *apud* SCHMITZ, 2001, p. 86), em que participar trata-se de um “[...]”

processo no qual os envolvidos influenciam e compartilham o controle sobre iniciativas de desenvolvimento e as decisões e os recursos que os afetam”.

Possivelmente por isso, a participação no campo prático não possui o mesmo consenso como se percebe no campo retórico, justamente por ela, quando empregada como contraponto nas relações de dominação, interfere sobremaneira nas estruturas e hierarquias de poder. Trata-se de uma ruptura que não interessa a todos e, sobretudo, tomadores de decisões que não abrem mão desta premissa, e atribuem a si ou a um grupo privilegiado o papel de tomar as decisões consideradas mais convenientes para satisfazer as aspirações de outrem.

A participação como instrumento de transformação pode viabilizar a formação de um “[...] capital social tanto em sociedades pobres (BAAS, 1998), como em sociedades ricas” (USAID, 1997, *apud* BROSE, 2001, p. 14). Porém mobilizá-la nesta dimensão é sempre uma tarefa árdua, tanto do ponto de vista técnico, porque exige qualificação para os que a desenvolvem, quanto pelo tempo demandado, por se tratar de uma construção negociada em meio à disputa de interesses, mesmo quando realizada entre pessoas, grupos ou instituições com afinidades políticas, interesses e projetos aparentemente comuns.

De todo modo, “[...] a participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los” (BORDENAVE, 1982 *apud* DIAS, 2006, p. 53). Assim, mesmo nos eventos e/ou processos intitulados participativos, a participação necessariamente não deve ser sacralizada ao ponto de ser compreendida como solução para todos os problemas que, por si mesma, cria condições para que todos os envolvidos possam tomar parte das decisões.

A consciência crítica e autocrítica da tendência impositiva deve ser uma característica primordial entre os que desenvolvem processos participativos. Aliás, como adverte Demo (1986, p. 20), não há educação ou iniciativas de caráter participativo que de alguma forma não imponham alguma coisa. Entretanto, conforme o autor, a questão não se restringe apenas ao fato de impor pura e simplesmente, mas impor menos, e isso significa assumir a tendência impositiva e, a partir daí, tratar de abrir espaços crescentes e nunca terminados de participação.

Quando estas condições são desconsideradas, os processos intitulados participativos podem ser muitos mais propícios à formação de uma “[...] atmosfera mais favorável a exercer mais manipulação e retenção das forças transformadoras da sociedade do que, de fato, a

promoção da inclusão dos ‘beneficiários’ na definição concreta das políticas e ações ditas a seu favor” (GOMES e VILELA, 2004, p. 229).

Possivelmente um entre os principais problemas que envolvem a tão propagada participação é que ela passa a ser reproduzida de maneira que muitas vezes nem mesmo os que se propõem desenvolvê-la, possuem o domínio e a clareza necessária quanto às possibilidades e aos limites que no decorrer do processo ela pode condicionar.

Desta forma, mesmo a melhor intenção participativa passa a ser tratada como uma mera metodologia manipulada por meio de técnicas preestabelecidas, não que estes instrumentos não possuam importância em dados momentos como facilitadores de dinâmicas de trabalho, porém, quando assim empregados, constantemente será uma participação condicionada, dependente de agentes externos para conduzi-la e, conseqüentemente, muito mais vulnerável à manipulação ou a cooptação de interesses, normalmente alheios aos do grupo mobilizado.

Assim, a emancipação⁸ e o interesse de uma sociedade em se organizar são condições imprescindíveis para efetivação da participação transformadora. Esta concretude se dá porque, a partir de um processo emancipatório, os indivíduos adquirem habilidades de agir criticamente (DEMO 1990, p. 131). Neste entendimento, Bordenave (1995, p. 67-68) acrescenta que a “[...] participação tende para a organização e a organização facilita e canaliza a participação. De fato, a organização não é um fim em si mesma, mas uma condição necessária para a participação transformadora”.

Demo (1986, p. 18) conclui que a participação “[...] é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir”. Para o autor, a participação

[...] Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto da conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas uns dos eixos fundamentais; seria apenas um expediente para obnubilar o caráter da conquista, ou esconder, no lado dos dominantes, a necessidade de ceder. Não pode ser entendida como algo

⁸ Segundo Demo (1990, p. 131) “[...] emancipação é processo histórico de conquista de um projeto de desenvolvimento, formulado e realizado por sujeitos sociais capazes de produzir e participar”. Esta compreensão relaciona-se ao que Bordenave (1995, p. 67-68) identifica como participação transformadora.

preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro (*ibid*, 1986, p. 18).

Porém em sociedades em que a participação na dimensão aqui referida ainda não é um componente no universo o qual integram, como iniciar um processo de participação já que, para participar, são necessários habilidades para isto? Essa realidade comumente, mas não apenas, se observa entre agricultores, principalmente quando estão distantes de um meio de interação. Tal dilema parece encontrar resposta na observação feita por Mota (2003, *apud* DIAS, 2006, p. 54), que considera que não se pode esperar que só se iniciem processos participativos quando estes requisitos estiverem preenchidos, logo os conhecimentos e habilidades são produtos da própria experiência em eventos participativos.

Obviamente que o debate sobre participação é amplo, complexo e reúne opiniões diversas. Por esta razão, estabelecer indicadores que objetivem até que ponto iniciativas participativas possuem um caráter manipulatório ou um processo emancipatório é sempre difícil, e não isento de subjetividade.

O plano metodológico predefinido com técnicas participativas, base para o trabalho da equipe técnica do Proambiente, de antemão não significa dizer que tem um caráter de manipular os interesses das famílias, mas, justamente pela falta de habilidades de trabalhos participativos, que não é uma questão apenas dos agricultores, mas também dos próprios técnicos, há um risco de ao longo do tempo transformar-se em círculos viciosos e nunca de participação transformadora. Além do mais, a ausência dos agricultores familiares na definição da metodologia e técnicas de trabalho adotadas é outro aspecto que concorre de maneira expressiva para a ausência de autonomia destes, em tais processos.

Em seus estudos sobre a temática participação envolvendo atores sociais, autores como Bordenave (1995) e Arnstein (1969, *apud* BROSE, 2001) classificaram tipos de participação que, nesta ordem, ocorrem em dois níveis significativos, isto é, o nível micro e o nível macro. No primeiro, a participação é compreendida como aquela que ocorre no cotidiano do convívio familiar e em pequenos grupos, sem interferência em questões de caráter político, econômico e social que alterem significativamente uma dinâmica existente.

No nível macro, ou seja, na participação macrossocial, refere-se ao campo em que as pessoas exercem uma posição de visão de mundo mais ampla e, a partir dela, posicionam-se em relação às questões sociais, ou seja, “[...] compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam as sociedades, quer dizer, a história da

sociedade” (BORDENAVE, 1995, p. 24), ao qual se acrescenta em particular, as posições que podem influenciar nas decisões apenas no âmbito familiar ou em grupos determinados.

Neste sentido, serão considerados três destes tipos de participação como base referencial para a análise aqui proposta, que não ambiciona construir indicadores de análises, mas como aporte para analisar o tipo de participação dos agricultores familiares no contexto do Proambiente aqui exposto. Com este propósito, serão considerados os tipos de participação denominados:

- *participação provocada*, compreendido como aquela que “[...] agentes externos ajudam os outros a realizarem seus objetivos ou manipularem a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos” (BORDENAVE, 1995, p. 28). Como observa o autor, a participação provocada não necessariamente significa dizer manipulação. Grupos sociais que ainda não desenvolveram habilidades de participação podem ser induzidos a participar e, ao fazê-lo, não se desconsidera o risco da intenção manipulatória, como também a predisposição para o início de um processo contínuo e autônomo (*ibid*, 1995, p. 78);

- a *informação e consulta*, identificada como a participação em que as pessoas desprovidas de qualquer tipo de poder possuem a oportunidade de opinar, mas sem nenhuma certeza de que os atores com poder de decisão vão cumprir com o acordado ou acatar o que ouviram (ARNSTEIN, 1969 *apud* BROSE, 2001, p. 12);

- *pacificação*, identifica o tipo de participação em que as pessoas começam a ter um certo grau de influência nas decisões, mas as limitações ainda são evidentes (ARNSTEIN, 1969 *apud* BROSE, 2001, p. 123).

São considerados também outros dois elementos básicos relevantes para a discussão desta análise, denominados por Bordenave (1995, p. 22) como *fazer parte* e *tomar parte*. Estes elementos reforçam os tipos de participação anteriormente mencionados, no sentido de que a participação ocorre quando se estabelecem relações em que os envolvidos possam tomar parte das decisões de um processo, e não simplesmente fazer parte de um evento. Neste último, observa-se frequentemente a ocorrência de ambientes favoráveis em que as chamadas para a participação simplesmente cumprem um caráter legitimador.

Por fim, e isento de pretensões de elaborar mais um conceito, a participação neste estudo é compreendida como ato de tomar partes nas decisões de um evento, porém ela se

estabelece concretamente quando realizada por meio de processos nunca terminados de participação, em que o próprio exercício progressivamente qualifique os participantes para novas habilidades.

1.2 - MOVIMENTOS SOCIAIS E MEDIAÇÃO

O início do período de intervenção militar demarca no Brasil uma nova era no contexto histórico dos movimentos sociais. No decorrer deste período, a emergência dos denominados novos movimentos sociais fundamentados na Teologia da Libertação⁹ (RICCI, 2002, p. 104) se constituiu como o principal mecanismo de convergência de forças da sociedade civil, para o enfrentamento e resistência aos mandos do novo regime, que se estabeleceu por mais de duas décadas a partir do Golpe de Estado em 1964, que, em síntese, na área sóciopolítica pautou-se na centralização de poder, repressão, além de severa restrição aos direitos civis individuais e coletivos, baseada na ideologia da segurança nacional.

Ao contrário do que previa a ordem oficial desta época, o então momento se configurou como “[...] espaço para os novos movimentos sociais se constituírem, e se firmarem enquanto novas forças emergentes” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 17), inclusive como forma de recuperação dos princípios do sindicalismo brasileiro, arregimentado por ocasião do golpe militar, para servir aos interesses do próprio governo por meio de práticas assistencialistas e manipulação dos interesses sociais.

A retomada dos princípios sindicais significou o início da oposição ao sindicalismo assistencialista, pelo autodenominado sindicalismo “combativo” que ao longo do período militar e posterior a ele, a partir de 1985, se constituiu também em um importante instrumento de representação para o enfrentamento aos interesses contrários às demandas populares, inicialmente com forte influência no setor metalúrgico, seguido pelos trabalhadores rurais, e outras categorias do serviço público, como professores, bancários e outros.

⁹ Conforme Maria da Glória Gohn (*apud* RICCI, 2002, p. 107) “a Teologia da Libertação consolidará um sentimento de autonomia, com matizes que iam do socialismo libertário ao anarquismo, adotando elementos marxistas. Eder Sader, em outro estudo clássico, propõe em referencial teórico mais amplo. Segundo o autor, a partir de 1974, teria sido aberta, com o esfacelamento das organizações clandestinas de esquerda, uma recomposição das mobilizações populares de natureza reivindicatória e contestatória. Inicialmente, tais movimentos articularam-se ao redor da Igreja Católica, que disseminou um discurso comunitário, anti-institucionalista. Desta fusão, nasceram vários movimentos sociais no final da década de 70: oposições sindicais, movimentos contra a carestia, movimentos pela posse da terra, entre outros. Todos, valorizariam ao contrário do discurso básico das organizações de esquerda pré-74, as demandas surgidas no cotidiano das fábricas e dos bairros mais carentes”.

Em contraposição à forma clientelista e paternalista de fazer política, a ordem dos novos movimentos sociais, na qual se insere o movimento de oposição sindical denominado combativo, pautou-se no princípio do estabelecimento de um sistema administrativo com a participação ampliada da sociedade civil organizada.

Os principais elementos do discurso desta nova identidade política segundo Scherer-Warren e Krischke (1987 *apud* RICCI, 2002, p. 104), constituiu-se da: “[...] democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito a individualidade, identidade local e regional”, além da luta pela ampliação das relações sociais cotidianas, opondo-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo e à centralização do poder (SCHERER-WARREN, 1993, p. 69). Essa configuração ideológica decorre da tripla exclusão: econômica, política e cultural/ideológica presentes na história brasileira, acirrada principalmente nos anos mais difíceis do regime militar (*ibid*, 1993, p. 69).

Configurando-se como um novo ator no contexto sóciopolítico brasileiro, os novos movimentos sociais tornaram-se um importante defensor das questões das camadas populares, com atuação decisiva em vários acontecimentos nacionais que demarcaram a substituição do regime militar pelo civil. Os eventos que marcaram a denominada *Diretas já* e a elaboração do texto constitucional promulgado em 1988 foram acontecimentos históricos deste período de transição do regime administrativo nacional.

Scherer-Warren (1993, p. 49) destaca que as lutas sociais travadas nos primeiros anos da Nova República tiveram como desdobramentos principais, por um lado, a defesa de políticas sociais e de participação nas tomadas de decisão de interesse público e, por outro, a questão da justiça social dos direitos humanos.

A influência dos movimentos sociais no contexto histórico sociopolítico brasileiro nas últimas quatro décadas deve-se principalmente porque estes movimentos, como destaca Gohn (1997, p. 250) “[...] geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada, participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade”.

Gohn (1997, p. 252) destaca que os movimentos sociais sempre têm um caráter político que segundo a autora, não se pode confundir com partidário,

[...] criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político. Eles politizam as demandas

socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política (*ibid*, p. 252).

Embora existindo inúmeros conflitos e tendências internas, mas a “[...] forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade” (*ibid*, p. 252), o que atribui aos movimentos sociais uma imagem homogênea do seu espaço interno e, conseqüentemente, visibilidade às suas ações e formação de um capital perante a sociedade.

Os movimentos sociais não são simples idéias ou entes fantasmas, como observa Gohn (1997, p. 52; 54). Eles têm uma concretude e, para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação, se apóiam em entidades e organizações da sociedade civil e política, cujas agendas de atuação são construídas a partir das demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. Segundo a autora, “[...] muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização” (*ibid*, p. 254).

Esta última observação parece coerente com a dinâmica do contexto histórico do denominado Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), que, logo após a sua fundação, se constituiu em uma organização regional, com a sua base formada por organizações representativas de atuação no âmbito municipal, vinculadas a agricultura familiar.

Na Transamazônica em particular, os movimentos sociais possuem um papel destacável na história regional. Primeiramente a partir da década de 1980, estes movimentos desempenharam importante função para que o Estado brasileiro retomasse o projeto de colonização da Transamazônica, com condições que permitissem a permanência das populações na região.

Posteriormente, a partir da metade da década de 1990 por considerar uma nova fase do contexto regional, auto-identificou-se como frente propositora de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar desta região. Neste debate, a orientação para o desenvolvimento regional foi fortemente permeada pelo discurso sustentável, posteriormente ampliada para socioambiental.

No contexto histórico relacionado aos movimentos sociais na Transamazônica, o sindicalismo possui grande relevância na constituição das suas bases, cuja história é construída a partir do final das décadas de 1970 em Santarém e 1980 em Altamira, com a articulação do movimento de oposição sindical por meio da denominada Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU¹⁰).

A partir do início da década de 1990, este sindicalismo teve as suas bases fortalecidas na região com a fundação de diversos novos sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios recém emancipados ao longo da Rodovia Transamazônica. Vale a observação de que a diocese de Santarém e a Prelazia do Xingu, por meio dos trabalhos de formação de líderes sindicais com base na Teologia da Libertação e as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB¹¹), foram fundamentais para o surgimento e fortalecimento das bases do sindicalismo na Transamazônica, que ao longo dos anos se constituíram no principal meio de sustentação dos movimentos sociais no âmbito regional, bem como na formação da identidade destes movimentos.

Desta forma, os sindicatos de trabalhadores rurais tornaram-se os atores mais influentes do conjunto de organizações ligadas a agricultura familiar da Transamazônica, articuladas em torno do MDTX, representadas politicamente pela FVPP, juntas, formando uma frente independente de notável expressão regional, e com relações estabelecidas com diversas instituições e setores estaduais, federal e internacional. Sobre estas questões mencionadas nos quatro últimos parágrafos, Souza (2006) descreve ampla e detalhadamente

¹⁰ “A corrente imprimiu ao movimento uma linha ideológica influenciada pelos princípios das organizações comunitárias mais radicais, típicas do momento revolucionário brasileiro, inculcada pelas lideranças mais intelectualizadas. Tais princípios foram muito relativamente absorvidos pelas bases e pela maioria das lideranças populares, por si mesmo, foram-se diluindo com o tempo. A corrente adotou como símbolo uma lamparina, expressão de sua ênfase sobre os pressupostos ideológicos de sua atuação. Cujos líderes, tinham viajado bastante no país, mantendo contatos com o sindicalismo operário de São Paulo, que elaborava o que se chamou de ‘novo sindicalismo’, ou ‘sindicalismo autêntico’. Estes contatos resultaram numa percepção aguda da unidade do movimento no nível de ‘camponesidade’, referência básica de sua atuação, nessa visão, o sindicalismo rural era parte de um movimento mais global de transformação da sociedade que só podia ser liderado pela classe operária urbana” (HÉBETTE, 2002, p. 222).

¹¹ “[...] pequenos grupos articulados a partir do conceito do trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidades, padres e membros de ordens religiosas, estimulados desde 1965 no Brasil, pelo Plano Pastoral do Conjunto no Episcopado Católico” (RICCI, p. 106). “[...] No Brasil dos anos 70, as CEB’s e a CPT representavam para a Igreja Católica Pós-Concílio Vaticano II, uma proposta de revisão da concepção da vivência religiosa pessoal e de mudança na prática social, via engajamento político” (HÉBETTE, 2002, p. 210).

estas questões no texto¹² intitulado: “O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes”.

Trata-se um movimento independente e forte porque, como enfatiza Gohn (1997, p. 260), um projeto sociopolítico ou cultural é o que dá solidez e sustentação a um movimento social. A falta de um projeto para o movimento ou do movimento para a sociedade os torna frágeis e propensos ao fim. Na Transamazônica, nota-se que o MDTX possui um projeto com as suas linhas traçadas e uma postura assumida para com ele, que o legitima e o identifica como tal.

Gohn (1997, p. 261) destaca que a identidade de um movimento social é resultado precisamente dos seus projetos, e considera que a “[...] identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos seus projetos”. Como tal, a identidade não existe apenas no plano de idéias, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. Mais do que isso, a identidade firma-se no processo interativo e nas articulações construídas (*ibid*, p. 261).

Na década de 1990 principalmente, as organizações representativas dos agricultores familiares da Transamazônica, base de sustentação destes movimentos sociais desta região, passaram por um processo de revisão e, possivelmente, a construção de uma nova identidade no que diz respeito à formação de uma posição relacionada às questões social, política, econômica e ambiental.

Neste contexto, a Prelazia do Xingu, mais precisamente o Bispo Erwin Krautler, que desde antes optou por um discurso de desenvolvimento vinculado à questão ambiental, ao qual se acresce a posição assumida pelo Laboratório Agro-ecológico da Transamazônica (LAET), principalmente por meio da parceria firmada entre este Laboratório e o MPST para as ações do Programa Agro-ecológico da Transamazônica (PAET), foram decisivos como processo de articulação e interação, para formação do discurso e afirmação de uma posição relacionada ao redirecionamento do modelo de desenvolvimento para a Transamazônica, assumido pelas organizações representativas na Transamazônica.

¹² Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Centro Agropecuário, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Este novo perfil adotado pelas organizações representativas dos agricultores na Transamazônica, configurado por meio da revisão dos seus projetos e plano de ação, em parte se deve também a uma tendência nacional. A este respeito, Gohn (2004, p. 30) salienta que as tentativas de desestruturação dos movimentos sociais por meio de políticas de cunho neoliberal dos anos de 1990, provocaram durante toda a década, no país, uma reformulação que os levou ao abandono de algumas posturas e a adoção de outras posições mais ativas e/ou propositivas. Além disso, atuar em redes e em parceria com outros atores sociais foi outro marco desta nova configuração.

Não alheias a esta tendência, as organizações representativas dos agricultores familiares da Transamazônica, interlocutoras por excelência do movimento social regional, adequaram-se a esta nova orientação e refizeram as suas estratégias de ações, assumindo também uma postura propositiva. Neste aspecto, a construção do plano intitulado Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) e posteriormente o Projeto para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Contenção do Desmatamento tornaram-se os principais elementos norteadores dos projetos e ações por elas empreendidas no decorrer e sucessivamente posterior a década de 1990.

Nas últimas duas décadas, as organizações representativas dos agricultores familiares da Transamazônica assumiram um papel privilegiado na intermediação dos interesses dos agricultores familiares desta região. Articuladas com outros atores, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará no nível estadual e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no âmbito nacional, objetivaram diversas conquistas relacionadas à implementação de políticas públicas, que atribuíram um caráter singular na trajetória histórica da Transamazônica.

Sem enumerá-las, a redefinição normativa do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), para o acesso dos agricultores familiares aos recursos desta linha de crédito, foi um avanço significativo no contexto estadual, protagonizado por estas organizações representativas, sob a coordenação da FETAGRI.

Entretanto, esta nova configuração nas relações sóciopolíticas forjadas pelos próprios movimentos sociais, atribuiu às organizações representativas dos agricultores familiares, responsáveis para viabilizar e operacionalizar as suas pautas e agendas de ação, a difícil missão de responder pelo Estado, propor alternativas condizentes as demandas da agricultura

familiar. Isso conferiu para estas organizações representativas a complexa tarefa de, além de atores intermediadores, postarem-se como propositores de políticas condizentes com as aspirações e as demandas dos seus representados.

Na Amazônia com as suas especificidades ambientais, sociais e econômicas que lhe são peculiares, esta tarefa exige esforços redobrados, dada a complexidade de estabelecer arranjos em que a relação produção agropecuária e meio ambiente ocorra de maneira menos desequilibrada. Isto, em decorrência da opção destas organizações representativas por um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural, em que não apenas o econômico, mas o ambiental também seja valorizado de forma equilibrada.

Por conseguinte, esta nova realidade em que as organizações representativas assumiram funções importantes no campo da intermediação, de maneira geral, favoreceu a agricultura familiar porque reduziu a distância entre as suas demandas e o Estado, porém a mediação por natureza é complexa e possui os seus entraves. Além das tensões geradas por se desenvolver em um campo de disputas, Neto (2002, p. 43) destaca que o exercício da mediação envolve necessariamente o processamento de interesses e identidades diferenciadas que, como tais são produtos das distintas trajetórias de vida.

Tal complexidade, segundo Neto (2002, p. 43), ocorre porque as noções de interesses, de racionalidade e de identidade são elementos utilizados pelos mediadores para a interpretação dos cenários que vão orientar o processo de construção destas propostas. Entretanto, como enfatiza o autor, “[...] os interesses e as demandas dos indivíduos são também frutos de um processo de construção e, apesar de se manifestarem de forma individualizada, são, invariavelmente, socialmente construídas” (*ibid*, p. 43).

Do conceito de identidade num processo de articulação em duas dimensões (indivíduo e sociedade como dimensão coletiva) desenvolvida por Oliveira (1976, p. 36), Neto (2002, p. 46) conclui,

[...] que a noção de identidade refere-se a uma articulação reflexiva de dimensões sociais coletivas e dimensões individuais e pessoais na interpretação do campo coletivo. Não existe, portanto, uma identidade pronta e acabada; a identidade emerge em função do momento e da combinação específica entre dimensão pessoal e social (*ibid*, p. 46).

Nesta dinâmica em que intermediação e construção de políticas públicas se entrecruzam, parece que sem uma ordem seqüencial definida, ou seja, ambas acontecem

paralelamente, nota-se que as organizações representativas que lideram tal processo frequentemente apóiam-se também, no que Scheren-Warren (1999, p. 37) define como temporalidade histórica, isto é, na “[...] relação entre os novos ideários e a tradição que se renova, e a interação das novas utopias com o resgate cultural”.

Portanto, é compreensível atribuir que no decorrer de um processo de intermediação e construção de políticas públicas, as organizações representativas apóiam-se em um conjunto de elementos, que Bourdieu (2003, p. 61) identifica como *habitus*, isto é, “[...] um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital”, utilizado como instrumental de conciliação dos interesses, e/ou estratégias. Deste modo, o *habitus* a que se reporta o autor, parece constituir para as organizações representativas, uma matriz tanto do discurso para o próprio exercício cotidiano, quanto para as propostas emergidas destas organizações.

Mesmo para as organizações representativas, constitui-se em um desafio, propor intervenções de desenvolvimento a partir da interpretação de cenários e de um conhecimento adquirido, que de fato contemplem as aspirações dos seus representados, principalmente quando se trata de iniciativas de maior abrangência como, por exemplo, uma política pública, embora dirigida para um público específico que compartilha realidades semelhantes, mas que possuem histórias, projetos de vidas, compreensões, lógicas e visões de mundo diferentes.

Pode-se dizer que a construção do Proambiente pelas organizações representativas dos agricultores familiares da Amazônia lideradas pela Fetagri-Pará, é um marco na trajetória destas organizações representativas e, ao mesmo tempo, o indicativo de um processo afirmativo, que sinaliza para uma inversão na relação poder público e sociedade civil no que diz respeito às políticas dirigidas ao fortalecimento da agricultura familiar. Neste contexto, o destaque atribuído às organizações representativas da Transamazônica a que se reporta este texto, se dá principalmente pelo acúmulo de experiências alternativas que serviram de idéia-base para a construção do Proambiente.

Todavia, as discussões acerca da conservação ambiental articulada as formas de produção agropecuária e extrativista por natureza gera polêmica e, como tal, reúne opiniões divergentes e antagônicas ao mesmo tempo, muitas delas de ordem continental.

A este respeito, diversos exemplos na esfera mundial podem ser enumerados. Só nos três primeiros meses do ano (2007), têm sido freqüentes os alertas das Organizações das Nações Unidas (ONU) para o risco do aquecimento global que poderá gerar problemas de

ordens distintas para os povos de todo o mundo. Porém, países desenvolvidos e importantes produtores de resíduos poluentes como os Estados Unidos (EUA), resistem em assumir compromissos para a redução da emissão de gases nocivos à atmosfera, como o Tratado de Quioto, sob alegações do comprometimento da produção industrial e conseqüentemente da economia nacional.

No Brasil, a temática ambiental teve o seu debate ampliado para além dos ambientalistas, principalmente após a realização da Conferência para o Meio Ambiente realizada em 1992 no Rio de Janeiro. A partir da Eco-92, como ficou conhecida, outros segmentos da sociedade, inclusive da administração pública, passaram a debater o tema mesmo que sob posições diferentes. Neste panorama, termos como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento socioambiental frequentemente passaram a fazer parte das agendas de inúmeros debates, inclusive nos projetos intervenientes de desenvolvimento para o meio rural, com particular atenção para a Amazônia.

Na Transamazônica, o debate acerca do modelo de desenvolvimento regional também reúne divergências ideológicas de patamares parece que insuperáveis, cujas tensões, possuem o componente ambiental como centro da questão. Neste confronto de posições assumidas, o debate sobre o complexo Hidrelétrico Belo Monte tornou-se a partir do final da década de 1980 um campo de tensões intermináveis entre os que defendem o projeto, notadamente, empresários do setor agropecuário, madeireiro, comercial, políticos da ala conservadora e, aqueles contrários ao empreendimento articulados principalmente em torno do MDTX/FVPP e a pastoral católica por meio da Prelazia do Xingu.

Na dimensão da produção agropecuária e extrativista, a relação dicotômica entre os meios empregado para a produção e conservação ambiental, continuamente em todo o país ganha novos contornos, quase sempre intensificando as divergências de opiniões. Particularmente na Transamazônica, nas últimas duas décadas o mesmo debate tornou-se ostensivo entre os agricultores, a partir da implementação de iniciativas de produção agropecuária alternativa e manejo dos recursos naturais, geridas pelas organizações representativas dos agricultores desta região. Entre estas experiências, o denominado projeto Roça Sem Queimar foi a mais importante entre elas.

Entretanto, este debate adquiriu maior dimensão a partir de 2002 quando então concretamente o Proambiente foi divulgado amplamente na Transamazônica, reunindo em

torno de si expectativas, incertezas e divergências, tanto entre agricultores quanto entre agentes do serviço de ATER, sobretudo a oficial, além de outros atores ligados a produção agropecuária desta região.

De maneira geral, estas tensões devem-se a uma rigorosa inversão do padrão das formas de produção e do uso dos recursos naturais, bem como para a adoção de práticas alternativas ao uso do fogo, redução do desmatamento, entre outras questões que objetivam equilibrar produção agropecuária e conservação ambiental. Não obstante, a sustentabilidade econômica das famílias a partir da adesão aos princípios do Proambiente é outro tema polêmico deste debate.

Concretamente, a adesão à concepção do Proambiente incide ao cenário sócio-econômico e produtivo da Transamazônica em um rompimento paradigmático de caráter técnico e estratégias que em muito diferem da dinâmica estabelecida, inclusive das habilidades dos agricultores e técnicos com relação às práticas de manejo agropecuário, bem como na relação com o meio biofísico nos quais os modos de produção estão inseridos.

Entre os profissionais do meio técnico, implica ainda em uma revisão profunda das suas bases acadêmicas, para que possam administrar a metodologia de trabalho no que se refere à relação técnico e agricultor, historicamente feita de maneira unilateral, fundamentada na concepção da transferência de informação ou mesmo de “tecnologias”, além de se desfazer do rigor de receituários agrônômicos condicionados a produtos sintéticos, notadamente recomendados o seu emprego sem levar em consideração as condições dinâmicas postas pelo meio natural.

Além disso, estes profissionais do meio técnico precisam ter convencimento da concepção apresentada por meio do Proambiente, para que de fato, possam fortalecer o processo de revisão das práticas de manejo relacionadas às formas de produção e o uso dos recursos naturais, também entre os agricultores, sobretudo, aqueles que não foram envolvidos nos projetos-piloto, realizados anteriormente ao Proambiente.

Entretanto, há de se considerar também, que mudanças de postura para a adoção de técnicas alternativas, como propõe o Proambiente, são, consideravelmente complexas do ponto de vista do convencimento porque, além da possibilidade da elevação da penosidade do trabalho, o aumento do custo financeiro para a operacionalização dos projetos agropecuários é outro fator de resistência recorrente entre a maioria dos agricultores.

A adesão ao Proambiente, trata-se, portanto, de uma predisposição para uma mudança que ultrapassa as questões técnicas, para rever concepções, costumes, bem como a racionalidade estabelecida e consolidada entre os agricultores.

Ao discutir sobre mudanças, Schmitz (2001, p. 57) observa que a aceitação de uma mudança é mais difícil se ela tiver uma relação direta com a renda. Neste sentido, uma mudança pode enfrentar resistências ou mesmo rejeição, como no caso do sistema de produção, se na transição de um sistema, o aumento dos investimentos não produzir um rendimento econômico superior aos níveis anteriores à mudança ou, se apenas mantiver o mesmo nível de produção. Albrecht *et al* (1987 *apud* SCHMITZ, 2001, p. 57) ressalta que “[...] a mudança de comportamento é sempre incômoda, porque leva o indivíduo a romper com bases já estabelecidas”.

Assim, uma intervenção de desenvolvimento que altera bases estabelecidas, deve necessariamente, viabilizar as condições para que esta revisão não comprometa pelo menos o nível de renda atual das famílias. Deve ainda, ser considerado como um processo, diferentemente do que se previu para o Proambiente, em que foi considerado um período de três anos posteriormente elevado para cinco anos, o tempo estabelecido para a transição da dinâmica produtiva em curso, para as mudanças apresentadas pelo Programa.

1.3 - UMA NOVA MATRIZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA

A partir de 1990, pode se dizer que no Estado do Pará tornou-se evidente a construção de uma nova matriz, base para a proposição de políticas dirigidas à agricultura familiar, não em substituição, mas em contraposição à ineficiência demonstrada pela matriz oficial em responder às demandas desta categoria.

Este novo cenário constituído pelas organizações representativas dos agricultores, em parceria privilegiada com setores da pesquisa, teve como aporte, um conjunto de conhecimentos adquiridos por meio das experiências alternativas de produção agropecuária e uso dos recursos naturais construídos por meio dos projetos-piloto e o produto da pesquisa sobre o processo de implantação do FNO-Especial na produção familiar rural do Pará, como componentes essenciais desta construção.

Neste sentido, o FNO, mesmo cumprindo um papel importante de reativação da produção familiar, enfraquecida por sucessivos anos em decorrência de irrisórios ou nenhum incentivo público, demonstrou uma série de fragilidades de caráter técnico e administrativo, suficientes para passado o momento de euforia e a falsa expectativa de crescimento econômico, surgirem os primeiros sinais negativos de diversas ordens, tais como o endividamento generalizado dos agricultores sem que estes, na maioria dos casos, dispusessem de condições suficientes para quitar os empréstimos contraídos. Em algumas situações, tais beneficiários foram reconduzidos a condições ainda piores do que as anteriores ao crédito, já que a própria terra se tornou a mais importante oportunidade de negócio para livrá-los da inadimplência bancária.

Os estudos sobre o FNO no Pará identificaram que a lógica adotada para os projetos desta linha de crédito demonstrou-se pouco eficaz para a realidade da agricultura familiar do Estado, assim como para a Amazônia. Entre as contradições, pode-se destacar a adoção dos denominados pacotes tecnológicos, transportados de outras regiões com condições totalmente adversas da amazônica.

Em especial a Amazônia, a crítica a tais modelos parte do pressuposto como observa Costa (conf. 1994; 1997 *apud* COSTA, 2000c, p. 340) de que “[...] A adoção de modelos de investimento tolhe o impulso para a diversificação como base de efficientização peculiar às estratégias camponesas de melhoria das suas condições reprodutivas na Amazônia”.

A pesquisa sobre a aplicação do FNO-Especial demonstrou um cenário que, conforme destaca Tura (2000b, p. 317) ao revelar a carência de políticas, de pesquisa e ATER, condizente com a realidade e as diversas especificidades da agricultura familiar da Amazônia, desnudou para a sociedade a ineficiência das instituições governamentais em responder a contento as demandas da produção agropecuária familiar.

Para a autora, esta constatação remeteu a uma urgente necessidade de redirecionamento da política de crédito, para que, só assim, pudesse criar as condições necessárias para se estabelecer a perspectiva de um desenvolvimento capaz de reunir os componentes do desenvolvimento socioambiental.

Conforme Mourão (2000, p. 170), a redefinição de que trata Tura (*ibid*) deveria necessariamente considerar um modelo tecnológico baseado na produção coletiva de conhecimento, seguido de uma revisão da concepção concernente à pesquisa agropecuária e

assessoria técnica. Neste aspecto, passando a ter os princípios do enfoque sistêmico como base, em que o conjunto família e unidade de produção possam ser vistos de maneira integrada. Da mesma forma, os projetos técnicos deveriam considerar as realidades e as dinâmicas locais, ao que se acresce, os contextos sócio-econômico e ambiental nos quais são inseridos.

Porém, esta nova orientação se distancia ainda mais das possibilidades demonstradas pelo Estado de efetivamente traduzi-la em uma política pública, principalmente porque, como avalia Costa (2000c, p. 341), “[...] a matriz científico-técnica que orienta a pesquisa oficial, tem demonstrado dificuldades em adequar-se às necessidades de uma agricultura sustentável na Amazônia, a qual deve ser forçosamente diversa e complexa”.

Assim, a construção de uma política pública de fortalecimento direcionada à produção familiar, na dimensão do Proambiente, teria pouca possibilidade de surgir por meio de iniciativa própria da matriz oficial.

Desta compreensão, emergiu entre as organizações representativas a convicção de que uma redefinição na orientação das políticas de intervenção para o desenvolvimento da produção familiar seria possível, contudo, por meio de iniciativas emergidas fora do âmbito da matriz oficial, ao menos, até que os órgãos oficiais revissem as suas concepções. Iniciativa esta que, no Estado do Pará, pode-se concluir que foi assumida ainda na década de 1990 pelas organizações representativas dos agricultores familiares e parceiros técnicos convergentes de concepções semelhantes.

No conjunto de conhecimentos adquiridos pelas organizações representativas relacionado a práticas alternativas, tanto extrativistas quanto agropecuária, consideradas base para sedimentar a matriz do Proambiente, em particular, destaca-se como imprescindível neste contexto, a experiência do projeto-piloto Roça Sem Queimar, desenvolvido em 150 unidades de produção familiar, situadas em 11 municípios¹³ da Transamazônica e Baixo Xingu, correspondentes à área de atuação da FVPP.

Esta referência ao projeto Roça Sem Queimar se dá, essencialmente, porque foi uma iniciativa que segundo os seus gestores, reuniu aspectos metodológicos e técnicos coerentes

¹³ Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Móz, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilância, Uruará, Placas e Rurópolis.

com a perspectiva das organizações representativas ligadas a produção familiar, em contraponto a matriz do denominado modelo tecnicista de transferência de tecnologias, amplamente disseminado por instituições oficiais de pesquisa e ATER.

Desta forma, o projeto Roça Sem Queimar foi implantado segundo uma orientação metodológica sem o rigor do cumprimento de determinações técnicas preestabelecidas. Ao contrário, as atividades foram realizadas “[...] dentro de uma proposta de ‘ter a cara dos agricultores’ e de dá liberdade para que estes escolhessem como e o que plantar” (PROJETO ROÇA SEM QUEIMAR, 2004, p. 54).

Ao se referir a fase inicial do projeto Roça Sem Queimar, Monteiro¹⁴ ressalta que:

[] não tínhamos uma visão da metodologia sistematizada. A nossa primeira baliza era de que os agricultores tinham esse conhecimento prático acumulado. Eu não conheço nenhuma proposta que procure estimular as pessoas a desenvolverem suas lógicas. São propostas fechadas: Você vai plantar essa muda, nessa distância e a cova é desse tamanho (PROJETO ROÇA SEM QUEIMAR, 2004, p. 30).

A primeira fase do projeto Roça sem Queimar foi desenvolvida com 11 agricultores do município de Medicilândia. Embora estes agricultores não vislumbrassem a perspectiva de ampliação da concepção do projeto, entre algumas lideranças das organizações representativas da Transamazônica, viam nesta experiência, o momento oportuno para sistematizar os saberes apreendidos por meio desta e de outras iniciativas alternativas, com a perspectiva de construção de uma nova matriz de política de desenvolvimento e assessoria técnica para a produção familiar da Amazônia. Segundo Monteiro (2004),

Naquele momento a gente tentava imaginar a condução desse projeto para uma política pública. A gente dizia que quando nós tivéssemos isso em mãos, nós iríamos ao banco negociar crédito (PROJETO ROÇA SEM QUEIMAR, 2004, p. 16).

Para algumas lideranças das organizações representativas da Transamazônica, o projeto Roça Sem Queimar foi o ponto inicial do debate que resultou na construção da política pública Proambiente, evidentemente, acrescido de outras experiências desenvolvidas na Amazônia, bem como de estudos que diagnosticaram as fragilidades demonstradas pelas intervenções de desenvolvimento que o antecederam.

Para uma ex-liderança regional, o debate acerca do Proambiente emergiu de uma “[...] idéia inicial do Pará e mais originalmente da Transamazônica. Eu entendo que a idéia surgiu

¹⁴ Francisco de Assis Monteiro é um técnico agrícola e agricultor, identificado como o mais importante nome responsável pela implantação da experiência do projeto Roça Sem Queimar na Transamazônica.

dessa região aqui e que todo mundo acabou começando a concordar com isso” (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista 18/08/2006).

Imediatamente após o ano de 2000 quando então a FETAGRI apresentou em linhas gerais a concepção do Proambiente, que, aliás, nem tinha essa denominação, para Macedo,

[...] a partir daí aquela idéia passou a não ser mais única da Transamazônica, mas de todo mundo, das várias regiões representantes da Amazônia. O grupo técnico começou a sintetizar tudo o que se tinha na Transamazônica, no Acre e outras regiões nesses trabalhos de produção florestal, mas que não tinha o mesmo nome que nós trabalhávamos aqui de Roça Sem Queimar, mas a idéia era parecida (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista 18/08/2006).

A proposta de política pública Proambiente

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar da Amazônia trata-se de uma proposta que teve a sua construção iniciada a partir do ano de 2000, após apresentação da sua concepção pela FETAGRI-PA por ocasião do Grito da Amazônia realizado neste mesmo ano.

Após tornar público a concepção do programa, a FETAGRI assumiu a coordenação dos trabalhos e passou a contar com outras federações dos Estados da Amazônia, nomeadamente, Federações dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia Brasileira (FETAGs da Amazônia), em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Posteriormente este grupo foi ampliado com outros parceiros, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

O Proambiente é direcionado à produção familiar rural e contempla diferentes segmentos desta categoria tais como do setor agrícola, agroflorestal, extrativistas, pesca artesanal e indígena, bem como para outras formas de produção de populações tradicionais. Este programa consiste em incentivar as diferentes modalidades de produção familiar, articuladas ao comprometimento de valorização do meio ambiente.

A sua centralidade apóia-se na compensação pecuniária ambiental, com base na prestação de seis serviços ambientais, alcançados a partir da *redução do desmatamento*, *absorção do Carbono atmosférico*, *recuperação das fontes hidrológicas*, *conservação dos*

solos, conservação e preservação da biodiversidade e redução do fogo, verificado por meio de indicadores direto e indireto, estabelecidos com base em critérios de certificação própria.

A lógica de trabalho do programa pauta-se no conceito de *planejamento integrado* de uso e conservação dos recursos naturais na Unidade de Produção Familiar (UPF), a partir da exigência de construção do Plano de Utilização (PU) individual de cada UPF; da lógica de decisão local compartilhada por meio dos Acordos Comunitários (AC); do conceito de *territorialidade* com base no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo (PD); e com a noção de Pólo como delimitador espacial geográfico do seu raio de abrangência.

Cada pólo é constituído por um grupo de 250 ou 500 famílias, subdividido em 15 grupos comunitários, nos quais são distribuídas as famílias cadastradas no programa. Conforme a sua orientação, esta subdivisão deve considerar semelhanças de caráter ambiental, social e cultural. Cada grupo comunitário conta com um agente comunitário, que trata-se de um integrante do mesmo grupo, que, além das suas atividades normais como agricultor, tem a responsabilidade de acompanhar o técnico nas atividades junto às famílias do grupo comunitário, e continuamente, buscar manter a coesão do grupo, articulados aos princípios do Proambiente.

O Proambiente foi estruturado para funcionar apoiado em três fundos estratégicos, com o objetivo de assegurar a operacionalização do programa, bem como viabilizar a consolidação dos pólos, por meio de incentivo de assessoramento técnico e apoio financeiro para implementação de projetos individuais e coletivos. Esta estrutura constitui-se do:

- *fundo de apoio*, responsável para angariar recursos financeiros necessários para o funcionamento do programa (gerenciamento do pólo, fortalecimento das organizações dos agricultores, contratação de equipes encarregadas do assessoramento técnico às famílias cadastradas no programa, e pelo serviço de certificação dos serviços e monitoramento ambiental);

- *fundo produtivo opcional*, responsável pela operacionalização dos recursos financeiros destinados ao financiamento dos projetos técnicos dos agricultores com ênfase socioambiental; e o

- *fundo socioambiental*, responsável pela fonte dos recursos financeiros para garantir a remuneração dos serviços ambientais, que entre os quais, é destacado como o mais

importante, justamente por respaldar a base da concepção diferenciadora do programa. A figura abaixo ilustra a estrutura de composição dos fundos do programa.

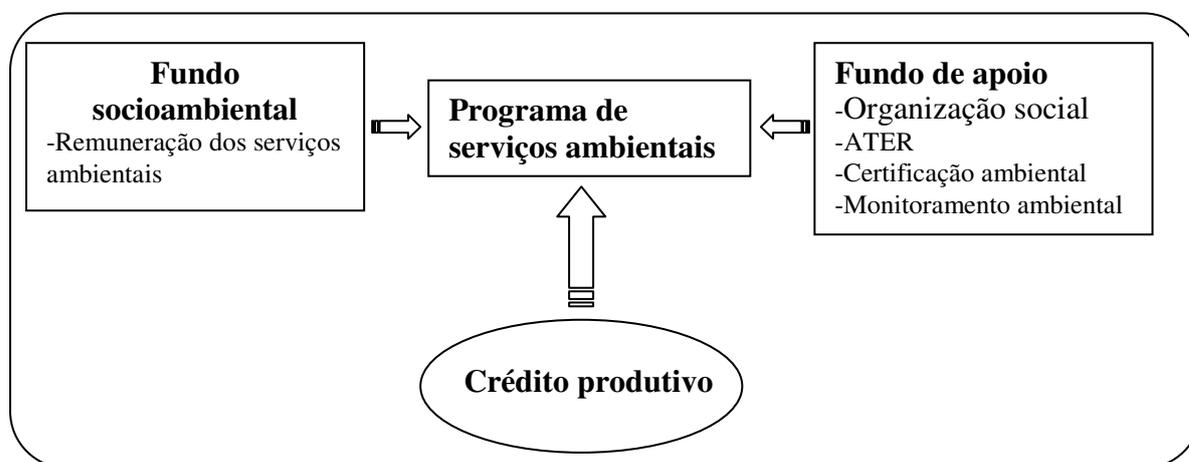


Figura nº. 3 – Estrutura geral do Proambiente

Fonte: Proposta definitiva do Proambiente (2003, p. 8).

Administrativamente, a gestão do Proambiente foi estruturada com base na concepção dos conselhos setoriais, composta pelo Conselho Gestor Nacional (CONGEN), Conselhos Gestores nos Estados a onde o programa é desenvolvido (CONGES) e os Conselhos Gestores nos respectivos Pólos (CONGEP).

Esta estrutura de gestão visa assegurar o controle social do programa e garantir a participação de representantes das organizações representativas dos agricultores familiares, do poder público e de entidades não-governamentais das três esferas da federação, ambos, envolvidos na execução do programa. Estas estruturas colegiadas, necessário e majoritariamente devem ser compostas pelas organizações representativas dos agricultores familiares. A figura abaixo (figura nº. 4, p. 53) ilustra a estrutura de gestão do Proambiente.

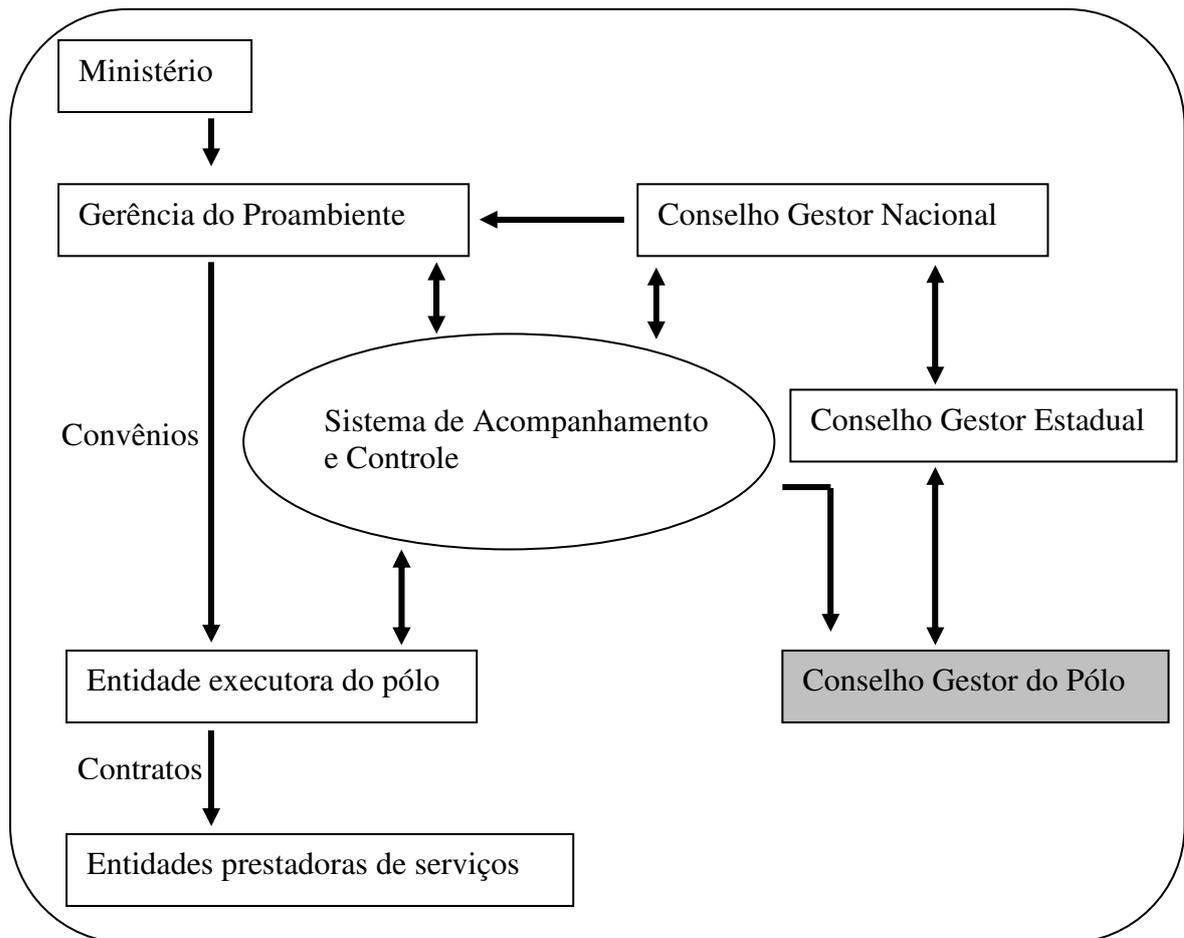


Figura nº. 4 – Estrutura do modelo de gestão do Proambiente
 Fonte: Proposta definitiva do Proambiente (2003, p. 12).

O Conselho Gestor do Pólo é a instância colegiada responsável pelas tomadas de decisões no âmbito local. Cabe ao CONGEP definir e acompanhar a entidade executora do pólo, que tem como atribuição, firmar convênios com a gerência do Proambiente e contratar prestadoras de serviços para desenvolver as atividades do pólo.

No pólo Transamazônica a FVPP é a entidade executora e também responsável pela contratação do quadro técnico. A figura (nº. 5, p. 54) abaixo ilustra a composição do CONGEP e a estrutura organizacional de gestão do pólo.

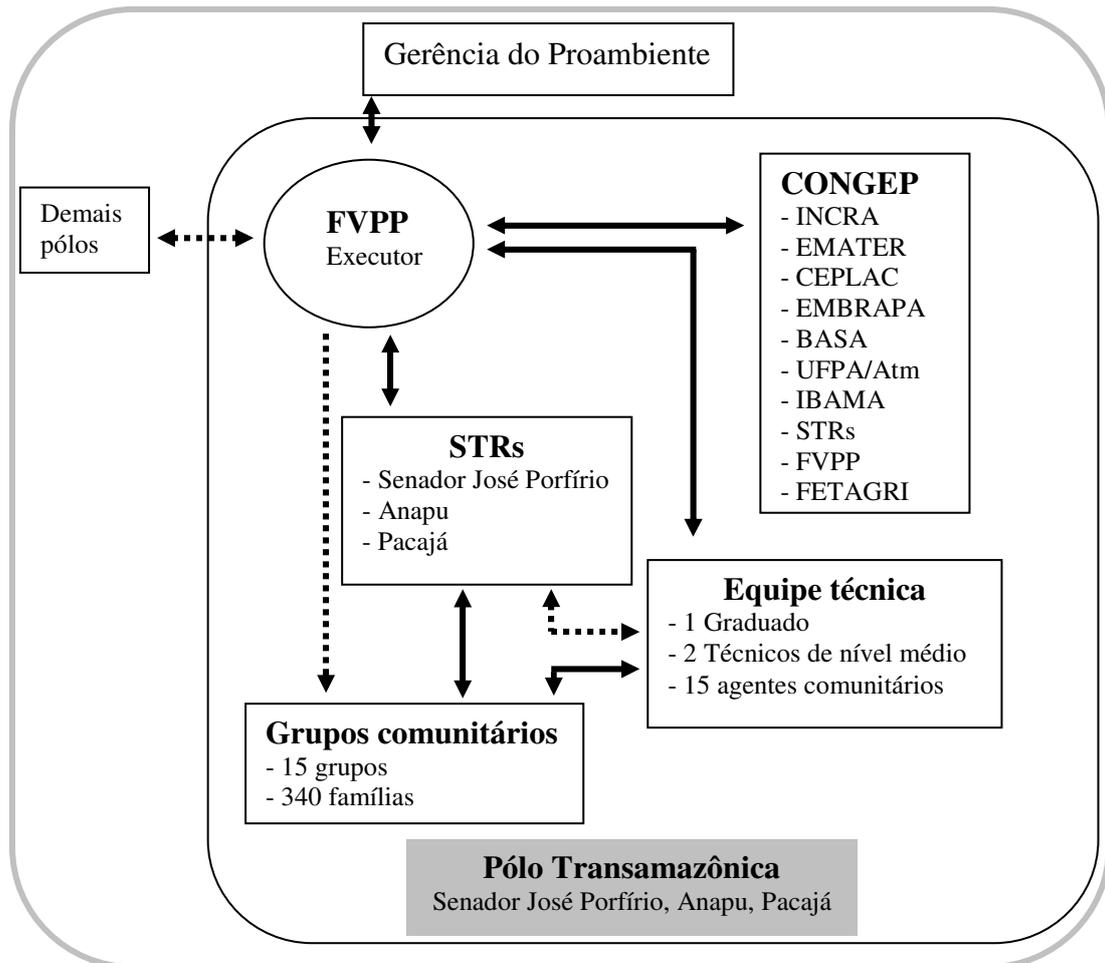


Figura nº. 5 – Estrutura de gestão e controle do Proambiente no Pólo Transamazônica
 Legenda: Relação mais intensa — ; Relação menos intensa

O pólo Transamazônica possui a sua base territorial situada nos municípios de Senador José Porfírio localizado no Baixo Xingu e Anapu e Pacajá situados as margens da Rodovia Transamazônica, ambos pertencentes à Microrregião de Altamira, Região Sudoeste do Pará (figura nº. 6, p. 55). É composto por aproximadamente 340 famílias, dispostas em 15 grupos comunitários, sendo: 5 em Senador J. Porfírio, 4 em Anapu e 6 em Pacajá. Cada grupo abrange geograficamente entre 2 e 4 vicinais, alguns deles acrescidos dos respectivos intervalos do eixo da Rodovia Transamazônica.

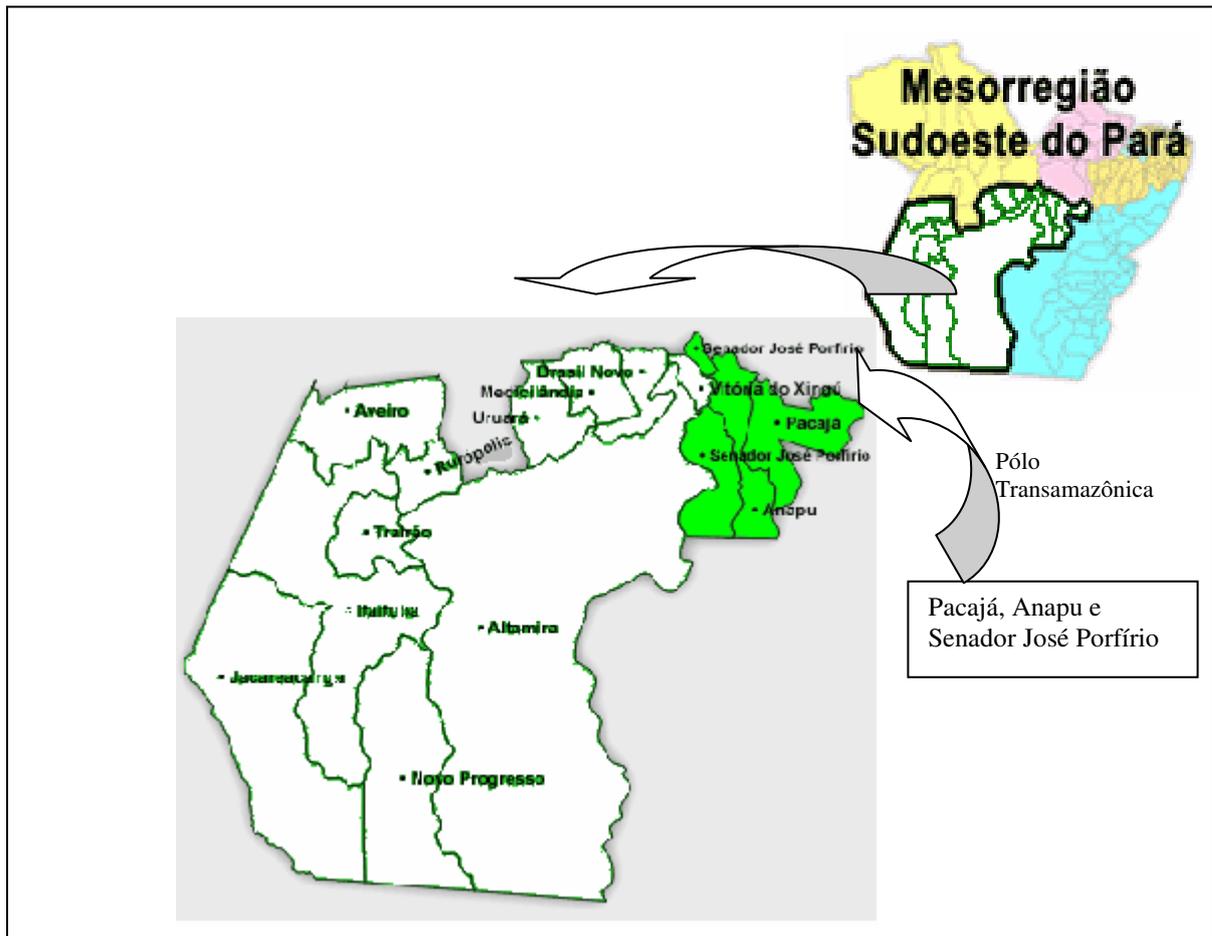


Figura nº. 6 – Municípios base territorial do pólo Transamazônica do Proambiente
 Fonte: Base cartográfica Governo do Estado do Pará

A partir do final do ano de 2002, o Proambiente foi implementado como experiência piloto por meio dos denominados pólos pioneiros, distribuídos nos nove Estados da Amazônia (Figura 2, p. 28). Com exceção do Estado do Pará, que possui três pólos dos quais, dois são da modalidade agroextrativista (pólo Transamazônica e pólo Rio Capim¹⁵ este último no Nordeste do Estado) e um de pesca artesanal na Mesorregião do Marajó¹⁶; os demais Estados possuem um pólo cada, todos da modalidade agroextrativistas.

Sem uma determinação do espaço geográfico preestabelecida, os atuais pólos do Proambiente têm a sua base geográfica situada entre 2 e 5 municípios e são compostos por um número de famílias que variam de 180 a 500, embora, oficialmente a recomendação seja de 250 ou 500.

¹⁵ Situado dos municípios de São Domingos do Capim, Mãe-do Rio, Irituia e Concórdia do Pará.

¹⁶ Situado nos municípios de Soure e Salva Terra.

CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS, MATERIAIS E MÉTODO

2.1 – OBJETIVO GERAL

Analisar, a partir do Proambiente, como se dá a participação dos agricultores em uma política pública construída através de uma reflexão das suas organizações representativas.

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a participação dos agricultores na construção da proposta Proambiente.
- Analisar a participação dos agricultores na fase inicial de implementação do pólo Transamazônica do Proambiente.
- Descrever as percepções dos agricultores sobre a política pública Proambiente e a relação entre produção agropecuária e conservação ambiental, assim como as reações frente às mudanças apresentadas.

O estudo é desenvolvido a partir de três hipóteses de base, considerando que:

- ao se tratar de uma política pública, construída pelas organizações representativas, a distância desta política e as aspirações dos agricultores é menor se comparada a outras políticas públicas construída pelo governo;
- os projetos-piloto geridos pelas organizações representativas da Transamazônica foram eficazes para formar uma opinião entre as lideranças destas organizações representativas, entretanto não suficientes para alcançar novos públicos, como os agricultores;
- o grau de aproximação dos agricultores com as suas organizações representativas é fator preponderante para a adesão ao Proambiente e à própria retórica do desenvolvimento socioambiental.

2.3 – IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

Em um universo de 11 pólos, a opção pelo da Transamazônica, como frisado anteriormente, se deu por questões consideradas fundamentais à realização deste estudo, entre as quais destacam-se: a existência nesta região de um conjunto de organizações representativas fortes, que nos últimos anos foram capazes de estabelecer importantes parcerias e diálogos com diversos segmentos da sociedade civil, poder público e instituições de pesquisa.

Estas relações estabelecidas resultaram neste mesmo período, em um importante histórico em experiências alternativas no que diz respeito a reorientação da produção agropecuária regional, fundamentais para o fortalecimento da produção familiar com base nos princípios do desenvolvimento socioambiental. Pressupõe-se que como nenhum outro, o pólo Transamazônica reúne os melhores elementos pertinentes para a realização desta pesquisa.

Além das questões postas, acrescenta-se o interesse do próprio estudante em valorizar alguns conhecimentos adquiridos anteriormente neste pólo, que do ponto de vista logístico, contribuem para a agilidade desta pesquisa. Além disso, o contexto sócio-econômico, produtivo e ambiental desta região foram questões também valorizadas.

Considerando os limites de prazos a serem cumpridos para a finalização desta pesquisa, optou-se por fazer um estudo de caso em um grupo comunitário do pólo Transamazônica. A configuração escolhida foi a de um grupo que, mesmo reservando particularidades, as suas características sócio-econômicas, não evidenciam diferenças exorbitantes e, portanto, representa significativamente a diversidade do pólo.

Priorizou-se ainda um grupo em que, especificamente em relação a aproximação dos agricultores com as organizações representativas em particular ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, possua níveis extremos entre as vicinais que compõem a base geográfica deste grupo comunitário.

A partir de uma análise segundo os critérios mencionados, em universo de 15 grupos comunitários distribuídos no pólo Transamazônica, optou-se pelo grupo comunitário denominado São Vicente, situado no município de Pacajá (figura nº. 4, p. 54). Este grupo há alguns meses anteriormente a realização desta pesquisa, era composto por 21 famílias cadastradas no Proambiente; na ocasião, conta com 19, já que as demais desistiram.

Estas famílias encontram-se distribuídas em 3 vicinais, identificadas como Vicinal do Adão, São Vicente e Ladeira da Velha. Sendo as duas primeiras contíguas e, a última, separada por duas outras vicinais com famílias não cadastradas no Proambiente.

Nestas três vicinais, embora haja outras orientações produtivas, a criação bovina extensiva, principalmente destinada à produção de carne, é predominante. Vale ressaltar que esta atividade produtiva é uma tendência marcante no município de Pacajá, assim como nos demais municípios que compõem a base geográfica do pólo Transamazônica, embora possuam um efetivo rebanho menor, segundo os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A figura abaixo, ilustra a distribuição espacial aproximada dos grupos comunitários situados no município de Pacajá, identificados como: km 338, Bom Jardim, Pacajá, **São Vicente**, Terra Rica e Aparecida.

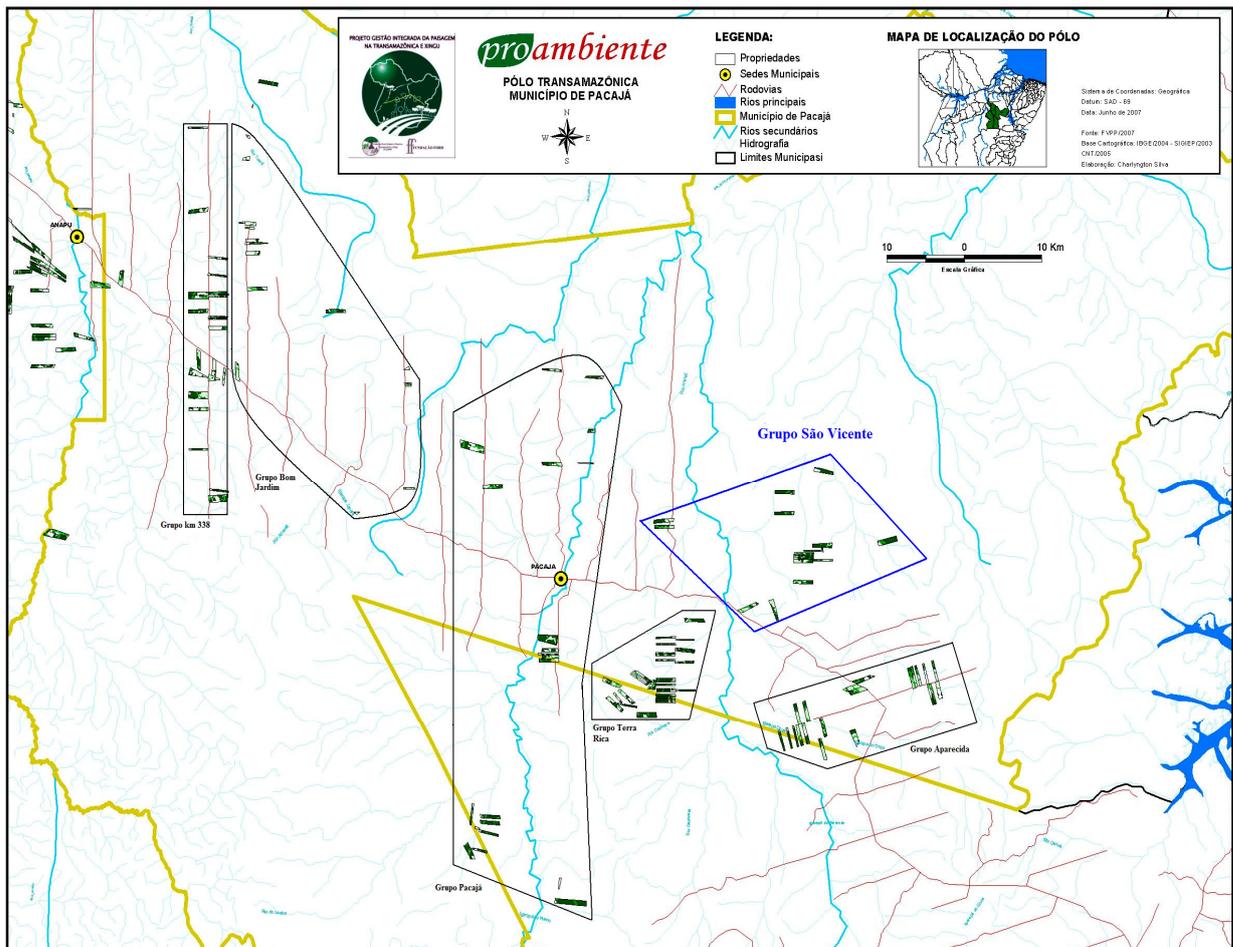


Figura nº. 7 - Distribuição espacial aproximada dos grupos comunitários do Proambiente situados no município de Pacajá.

Fonte: Base cartográfica FVPP.

2.4 – METODOLOGIA

Com a finalidade de alcançar o maior universo possível de opiniões com relação às questões aqui apresentadas, buscou-se mobilizar as diferentes posições dos agricultores relacionadas ao Proambiente, para isto, a pesquisa envolveu agricultores cadastrados no programa, desistentes e os que nunca se cadastraram a este programa, aqui, identificados como agricultores não cadastrados.

A partir desta delimitação, as entrevistas foram realizadas com base em dois critérios: relação de proximidade dos agricultores com o STR de Pacajá, e as orientações produtivas mais significativas entre os agricultores das três vicinais. Para o primeiro critério foram considerados agricultores associados e não associados ao STR. No segundo, agricultores das três orientações produtivas mais importantes, considerando os subsistemas: de cultivo, de criação (pecuária) e diversificado, esta última, identifica os agricultores que combinam as duas atividades anteriores.

Para o critério envolvimento com o STR, tomaram-se como base as informações prestadas pelo próprio agente comunitário¹⁷. Para o segundo critério, foram combinados as informações de um pré-mapeamento através de uma análise dos Diagnósticos e PUs, seguido do cruzamento com outras informações também do agente comunitário.

Vale dizer que o pré-mapeamento foi apenas para os agricultores cadastrados no Proambiente, para os demais, a definição ocorreu com base nas informações do agente comunitário. Especificamente na vicinal Ladeira da Velha, uma liderança da base¹⁸ também contribuiu com informações adicionais.

Segundo estes critérios, foram realizadas 19 entrevistas com agricultores, incluindo 3 lideranças da base, 3 com lideranças e ex-lideranças¹⁹ das organizações representativas, e

¹⁷ Em cada um dos denominados grupo comunitário, é definido um agricultor que terá o papel de integrar a equipe técnica na condição de agente comunitário. Cabe a este agente, acompanhar o técnico nas visitas as famílias do grupo, e na ausência do técnico, acompanhar algumas atividades planejadas, bem como manter os demais agricultores articulados aos princípios do Proambiente.

¹⁸ A expressão Liderança da base, é utilizada neste texto para identificar os agricultores que além das suas atividades normais agropecuária, desempenha um papel de liderança na vicinal, atuando como interlocutor privilegiado das organizações representativas junto a sua base.

¹⁹ O termo ex-liderança, faz referência a dois entrevistados em que no ato desta pesquisa, um encontrava-se na administração pública de um município da Transamazônica, e outro, tinha deixado o município de Pacajá. Ambos, influentes na fase inicial de implementação do pólo Transamazônica do Proambiente.

uma entrevista simultaneamente com 3 técnicos do Proambiente. Ao todo, a pesquisa é constituída de uma amostra composta de 23 entrevistas.

Desta amostra, 12 entrevistas foram realizadas com agricultores que têm a pecuária (bovino de corte) como principal atividade econômica, 5 entrevistas com agricultores que possuem um sistema de produção com a sua base produtiva econômica formada por cultivos perenes (cacau ou pimenta, em alguns casos com uma destas culturas e em outros em combinação) e pecuária, identificado como diversificado, e 2 entrevistas com agricultores em que a orientação produtiva econômica restringe-se ao subsistema de cultivo. Em um caso com base na produção de pimenta-do-reino, em outro, na produção de cacau.

Esta configuração teve como objetivo, reunir públicos diferenciados quanto a orientação produtiva de maior importância econômica praticada, e a partir disto, tornar evidente possíveis graus diferenciados de proximidade com a concepção do Proambiente em decorrência deste componente produtivo.

Exceto os entrevistados identificados por meio do subsistema de cultivo, as demais entrevistas envolveram agricultores sócios e não sócios do STR. Do universo total da amostra, 7 agricultores são cadastrados no Proambiente, 7 não cadastrados e 5 desistentes, como mostra o quadro nº. 1, p. 61. A figura nº. 8, p. 62, demonstra a distribuição espacial aproximada destes entrevistados nas respectivas vicinais.

Uma das limitações para compor a amostra, foi identificar agricultores que na ocasião possuam o subsistema de cultivo como atividade de maior importância econômica, haja vista que a criação bovina extensiva é predominante.

Quadro nº. 1 - Lista de entrevistados e critérios de definição

Entrevistados	Orientação produtiva	Aproximação com o STR	Situação ao Proambiente	Identificação
Beltrão	Diversificado	Sócio	Cadastrado	Liderança da base
Assis	Diversificado	Sócio	Cadastrado	Agricultor
Colares	Diversificado	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
Oliveira	Diversificado	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
Souza	Diversificado	Não sócio	Desistente	Agricultor
Gonçalves	Pecuária	Sócio	Cadastrado	Liderança da base
Amorim	Pecuária	Não sócio	Desistente	Agricultor
Apolinário* Sara	Pecuária	Não sócio	Cadastrados	Agricultor Agricultora
Patrus* Deane	Pecuária	Sócio	Cadastrados	Agricultor Agricultora
Bernado	Pecuária	Sócio	Cadastrado	Liderança da base
Pereira	Pecuária	Sócio	Desistente	Agricultor
Borges* Nalva	Pecuária	Não sócio	Desistente	Agricultor Agricultora
Viana	Pecuária	Sócio	Desistente	Agricultor
Alves	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
Petrolino	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
Salviano	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
Gomes	Pecuária	Sócio	Não cadastrado	Agricultor
Noronha	Cultivo	Sócio	Cadastrado	Agricultor
Neto	Cultivo	Sócio	Não cadastrado	Agricultor
Macedo				Ex-liderança regional
Martins				Ex-liderança do município
Farias				Liderança regional
Costa** Bastos Salazar				Técnicos do Proambiente

*Entrevista realizada com o casal; **Entrevista realizada simultaneamente com 3 técnicos do Proambiente.

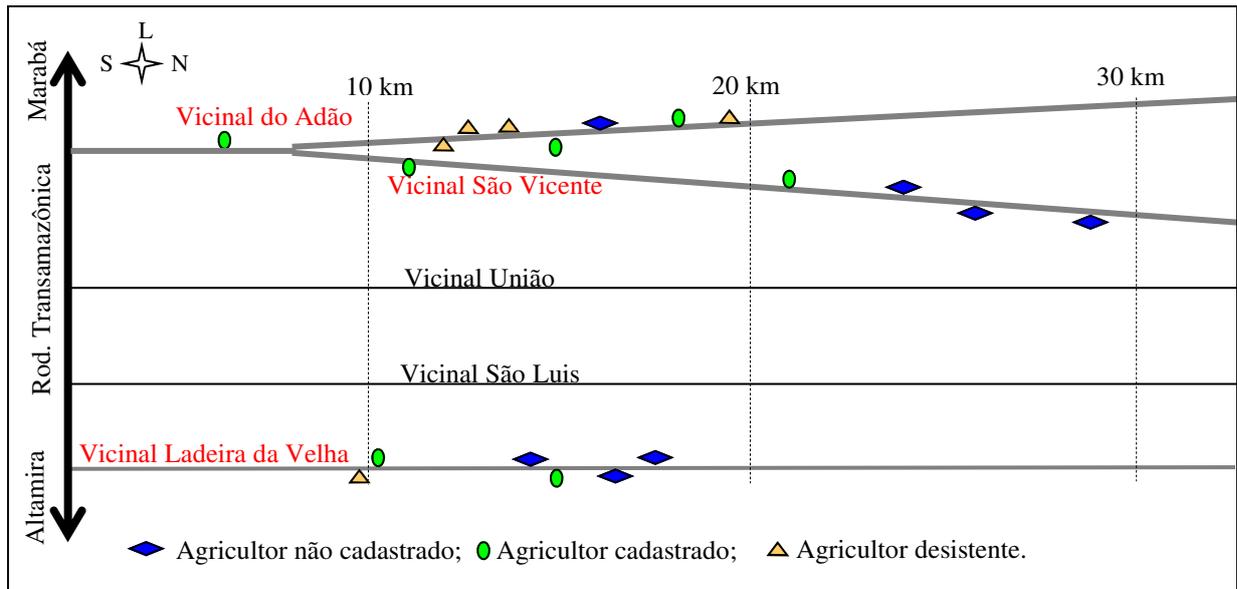


Figura nº. 8 – Distribuição espacial aproximada dos entrevistados nas vicinais

Com base em um roteiro, a opção por entrevistas semi-estruturadas se deu por entender que condicionam um ambiente mais cômodo para a interlocução e, portanto, tecnicamente mais adequada aos propósitos deste estudo. Exceto um entrevistado que livremente optou pela não gravação da entrevista, as demais, em comum acordo, foram gravadas (roteiros de entrevistas, apêndices: A, B, C e D, dispostos nas páginas 143, 145, 147 e 149, respectivamente).

As entrevistas foram previamente agendadas, como forma de reduzir os incômodos causados, já que, na maioria dos casos o tempo disponibilizado correspondeu a interrupções de horários de trabalho ou de repouso. O agendamento serviu também para antecipar em linhas gerais o objetivo da pesquisa, além de iniciar a formação de um ambiente para uma interlocução menos tensa, o que normalmente ocorre quando se faz uma entrevista imediatamente a primeira vista.

As transcrições das entrevistas foram feitas integralmente e de maneira a preservar a originalidade do conteúdo, salvo algumas alterações gramaticais quando a sua forma literal dificultou a compreensão da citação, todavia, devidamente atento para o não comprometimento do sentido original expresso.

A sistematização e análise das informações se deram por meios de seguidas e criteriosas leituras, organização das idéias e posições demonstradas por cada um dos entrevistados com relação ao objeto de estudo. Por conveniência, optou-se por atribuir

codinomes aos entrevistados, portanto, as chamadas no decorrer deste texto não fazem referência aos respectivos nomes verdadeiros.

O trabalho de campo teve início na segunda quinzena do mês de agosto de 2006, com análise de documentos (relatórios, listas de participantes de eventos, diagnósticos, PUs e outros) disponíveis na FVPP principalmente, seguido do ordenamento e cruzamento destas informação com os técnicos para a definição do local da pesquisa. Do total de entrevistas, 22 foram realizadas entre os dias 1º e 19 de setembro, e outras duas no dia 16 de outubro. Todas pessoalmente transcritas durante o mês de outubro do mesmo ano.

Com base na análise dos dados resultantes das entrevistas, optou-se por construir um novo arranjo dos entrevistados, base para a análise e discussão no decorrer desta construção textual. Tal necessidade é decorrente da reflexão construída com base nas informações obtidas por meio do trabalho de campo, em que a variável sócio do STR por si não caracteriza na prática engajamento dos agricultores com esta organização, com o seu projeto político, bem como para com as suas ações realizadas.

Assim, os entrevistados foram reorganizados em duas categorias, tendo como base o engajamento demonstrado pelos agricultores no decorrer das entrevistas. Nesta configuração, a categoria **A** identifica os agricultores que, independentemente de serem ou não associados ao Sindicato, não demonstraram envolvimento com esta organização, entre os quais, dois são cadastrados no Proambiente. No total, esta categoria reúne 14 dos entrevistados.

A categoria **B** corresponde aos agricultores que durante as respectivas entrevistas, evidenciaram envolvimento com o STR. Esta categoria é composta por 3 agricultores identificados como lideranças da base, e outros 2 agricultores, que no decorrer das entrevistas, evidenciaram esta relação de proximidade, pontuando presença em assembléias e outros eventos realizados pelo Sindicato de Pacajá. Esta categoria é composta por 5 agricultores do total de entrevistados, como mostra o quadro abaixo.

Quadro nº. 2 – Categorias de agricultores, segundo a aproximação com o STR de Pacajá

Categorias	Entrevistados	Orientação produtiva	Aproximação com o STR	Situação no Proambiente	Identificação
A 14 entrevistas	Apolinário* Sara	Pecuária	Não sócio	Cadastrados	Agricultor Agricultora
	Patrus* Deane	Pecuária	Sócio	Cadastrados	Agricultor Agricultora
	Amorim	Pecuária	Não sócio	Desistente	Agricultor
	Viana	Pecuária	Sócio	Desistente	Agricultor
	Souza	Diversificado	Não sócio	Desistente	Agricultor
	Pereira	Pecuária	Sócio	Desistente	Agricultor
	Borges* Nalva	Pecuária	Não sócio	Desistente	Agricultor Agricultora
	Oliveira	Diversificado	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Alves	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Colares	Diversificado	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Petrolino	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Salviano	Pecuária	Não sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Gomes	Pecuária	Sócio	Não cadastrado	Agricultor
	Neto	Cultivo	Sócio	Não cadastrado	Agricultor
B 5 entrevistas	Noronha	Cultivo	Sócio	Cadastrado	Agricultor
	Assis	Diversificado	Sócio	Cadastrado	Agricultor
	Bernardo	Pecuária	Sócio	Cadastrado	Liderança da base
	Gonçalves	Pecuária	Sócio	Cadastrado	Liderança da base
	Beltrão	Diversificado	Sócio	Cadastrado	Liderança da base

*Entrevista realizada com o casal.

2.5 – REFLEXÃO SOBRE A POSIÇÃO DO PESQUISADOR EM RELAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO

Como observa Bourdieu (2003, p. 34) “[...] construir um objeto científico é, antes de mais e, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações compartilhadas por todos”. Tal complexidade pode ser ainda maior, quando esta construção é realizada por indivíduos que, de alguma maneira, carregam vínculos com o objeto de estudo e, portanto, não isentos de compartilhar destas representações com muito mais intensidade.

Na condição de um ex-integrante da equipe técnica do Proambiente no pólo Transamazônica, embora desvinculado no campo formal anteriormente ao início do mestrado e mantendo-se distante no decorrer de todo o curso, as pré-noções são evidentes e, por natureza, não poderia ser diferente.

Entretanto, o desafio de realizar esta pesquisa é também uma oportunidade de se prestar a fazer uma crítica qualitativa da postura não apenas do exercício profissional, como também rever bases e convicções formadas e compartilhadas pelo senso comum. E a academia pode ser o espaço científico mais oportuno para tal.

A opção pela realização da pesquisa no grupo comunitário São Vicente, conforme comentado anteriormente, mesmo não tendo sido considerado como critério o fato de não haver uma relação de proximidade estabelecida com as famílias como integrante da equipe técnica do Proambiente, o que só aconteceu na condição de pesquisador, pode se afirmar que foi um fator positivo, não para isenção de pré-noções sobre o objeto, mas sim, para não confundir as famílias quanto a figura do técnico do programa em um dado momento, do pesquisador em outro, o que certamente comprometeria o trabalho de pesquisa.

Em todo o grupo comunitário, apenas duas lideranças da base, entre as quais uma é agente comunitário do Proambiente, são conhecedoras desta relação de proximidade como técnico do programa. Por tanto, este anonimato foi preservado durante toda a pesquisa de campo.

Embora as entrevistas estivessem definidas, a dúvida que persistiu foi definir a melhor estratégia para a primeira visita tanto para iniciar uma relação de confiança com os agricultores quanto para agendar as entrevistas.

Neste aspecto, optou-se por fazer este contato inicial acompanhado de uma liderança da base em uma das vicinais e nas outras duas, acompanhado do agente comunitário do próprio grupo. Em todos os casos, preservou-se entre as famílias o máximo de distanciamento do pesquisador em relação ao Proambiente, inclusive em momentos que antecederam a pesquisa.

Obviamente que esta é uma estratégia arriscada para um trabalho de pesquisa, logo, diante do fato de ser apresentado por uma liderança local, ligada ao Proambiente e ao próprio STR, é natural que as pessoas construam conclusões. Porém, foi uma opção, certo de possíveis riscos, principalmente, no que diz respeito ao conteúdo das informações prestadas por cada entrevistado. Vale dizer que estas lideranças estiveram presentes durante o agendamento das entrevistas, e não durante a sua realização.

Entretanto, contribuiu para esta opção o fato de o pesquisador ser desconhecido entre estas famílias, e era evidente o risco de os entrevistados não se sentirem a vontade para abordar algumas questões, principalmente ao se tratar de uma problemática relacionada ao meio ambiente, visto que poderia causar a impressão de que se tratava de alguém vinculado a institutos de fiscalização ambiental, o que, por si, se constituiria em um agravante para a realização da pesquisa.

Por fim, a estratégia adotada para a pesquisa de campo, embora sujeita aos riscos mencionados, além de outros, avalia-se como positiva, por ter sido possível estabelecer uma interlocução harmoniosa, envolvendo questões tão complexas, com uma certa isenção de maiores desconfianças.

De maneira geral, o estudo se constituiu em um exercício desafiador. Primeiro, o de superar os limites que a pesquisa e a própria construção textual impõem; depois, o de superar as próprias limitações, tanto de fazer a pesquisa, como transformá-la em um produto amparado por um certo rigor crítico que a academia exige; além disso, o de rever posições, as quais muitas delas são representações compartilhadas por todos.

Mesmo pertencendo a equipe técnica do Proambiente anteriormente ao início do curso de Mestrado e compartilhando da concepção deste programa, o total distanciamento das suas atividades e discussões a partir do ingresso no curso, foi um fato fundamental para esta construção. Sem este total distanciamento, seria ainda mais difícil adotar a postura devida

para uma análise crítica desta ordem, justamente pela permanência da relação de proximidade com as representações compartilhadas coletivamente.

Além da relação com o Proambiente, pesa ainda sobre o pesquisador para uma construção acadêmica envolvendo elementos das Ciências Sociais, o fato de possuir uma formação com base nas Ciências Agrárias, o que não deixa de ser um componente limitante para análises desta magnitude, sobretudo por envolver racionalidades e interesses que, como observa Neto (2002, p. 43), “são, invariavelmente socialmente construídas”, cujas reflexões são tratadas com muito mais intensidade em áreas como as Ciências Sociais, porém, a construção acadêmica é um exercício constante de superação de limites.

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PROAMBIENTE

De antemão, cabe dizer que este capítulo foi construído com base em análises documentais, mas principalmente a partir das entrevistas com lideranças e ex-lideranças das organizações representativas da Transamazônica. Trata-se de questões em que os agricultores entrevistados, inclusive as lideranças da base, não conseguiram mobilizar informações a este respeito no decorrer das entrevistas.

Portanto, as chamadas que fazem referência para os relatos dos agricultores, demonstram a distância existente entre os agricultores neste estágio do programa que, antecede a implementação dos pólos pioneiros do Proambiente, entre os quais, o pólo Transamazônica, campo desta análise.

3.1 - ETAPAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROAMBIENTE

Mesmo que a defesa de uma nova proposta de crédito rural para o desenvolvimento da produção agropecuária familiar amazônica estivesse no discurso e na pauta de reivindicações das organizações representativas dos agricultores familiares do Estado do Pará, pode-se dizer que esta demanda deixou de fazer parte do plano reivindicativo, para adquirir formato de política pública a partir do fim da década de 1990.

Até o ano 2000, quando a concepção do Proambiente foi apresentada publicamente, esta temática foi debatida por um grupo relativamente reduzido, entre os quais, o então presidente da FETAGRI-Pará Airton Faleiro se destaca como influente nesta primeira fase de construção desta proposta, obviamente, respaldados tanto pela pesquisa sobre a implantação do FNO-Especial na agricultura familiar paraense e os saberes construídos pelas organizações representativas por meio dos projetos-piloto. Como já descrito, os saberes adquiridos por meio do projeto Roça Sem Queimar contribuiu sobremaneira para a construção desta proposta de política de desenvolvimento rural.

A partir da apresentação pública da concepção do programa, pode-se afirmar que de fato o Proambiente começou a ser sistematizado. Concretamente, este processo foi estabelecido em janeiro de 2001, por meio da parceria firmada entre as FETAGs, FASE e o IPAM. O acordo firmado entre estas instituições para a realização de um seminário caracterizado como preparatório do processo de construção do Proambiente, foi o marco

inicial deste processo. Neste evento, outras organizações representativas anteriormente mencionadas, passaram a integrar este bloco composto por organizações representativas da Amazônia e parceiros técnicos, responsáveis pela construção da proposta, coordenado pela FETAGRI-PA (Descrição cronológica desta etapa, quadro nº. 3, p. 80).

Entre os eventos realizados durante todo este primeiro ano, o intitulado Seminário de apresentação da proposta do Proambiente realizado em novembro de 2001 em Macapá-AP., foi o mais importante por, na oportunidade, já terem sido apresentados os resultados dos trabalhos já realizados, materializados na formatação de uma versão, base para os debates neste evento, que contou com representantes das organizações e parceiros técnicos envolvidas.

Além das questões específicas relacionadas ao formato da proposta, este seminário deliberou pela formação de 12²⁰ pólos pioneiro do Proambiente, sendo 10 de agroextrativismo, 1 de pesca artesanal e 1 indígena, distribuídos na Amazônia brasileira, 1 em cada Estado, com exceção do Pará, para o qual foram reservados 3 pólos: 2 de agroextrativismo e 1 de pesca artesanal. Dos 12 pólos planejados, o indígena previsto para São Gabriel da Cachoeira no Amazonas não foi implementado.

Posteriormente, outro momento de destaque ocorreu em março de 2003, quando a proposta Proambiente foi oficialmente apresentada à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, seguida da formação do *grupo de trabalho interministerial do Proambiente*, formado por representantes do governo federal, das organizações representativas dos agricultores familiares da Amazônia e parceiros técnicos envolvidos no processo, com o papel de fazer as adequações da proposta ao formato institucional legal exigido.

Da apresentação oficial da proposta à secretaria executiva do Ministério do Meio Ambiente até a entrega da versão final ao governo federal na pessoa do próprio presidente da República, foi um período relativamente curto se considerada a morosidade normalmente existente nestes trâmites. Neste percurso, por recomendação da ministra Marina Silva do MMA e do Ministro Miguel Rosseto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o grupo interministerial foi ampliado para outras instâncias do próprio governo federal,

²⁰ Posterior a este evento, conforme decisões tomadas nos Estados a configuração foi a seguinte: Alto Acre-AC., Baixada maranhense-MA., Bico do papagaio-TO., Laranjal do Jarí-AP., Manaus-AM., Noroetes-MT., Ouro Preto do Oeste-RO., Vale do Apiaú-RR, Rio Capim, Marajó e Transamazônica, os três últimos no Pará.

envolvendo secretarias e ministérios como o da Integração Nacional (MIN), dada a compreensão da necessidade da integração de diversas áreas do governo face a dimensão do programa.

Assim, a versão definitiva do Proambiente foi protocolada pelo governo em abril de 2003 e em junho do mesmo ano, incluída no Plano PluriAnual (PPA) 2004 -2007 como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), do Ministério do Meio Ambiente.

3.2 - MOMENTOS IMPORTANTES DESTE PROCESSO

Na trajetória de construção da proposta Proambiente, isto é, da apresentação da idéia inicial pela FETAGRI em 2000 até a apropriação oficial pelo governo federal em 2003, podem-se enumerar três períodos importantes deste processo:

1- Etapa de construção em linhas gerais da idéia do Proambiente a ser lançada em evento público liderado pela FETAGRI-PA.

2 – Período de construção da proposta, isto é, da sistematização das sugestões ao seu detalhamento.

3 - Período destinado à formatação segundo as exigências institucionais legais. Este último, já no âmbito governamental federal, realizado por meio de um grupo interministerial, composto por representantes das organizações representativas e do governo, coordenado pelo MMA.

Nestes três períodos importantes que correspondem ao processo de construção da proposta Proambiente ocorridos em aproximadamente cinco anos, considerando o que antecedeu o lançamento da idéia matriz, observa-se que no primeiro momento a discussão ficou no âmbito de algumas lideranças das organizações representativas; no segundo, ampliado para os parceiros técnicos; e, no terceiro, além destes, envolveu representantes do governo federal de diversas áreas. No geral, no decorrer de todo este processo não se visualiza o envolvimento direto dos agricultores em nenhum destes períodos.

Obviamente não se trata de afirmar que o programa é uma construção elaborada a partir do pensamento único de algumas lideranças, pesquisadores e técnicos. Como já mencionado,

o Proambiente é produto de uma combinação de elementos, que por sinal, a matriz oficial não se lançou a este desafio. Porém, o que se discute neste estudo é a ausência dos agricultores na construção de uma política pública, emergida das suas próprias organizações representativas, embora estas mesmas organizações reconhecidamente possuam legitimidade para representá-los.

Neto (2002) observa que as realidades são construções e, portanto, sofrem freqüentes alterações. Tal raciocínio remete compreender que nem mesmo a representação, por legitimada que seja, e a mediação, por mais qualificada possível, substituem a participação, como meio mais eficaz para responder às demandas e aspirações de um determinado grupo ou mesmo uma categoria social.

Macedo (ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006) ressalta que o Proambiente foi construído com base em uma série de embasamentos técnicos e práticos; do pensar dos próprios agricultores familiares, como por exemplo, as insatisfações geradas pelo FNO-Especial, como evidenciou a pesquisa proposta pela FETAGRI e realizada pela FASE, IMAZON, NAEA/UFPA, porém, ausentes dos debates em todo o processo de construção da proposta Proambiente e da discussão que antecederam a divulgação da sua concepção no Grito da Amazônia.

[...] Então lá nesse evento em 2000, se criou o primeiro grupo técnico pra construir a proposta, dar um formato na idéia que até então era das lideranças digamos assim, partindo dos questionamentos que vinham lá dos agricultores: ah! porque o FNO não foi bom por isso, teve problemas na assistência técnica, teve problema de produção, teve problema nisso, naquilo. Então, as lideranças começaram a transformar isso numa idéia de um programa. A partir de 2000, esse grupo técnico deu um formato da primeira versão do Proambiente (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

A série de seminários ocorrida em todos os Estados da Amazônia, realizados com a finalidade de apresentar o que já se tinha construído em termos do Proambiente e ampliar o debate para novas sugestões, possivelmente foi o momento mais importante de todo o processo, para estender as discussões para além do grupo de trabalho técnico, responsável pela sistematização das diversas alternativas e idéias sugeridas ao programa.

Estes seminários foram ocasiões importantes para se estabelecer um processo de diálogo com os agricultores principalmente, por duas razões: ocorreram em todos os Estados onde foram implementados os pólos pioneiros; e naquele momento, já havia uma linha de pensamento formada com relação a concepção do programa e, a partir deste direcionamento,

seria possível cruzar os interesses, aspirações e visões de mundo das lideranças, com a que dispõem os agricultores.

Além disso, foi um momento importante para demarcar o início da participação dos agricultores no processo de construção do programa, muito embora sujeito aos limites da participação provocada, como observa Bordenave (1995, p. 28), mas certamente projetava um ambiente mais favorável para a participação direta dos agricultores no processo de implementação dos pólos pioneiros.

Em um destes seminários, realizado na Transamazônica, ocorrido em caráter regional no Pará²¹, os registros evidenciam que dos 57 participantes de 9 municípios situados na área de abrangência do MDTX e da FVPP, apenas 2 eram agricultores²², além de outros 5 agricultores lideranças da base; os demais foram lideranças dos municípios ligadas aos STRs, associações, cooperativas, CFR e vereadores²³; lideranças regionais ligadas a FVPP, MDTX e a FETAGRI-Transamazônica e Xingu, além de lideranças e assessores estaduais ligados a FETAGRI, FASE e ao IPAM. Especificamente do município de Pacajá, estiveram presentes 2 agricultores e 5 lideranças, entre os quais, nenhum do grupo comunitário São Vicente.

Neste evento, que poderia ter sido a oportunidade para um debate amplo envolvendo públicos diferenciados, principalmente os agricultores, conforme revelam os registros do seminário, estes não se fizeram presentes, e certamente ficaram alheios a toda esta discussão. Além deste, não há registros de outros eventos realizados nos municípios com a mesma finalidade, objetivando envolver os agricultores no debate, pelo menos no sentido de mantê-los informados do andamento da construção deste programa, inclusive da concepção pensada.

As informações reunidas por este estudo permitem afirmar que, entre os agricultores, o debate acerca da construção do Proambiente foi algo bastante desconhecido durante todo o seu processo, como observa uma ex-liderança:

[...] uma discussão com todo mundo da comunidade sobre o Proambiente não chegou a esse ponto, acabou ficando uma coisa assim, aonde as pessoas tinham um certo envolvimento com algum tipo de organização (STR, associações, cooperativas, CFR), essas pessoas é que foram tendo mais acesso às discussões. Nem todos os

²¹ O outro foi realizado em Belém.

²² O termo agricultor faz referência ao cidadão que independente de ser sócio ou não de alguma organização representativa, não desempenha qualquer função de líder perante as organizações.

²³ Todos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT)

agricultores ficaram sabendo (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Para esta ex-liderança, duas razões foram determinantes para o não envolvimento dos agricultores no processo de construção do Proambiente. Um deles diz respeito à indisponibilidade de estrutura física e humana das próprias organizações representativas da Transamazônica, suficiente para, no período correspondente a construção do programa, estabelecer um diálogo com os agricultores familiares relacionado ao processo de construção do programa, bem como da sua concepção.

Depois disso, como salienta a mesma ex-liderança “[...] também pra ter um certo cuidado, pra não criar uma grande expectativa que agora estava vindo a salvação de toda a lavoura e todo mundo poderia estar entrando, era uma coisa piloto, se der certo, trabalharia como um programa abrangente” (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Para superar tais limites, a estratégia empregada pelas lideranças das organizações representativas, foi repertoriar algumas opiniões dos agricultores em eventos não específicos, mas onde se debatia a importância de uma nova proposta de crédito condizente com as condições e demandas dos agricultores desta região.

Tratava-se de uma proposta alternativa, em contraponto aos insatisfatórios resultados alcançados com o FNO-Especial e o próprio serviço de ATER, itens que, na década de 1990, foram inalteráveis na pauta destas organizações, inclusive nos debates em eventos realizados com a sua base, porém, não específicos para discutir a proposição de uma proposta de política pública na dimensão do Proambiente.

Macedo destaca que,

[...] a partir do momento que se teve a idéia do Proambiente, foram feitas várias discussões, e reunidas várias opiniões dos agricultores para melhorar a proposta, para que ela pudesse atender os anseios dos agricultores. Foram identificadas em reuniões e discussões em que se questionava o modelo de financiamento e da assistência técnica vigente (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Nota-se que nos municípios não foram mobilizados momentos específicos para debater a temática Proambiente, no sentido de apresentar sugestões, discutir as diretrizes pensadas para o programa. Pontualmente o que houve, foi uma transmissão de informação quanto ao andamento do processo de construção da proposta, ou das discussões sobre a mesma no

âmbito das organizações representativas na esfera estadual (FETAGs) e o próprio grupo técnico de trabalho encarregado pela sistematização da proposta.

Entretanto, no máximo estas informações chegaram às lideranças nos municípios e eventualmente para algumas lideranças da base, porém, não alcançou os agricultores, mesmo os mais próximos das organizações desconhecem a evolução de construção da proposta.

[...] sempre que eu ouvia a falar a respeito do Proambiente, eu reproduzia no município em um coletivo que nós temos, é um coletivo sindical e político que discute a política eleitoral, discute a política sindical e discute a política de desenvolvimento da agricultura familiar. Esse coletivo é uma ou duas lideranças das vicinais, eles vinham participar conosco na cidade e reproduzia isso na base (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2006).

Mesmo no âmbito do coletivo sindical e político do município de Pacajá, não se visualiza um debate para discutir as diretrizes do Proambiente. Nota-se a transferência de informação quanto à construção de uma proposta de política pública das organizações representativas da Amazônia, que, sem maior detalhamento, era posta como uma idéia nova, que previa satisfazer as aspirações dos agricultores, já que o FNO-Especial e a própria orientação para a produção agropecuária em andamento, constantemente eram alvos de avaliações críticas das organizações representativas, como expressa uma liderança da base.

[...] A primeira idéia que a gente teve foi assim, uma liderança regional foi uma reunião em Altamira lá com o pessoal da FETAGRI, o pessoal da linha de frente, quando ele chegou, ele falou pra nós que estava vindo um programa. Isso foi uma história que pelo menos eu não acreditei. Era um programa com objetivo sustentável que vinha dar continuidade a sobrevivência das famílias aqui na Transamazônica e era chamado Proambiente. Tinha um agente financeiro que ia financiar, se o agricultor tirasse R\$ 20.000,00 só ia pagar R\$ 10.000,00 (BELTRÃO, liderança da base, entrevista em 10/09/2006).

Fora do âmbito das discussões colegiadas das lideranças de Pacajá, identificou-se que por uma vez na Casa Familiar Rural deste município, a temática Proambiente foi assunto de uma palestra ministrada pelo então presidente da Casa. Além dos estudantes, alguns pais de alunos assistiram a esta breve exposição sobre o programa.

Assim como os demais eventos que trataram no Proambiente, este foi mais um que teve o caráter de informar sobre a construção em andamento deste programa. Nesta palestra, o Proambiente, que não possuía um nome definido, foi esboçado como uma linha de crédito diferenciada do FNO-Especial e com condições especiais de pagamento. Entre os seus propósitos, previa-se o estabelecimento de uma nova orientação para a produção agropecuária. Sem precisar quanto ao detalhamento do programa, sabia-se que se tratava de

uma proposta que ia apoiar a produção agropecuária familiar, articulada a conservação do meio ambiente.

Uma ex-liderança, na época estudante da CFR, destaca que foi a primeira vez em que ouviu falar da construção do programa. Segundo ele, tratava-se de uma proposta que visava valorizar a produção familiar e, ao mesmo tempo conter as queimadas.

[...] nessa palestra, acho que em 99, a primeira discussão que eu ouvir falar era mais ou menos nessa linha. Estavam discutindo um projeto pra beneficiar os agricultores e o foco principal era tentar reduzir as queimadas e tentar levar um modelo de assistência técnica diferenciada. Eles diziam que a assistência técnica naquele momento não atendia as necessidades dos agricultores, então, o movimento social estava discutindo um projeto que viesse melhorar o modelo de assistência técnica e reduzir a questão do desmate, que era um problema muito grande (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

Um detalhe importante chama à atenção que, são justamente os relatos em que sempre sinalizam para uma proposta postas para os agricultores, sem que os mesmos se vejam ou visualizem alguns dos seus pares como ator influente neste processo e, portanto, justifica as opiniões conflitantes geradas pelos agricultores em relação à concepção do programa, como pro exemplo, os que participaram da exposição sobre o Proambiente na CFR de Pacajá.

Entre os pais de alunos da CFR que assistiram a esta palestra, possivelmente o primeiro contato que tiveram a este respeito, desde então, despertou entre eles por um lado expectativa, e por outra preocupação.

Conforme Martins (ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006), mesmo sendo um público composto por agricultores com estreita relação com o STR de Pacajá e defensores do projeto político das organizações representativas da Transamazônica, desde então a questão financeira já suscitou muito interesse e expectativa inclusive para os devedores do FNO-Especial, enquanto que a questão ambiental desde aquele instante gerou tensões.

Para estes agricultores, a proposta de eliminação do fogo nas diversas atividades agropecuárias, não os favorece, mas sim, compromete a produção a ponto de inviabilizar a geração de alimentos essenciais para consumo da própria família.

Martins (ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006) enfatiza que esta breve exposição sobre o Proambiente foi suficiente para provocar diversas reações entre os poucos agricultores presentes.

[...] quando ele dizia que nós tínhamos de reduzir as queimadas, tinha que reduzir o desmate, os agricultores falavam: vão matar nós de fome, não querem deixar nós produzir. Nem surgiu muitas perguntas, o que surgiu mesmo foi algumas críticas, alguns agricultores ficaram logo com medo: isso aí não vai dar certo porque se a gente não derrubar, a gente não vai conseguir produzir, se não queimar, a gente também não vai conseguir produzir (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

Isto mostra que a construção do Proambiente, não envolveu os agricultores nos debates realizados durante o detalhamento da proposta, mesmo aqueles mais próximos das organizações representativas. Neste sentido, observa-se que a participação enquanto discurso pode ser facilmente incorporada, ao contrário do que ocorre no plano prático, em que, para ser efetivada, necessariamente demanda investimentos físico, econômico e tempo, além do árduo trabalho de negociação.

Mesmo entre as organizações representativas que demonstram ser as maiores defensoras do princípio da participação direta como observam Scherer-Warren (1993); Scherer-Warren e Krischke (1987 *apud* RICCI, 2002), na prática, frequentemente esbarram nos obstáculos para efetivá-la.

Assim, mesmo as organizações quando assumem uma posição de construir intervenções de desenvolvimento como foi o caso do Proambiente, num esforço de responder as demandas dos seus representados, estas findam por adotarem posturas verticalizadas, historicamente assumida pelos agentes públicos ditos tradicionais e, portanto, expostas as contradições existentes entre o discurso e a prática. A consequência mais evidente disto como observa Neves (1998, p. 9), é a de apresentar intervenções também descontextualizadas dos interesses e, principalmente, das visões de mundo que os mediados se encontram dotados.

Tal observação é muito coerente com o processo que deu origem ao Proambiente, na medida em que as lideranças dotaram-se de um entendimento quanto à melhor orientação para fortalecer a produção agropecuária familiar rural, mas mesmo sendo uma compreensão correta e cabível do ponto de vista socioambiental, encontra fortes resistências entre a maioria dos agricultores, justamente por se tratar de uma intervenção não debatida e muito menos pactuada com este público no decorrer da sua construção.

Além disso, o contexto sócioeconômico, o grau de compreensão ambiental, as relações estabelecidas com o meio, bem como os interesses existentes entre as organizações representativas e os agricultores, embora haja pontos que os aproximem, existem outros que

os distanciam, já que as realidades assim como as visões de mundo, também se diferem entre estes atores.

Tal afirmativa é respaldada pelo grau de informação demonstrado pelos agricultores não apenas quanto ao processo de construção, como ao próprio Proambiente. Este distanciamento é ainda maior entre os agricultores sem envolvimento com o STR local, como se observa através de um agricultor identificado na categoria A deste estudo.

[...] o Proambiente é uma organização nova pra nós aqui, não entendemos o caráter dela, o Proambiente é ainda desconhecido, não tive um detalhamento sobre o que ele é, sobre a realidade dele (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Obviamente que o não-envolvimento dos agricultores nas discussões de construção da proposta Proambiente, se traduz na falta de aproximação destes com o programa, que na maioria vêm o conjunto de mudanças apresentadas, de maneira cautelosa e, portanto, resistentes à sua adesão.

Mesmo que o programa esboce alguns benefícios, porém os acordos assumidos, os compromissos que terão de honrar em relação à questão ambiental, ainda é algo não presente nas diversas atividades agropecuária cotidiana destes agricultores.

Neste sentido, uma mudança que propõe reduzir o desmatamento, evitar queimadas, manter matas ciliares, respeitar áreas de preservação legal e permanente, entre outras obrigatoriedades, é fato que no plano prático está muito distante destes agricultores e, neste aspecto, o programa representa um comprometimento que na maneira expressa pela maioria dos agricultores da categoria A, significa dizer que vão ficar comprometidos com o governo e automaticamente limitados para desenvolver as suas respectivas atividades econômicas como de costume, sempre as fizeram.

[...] Eu acho difícil cumprir uma responsabilidade, por exemplo, com o governo ou com qualquer um órgão, pra gente ficar sujeito a fazer aquilo, [...] fazendo livre eu acho que é melhor, eu protejo a floresta, [...] mas eu tenho medo de entrar em qualquer um órgão assim (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Neste entendimento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), serve de referência comparativa para o Proambiente. Segundo estes agricultores, a postura do IBAMA inibe sobremaneira a atividade agropecuária, por impor severas restrições para a abertura de novas áreas de florestas, bem como para o uso dos recursos naturais de maneira geral, ao que se acrescenta uma série de questões de ordem

burocrática, de difícil acesso pelos agricultores, para que estes regularizem o uso de tais recursos. Na opinião de um agricultor,

[...] o IBAMA ele é um órgão bom pra o sentido que ele foi criado, pra proteger a floresta, mas depois bota o agricultor a pessoa usuária da terra no cabresto. Pelo gosto do IBAMA, ninguém cortava uma árvore na mata do Brasil, o que eu entendo dele é isso aí. Tem o INCRA, que assenta e quer que o pessoal trabalhe, aí o infeliz do agricultor fica em um vai e vem, um manda e outro proíbe, é uma situação difícil (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Na condição de uma política pública emergida das organizações representativas, por natureza o Proambiente deveria ter a sua aceitação entre o público para o qual é dirigido, muito maior da que pode ser percebida, a partir deste conjunto de agricultores entrevistados.

Nota-se que o próprio projeto político defendido pelas organizações representativas, de se articular a uma questão recorrente em todo o mundo, que é a necessidade de redefinir o padrão de uso e as posições em relação ao meio ambiente, apresenta uma disparidade com o projeto de sustentabilidade econômica demonstrado por estas famílias de agricultores, possivelmente, pelo nível de conhecimento que portam, mas principalmente, pelo contexto sócio-econômico em que estão inseridos.

Desta forma, equilibrar produção agropecuária e preservação ambiental é ainda um exercício de difícil apropriação pelos agricultores, não que sejam terminantemente contra, mas como efetivá-lo na prática, ainda geram muitas dúvidas, e principalmente incertezas quanto à sua viabilidade, sobretudo, no que tange as questões básicas para o sustento da própria família.

Mesmo para os agricultores mais próximos das organizações representativas, que obtiveram algumas informações sobre o programa antes da divulgação pública na região, a concepção do Proambiente foi também apresentada de maneira brusca, sugerindo algo fora do próprio campo de conhecimento e compreensão, ainda de mais difícil adoção por partes dos agricultores menos ou, sem envolvimento com as organizações representativas dos agricultores da Transamazônica, conforme representados na categoria A.

[...] No financiamento que fizemos, já estamos habituados no que tem que fazer: queimar, plantar e produzir. No Proambiente é não queimar, o que acho muito diferente é plantar sem queimar, como eu peguei no rádio que já estão fazendo para o lado de Rondônia, Roraima, produzir sem queimar. Eles não falam quanto vai investir e quanto vai produzir. Só enxergo que a gente investe mais do que tem lucro porque, não é brincadeira abafar uma juquira, jogar guandu ou outra lavoura, deixar apodrecer pra depois plantar arroz (VIANA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Assim, mesmo aos agricultores mais bem posicionados na relação com estas organizações representativas identificados na categoria B, os elementos por eles postos não evidenciam algum tipo de participação dos agricultores no processo de construção da proposta de política pública Proambiente. Desta forma, a diferença entre as visões de mundo e os interesses existentes entre as organizações representativas e os agricultores, no que diz respeito à produção agropecuária e conservação ambiental, é evidente.

Entre outras coisas, a construção do Proambiente expôs sobremaneira os limites para se estabelecer um processo de participação direta e ampliada da base. Este fato contradiz os princípios do discurso do novo movimento social, em que a participação direta e a descentralização das tomadas de decisão são alguns dos princípios que impulsionaram a emergência da força política destes movimentos.

Neste aspecto, na Transamazônica, a FVPP nas últimas décadas conseguiu estabelecer importantes interlocuções com diversos setores da sociedade público e privado, porém, especificamente quanto ao Proambiente, não conseguiu mobilizar os agricultores integrantes da sua base em torno de um debate no decorrer da construção deste programa. Da mesma forma, os próprios STRs, considerados os interlocutores junto a base, também não o fizeram.

Por fim, isto mostra que o fato de uma política pública emergir das organizações representativas não quer dizer que foi construída com a participação direta do público para o qual é dirigida.

Quadro nº. 3 - Descrição cronológica do processo de construção da política pública Proambiente

Período	Evento	Público	Local
Maio de 2000	Apresentação pela primeira vez da concepção do Proambiente pela FETAGRI, por ocasião da realização do Grito da Amazônia.	Lideranças, outros.	Belém
Maio a dez. de 2000	Fortalecimento informal do processo de construção do Proambiente (discussões)	FETAGs IMPAM e FASE	
Jan. de 2001	Formalização da parceria para organização de um evento preparatório ao processo de construção do programa.	FETAGs, IPAM e FASE	
Mar. de 2001	Realização da “Oficina de Nivelamento Regional do Proambiente”, promovido pelas FETAGs e organizado pelas FETAGs, IPAM e FASE. Objetivos: socialização regional da proposta preliminar do Proambiente; novas sugestões à proposta; apresentar a proposta preliminar aos órgãos públicos. Deliberações da oficina: a) Formação do CONGEN do Proambiente; b) Constituição da equipe técnica do Proambiente responsável pela construção do Proambiente.		CESIR /CONTAG em Brasília-DF
Mar. a out. de 2001	Construção versão preliminar do Proambiente.	Grupo de Trabalho (FETAGRI-PA, FETAGRO, IPAM e FASE)	
Nov. de 2001	Seminário de apresentação versão preliminar do Proambiente, promovido pelas FETAGs, MONAPE, COIAB, CNS e GTA, e organizado pela FASE e IPAM. Objetivos: Prosseguir o processo de construção do programa; novas sugestões; definir compromissos dos órgãos públicos para a implantação dos pólos pioneiros do Proambiente. Encaminhamentos: 1) formação de 10 pólos pioneiros de agroextrativismo dos quais, 2 no Estado do Pará e 1 em cada os demais Estado da Amazônia Legal, 1 pólo de pesca artesanal e 1 pólo indígena; 2) realização de 09 encontros estaduais com representantes da agricultura familiar e extrativismo e outros 2 encontros com representantes de pescadores artesanais e indígenas, para discussão e sugestões a proposta inicial; 3) elaboração do projeto de consolidação do Proambiente para a mobilização da base e implantação dos 12 pólos pioneiros; 4) organização do evento para apresentação e discussão da proposta definitiva, isto é, acrescida das indicações dos encontros estaduais; 5) assinatura de carta de intenção com a SCA/MMA, para convênio/apoio financeiro ao projeto de consolidação do Proambiente.	Lideranças das organizações representativas da Amazônia e parceiros técnicos (IPAM e FASE)	Macapá-AP
Dez. de 2001	Ajustes da versão preliminar, com base nos resultados dos grupos de trabalho dos seminários de apresentação da proposta do Proambiente.	Grupo de trabalho	
Janeiro de 2002	Aprovação da proposta inicial do Proambiente.	CONGEN	
Abr. de 2002	Criação da secretaria executiva do Proambiente no PDA/MMA.		
1 e 2 de set. de 2002	Realização dos 09 encontros estaduais da agricultura familiar e extrativismo, nos pólos.		Estados da Amazônia
Jan. de 2003	Realização encontro de pesca, promovido pelo MONAPE.		Belém

Mar. De 2003	Apresentação do Proambiente para a Secretaria Executiva do MMA. Formação do Grupo de Trabalho Interministerial do Proambiente, constituído por representantes dos ministérios do MMA e do MDA e das organizações representativas: CONTAG, MONAPE, COIAB, CNS e GTZ, MMA e a Secretaria Executiva do Proambiente representando o CONGEN.		Brasília-DF.
Abr. de 2003	Apresentação do Proambiente para a Ministra Marina Silva do MMA e para o Ministro Miguel Rosseto do MDA, ampliação do Grupo de Trabalho Interministerial do Proambiente		Brasília-DF
Abr. de 2003	“Encontro da Sociedade Civil” para conclusão da proposta definitiva do Proambiente (Dia 14 revisão e discussão interna no CESIR/CONTAG-Brasília-DF. e dia 15, apresentação pública e entrega da proposta definitiva ao Governo Federal, em solenidade realizada no Congresso Nacional).		Brasília-DF.
Jun. de 2003	Realização do encontro Indígena, promovido pela COIABE.		Manaus-Am.
Jun. de 2003	Inclusão do Proambiente no Plano Plure Anual (PPA) 2004-2007, como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/MMA.		

Fonte: Adaptado da Proposta definitiva do Proambiente (2003, p. 4-6).

CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA DO PROAMBIENTE

Paralelamente ao processo de construção da proposta Proambiente, mais precisamente a partir do final do ano de 2002, foram iniciados os trabalhos para a implementação dos denominados pólos pioneiros do Proambiente, distribuídos em todos os Estados da Amazônia como experiência piloto.

A partir deste período, duas frentes de trabalho simultaneamente atuaram neste processo, uma formada por técnicos, consultores e lideranças estaduais das organizações representativas da Amazônia, responsáveis pela construção da proposta; e outra, formada por técnicos da área agrônômica ou afins, e lideranças das organizações representativas da área de abrangência dos pólos, encarregada dos trabalhos iniciais de implementação dos pólos pioneiros. Cada pólo com a sua própria equipe técnica.

Consideram-se como partes integrantes deste processo o cumprimento de uma série de etapas realizadas nesta ordem:

- 1- definição da base geográfica do pólo;
- 2 – cadastramento das famílias;
- 3 – realização da Assembléia dos 500;
- 4 - construção do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e Plano de Desenvolvimento Sustentável (PD) do pólo;
- 5 - formação dos grupos comunitários com seus respectivos agentes (1 por grupo);
- 6 – construção dos Diagnósticos e Planos de Uso (PU) individual das Unidades de Produção Familiares (UPF) e os Acordos²⁴ Comunitários (AC).

Cabe ressaltar que as três primeiras etapas foram realizadas pelas próprias organizações representativas, na quarta, foram constituídas equipes técnicas provisórias, e, a partir de então, foram formadas as equipes para atuar nas demais etapas (Descrição cronológica quadro n°. 4, p. 101).

²⁴ Denominação atribuída ao conjunto de acordos relacionado aos princípios do Proambiente, pactuados entre os integrantes de cada grupo comunitário. Tais acordos é um dos instrumentos indicadores para mensuração do cumprimento ou não das diretrizes do programa por cada membro do grupo.

O cumprimento desta série de etapas foi estabelecido como pré-requisitos básicos acordados pelo programa, como condições indispensáveis para habilitar os pólos pioneiros a iniciarem o processo de efetivação dos princípios do Proambiente, no que diz respeito ao processo de mudança do padrão de uso da terra e demais recursos naturais.

A partir do cumprimento destes requisitos básicos, as equipes técnicas dos respectivos pólos postariam-se ao trabalho de assessoramento técnico para a implementação do plano de uso correspondente a cada uma das unidades de produção das famílias cadastradas no programa.

4.1 - A DEFINIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DO PÓLO TRANSAMAZÔNICA

A definição dos municípios-base geográfica do pólo ocorreu entre os dias 3 e 6 de junho de 2002, por ocasião do seminário regional sobre o Proambiente na Transamazônica. Como já mencionado, entre os 57 presentes, apenas 2 agricultores e outros 5 agricultores, lideranças da base estiveram neste evento, fato que, de início, dá a dimensão do nível de envolvimento e informação deste processo pelos agricultores.

Entre os entrevistados, apenas 3 identificados na categoria B, que são lideranças da base, demonstram conhecer superficialmente como ocorreu a definição da área geográfica de abrangência do pólo Transamazônica. Um destes agricultores liderança da base, mesmo não estando presente, mas que mantém estreita relação com o STR de Pacajá, salienta que se deu por meio de “[...] uma discussão grande. Tinha o João Batista, Gonzaga e outros dessa região mais pra cá. Eram 500 famílias, ficaram 100 pra Souzel e 200 pra um dos municípios de Anapu e Pacajá” (BERNARDO, agricultor liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2007).

Concretamente, a decisão pela definição da área geográfica deste pólo foi prerrogativa das próprias lideranças das organizações representativas desta região. Conforme o relatório do evento, e reiterado por uma liderança regional, sugerem compreender que além de não participarem, os agricultores também não foram consultados a este respeito, mas sim uma decisão em que prevaleceu a habilidade de articulação e persuasão entre as próprias lideranças, em que a sustentabilidade do projeto político local possivelmente foi o principal objeto de interesse.

Neste entendimento, sediar o pólo do Proambiente atribuía naquele momento as organizações representativas dos municípios, um reconhecimento e visibilidade política canalizada ao projeto no âmbito local, obviamente que não desconectado ao projeto político regional pactuado em torno do MDTX sob a interlocução da Fundação Viver, Produzir e Preservar.

[...] Tanto é, que a gente veio disputar na Assembléia da Fundação. Porque veja bem, nós tínhamos o Proambiente pra 3 municípios dentro de uma microrregião de 11 municípios, aí foi que a gente se articulou com Anapu e Souzel e conseguimos fechar uma proposta para os 3 municípios. Já viemos do grupo de trabalho com as 500 famílias divididas entre os 3 municípios. Quando a gente chegou na plenária, não teve uma proposta que se aproximasse da nossa, houve até quem dissesse que a gente estava muito corporativista (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2006).

Aliás, vale frisar que, para a maioria dos agricultores entrevistados, a própria compreensão acerca do termo pólo é muito vaga entre eles, de tal modo, que um agricultor liderança da base, entende que o termo se refere “[...] a sede onde movimenta as discussões. O Proambiente está inserido em três municípios: Pacaja, Anapu e Senador José Porfírio” (GONÇALVES, agricultor liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2007). Outro agricultor, também da categoria B, diz que apesar de já ter ouvido falar, como o próprio afirma: “[...] mas eu não entendo direito. Eu acho que é negócio de caloria, será?” (ASSIS, agricultor cadastrado ao Proambiente, entrevista em 06/09/2007).

4.2 - O CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS

Logo após a definição dos municípios contemplados para sediar o pólo Transamazônica, já no mês seguinte, no período de julho a setembro de 2002, as próprias organizações representativas destes municípios realizaram o cadastro das famílias. Até então, além das lideranças da base, os demais agricultores praticamente ainda não tinham ouvido falar a respeito do Proambiente.

Exceto a palestra realizada na Casa Familiar Rural do município de Pacajá, conforme mencionada anteriormente, nenhum outro evento de divulgação ou mesmo de informação para os agricultores foi realizado até a fase de cadastramento das famílias.

Para a maioria dos cadastrados e desistentes do Proambiente, o primeiro contato com a proposta do programa ocorreu por ocasião do cadastramento. Segundo eles a inscrição foi realizada por meio de reuniões em algumas vicinais ou em visitas ao próprio domicílio. Nas

duas situações o programa foi apresentado superficialmente já que, na época, a proposta ainda estava em construção e, nem mesmo as lideranças encarregadas precisavam as suas diretrizes.

[...] Teve uma reunião na época pelo vereador Dorim, só que o João Paraense [...] conhecia a gente aqui e convidou a gente pra ir nessa reunião, lá teve umas boas propostas [...] foi em uma época de política, mais ou menos nessa época, um mês antes deste que nós estamos (AMORIM, agricultor desistente no Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] O primeiro plano que nós vimos foi na escolinha Jardim da infância, aí pegou o nome de todos nós, está completando 4 anos [...] a pessoa que trouxe o plano foi o Dorinho (APOLINÁRIO, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 11/09/2007).

Conforme reitera um agricultor, liderança da base, nas vicinais correspondente ao grupo São Vicente, foram realizadas duas reuniões com a mesma finalidade, em locais e públicos diferentes. Uma ocorreu na vicinal São Vicente, e a outra na vila Arataú, às margens da Rodovia Transamazônica, mas precisamente, a primeira foi realizada na escola Jardim da Infância, situada no lote do Sr. Marivaldo, vicinal São Vicente.

[...] Aí lá nós tivemos essa reunião [...] era umas 38 a 40 pessoas das duas vicinais: São Vicente e Adão. Uns ficaram meio cismados e outros correram pra cima porque, quando fala em dinheiro, aí o cara vai pra cima mesmo. Aí foi quando cadastrou aquelas primeiras famílias. [...] fizemos uma no Arataú, também com pessoas da Ladeira da Velha, Terra Rica, Chapéu de Palha. Tinha bastante gente (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrados no Proambiente, entrevista em 10/09/2007).

Segundo Martins, a forma como foi realizado o cadastro das famílias decorreu de uma estratégia definida pelas próprias lideranças das organizações representativas de Pacajá.

[...] o cadastro a gente sentou mais uma vez, o grupos de lideranças e pensamos dividir tarefas, exatamente porque era muitas pessoas em Pacajá, 200 famílias, 150 pra Anapu e 150 pra Souzel. Em Pacajá a gente fez uma discussão aonde tiraria pessoas do Sindicato pra ir pras vicinais (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2007)

Para Amorim, agricultor identificado na categoria A, estas reuniões que ocorreram durante o cadastro foram bastante falhas porque, na sua opinião, o programa não foi devidamente esclarecido. Segundo ele,

[...] nessa programação tem alguém que só quer passar por cima. Ele acha que te deu uma explicação, mas no fim quando você chega em casa acha que entendeu, e, não entendeu nada. Ele fala uma coisa aqui e no mesmo instante ele já fala uma coisa contradizendo o que ele falou, aí você fica vendido, [...] e no meio dessas pessoas que vêm fazer alguma reunião, conversar com a gente, eles entendem o programa, eu não se eles entendem, mas na hora de passar pra gente alguma coisa que tem que passar, eles passam uma outra coisa (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2007).

Tal observação parece muito pertinente porque, segundo algumas lideranças, de fato houve falhas nesta primeira etapa de divulgação e de efetivação dos cadastros, posteriormente, implicando em resultados negativos. De acordo Farias, a razão maior deste descompasso decorreu do fato do Proambiente se tratar de uma matriz ainda não internalizada. Segundo ele,

[...] era um programa novo, ninguém conhecia. Tinha horas que muitas perguntas a gente não tinha resposta, por isso, alguma lideranças pra sair desse aperto de pergunta sem respostas, criavam as respostas que fossem satisfatórias ao sindicato e com isso, criou-se falsas expectativas com o Proambiente (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2007).

Martins uma ex-liderança do município, avalia que foi um equívoco como o processo de cadastro das famílias foi realizado naquela ocasião.

[...] O que eu chamo de equívoco, a gente fez uma discussão nas vicinais que o Proambiente teria uma quantidade de recurso e aquelas pessoas que já eram financiadas pelo FNO, poderiam pegar esse recurso, então, muita gente se alegrou com essa possibilidade, a discussão inicial era essa (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

Vale reiterar que, nesta época, o Proambiente ainda não estava totalmente definido, o que acarretou em informações incompletas e desencontradas. Além do mais, o interesse em gerar resultados políticos em curto prazo para o Sindicato a partir do programa, foi outro fator negativo apontado por outra liderança.

Os relatos dos entrevistados tornam evidente que houve certa ansiedade por parte das lideranças de antecipar a divulgação da proposta, empregado como vantagem para o fortalecimento das bases das organizações representativas, assim como para a disputa dos espaços políticos locais.

[...] a gente tinha muita vontade de alcançar maior público de sindicalizados, e a gente viu isso como um instrumento de fortalecimento do sindicato e talvez tenha sido o nosso erro porque esse pessoal que não discutia já costumeiramente o movimento sindical, as políticas de desenvolvimento junto com o sindicato, eles todos acreditavam cegamente que seria uma linha de crédito que ia vir, ia vir rápido com dinheiro a fundos perdidos etc. e esses desistiram (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2007).

O certo é que em função das expectativas geradas pelos agricultores, combinadas aos interesses de sustentabilidade do projeto político das organizações representativas, foram cadastrados nos três municípios mais de 600 famílias, quando o limite máximo para o pólo era 500.

De todo modo, a participação dos agricultores no processo permanece de maneira latente, cuja relação aparece como clientela e nunca como atores influentes nas decisões sobre as diretrizes do programa ou, para a sua implementação.

Como observa Farias, a própria definição das vicinais a serem incluídas ao Proambiente foi uma decisão estratégica e política tomada pelo coletivo político e sindical de Pacajá, visando fortalecer as bases sindicais neste município.

[...] nós temos um coletivo, e esse coletivo vivia muito ansioso por informações, cada liderança buscava como melhorar o seu entorno lá na comunidade, e foi uma proposta da gente fortalecer o nosso coletivo. E por mais que tenha colocado... . Em todo o município, quase todas as vicinais tem alguém do Proambiente, mas se concentraram mais aonde nós temos uma liderança de confiança, que tenha condição de fazer uma interlocução entre o movimento sindical e a base, esse foi um dos pontos chaves da decisão, aonde seria e quem participaria do Proambiente (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2007).

A princípio, não há graves problemas o fato de fortalecimento das organizações, já que a sua sustentabilidade depende também de estratégias e de um projeto político elaborado, entretanto pode não ser a melhor tática quando esta sustentabilidade é perseguida exaustivamente, e principalmente se descontextualizada dos interesses e das visões de mundo em que seus representados estão inseridos.

4.3 - A ASSEMBLÉIA DOS 500

A assembléia dos 500, como o próprio nome sugere, foi idealizada com a finalidade de reunir neste evento, os agricultores cadastrados no Proambiente em cada pólo pioneiro, para apresentação e debate da proposta Proambiente.

De início, pode-se perceber que o evento contempla falhas principalmente por privilegiar apenas os agricultores cadastrados ao programa e, quando se fala de uma política pública, embora não sendo acessada por todos, pelo menos ela deve ser conhecida e debatida sem restrição do público para o qual é dirigida.

Nesta assembléia, ocorrida no mês de setembro de 2002, apenas 5 entrevistados, ambos identificados na categoria B, expressaram que estiveram presentes neste evento; os demais, não identificaram a existência desta Assembléia em Pacajá, que reuniu agricultores e lideranças dos três municípios do pólo Transamazônica, além de representantes das organizações representativas de outras regiões e da própria gerência do programa.

Para os agricultores cadastrados, a Assembléia dos 500 foi o segundo momento de contato com a proposta e oportuno para esclarecimento das dúvidas. Entretanto, dois fatores principais concorreram para o evento não se constituir em um espaço de debate sobre o programa.

Um deles, como ressalta Farias, foi o de que a proposta do Proambiente naquele momento “[...] ainda era muito geral. Muitos pensavam que era uma linha de crédito. A única coisa que eu pensava é que seria mais um recurso que ia vir pras mãos dos agricultores, através do pagamento dos custos ambiental” (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2007).

Além disso, a Assembléia dos 500 ocorreu às vésperas das eleições de 2002, e o evento foi priorizado para o momento político eleitoral de tal modo que a apresentação oficial do Proambiente na Transamazônica, ao mesmo tempo em que foi posta como a consagração de um projeto originado das próprias organizações representativas dos agricultores familiares da Amazônia, ostentou um discurso de evidentes pretensões eleitorais.

[...] Nessa época a gente misturou as coisas. No momento estávamos às vésperas de uma eleição. A gente não tinha muito conteúdo pra assembléia, nós sabíamos do programa que era uma coisa boa, que era muito promissor, que ia pagar os custos ambientais. A gente começava a ter noção que ia mudar a forma dos agricultores, mas precisávamos eleger o nosso candidato. Acho que a assembléia foi um salto neste aspecto. A assembléia houve muitas confusões, não dava pra discutir em uma assembléia em tão pouco tempo com 500 pessoas do Proambiente e outras 1000 da cidade que estavam presentes (FARIAS, liderança regional, entrevista em 16/10/2006).

Assim, sem a devida compreensão do programa, os agricultores passaram a tirar conclusões a partir das questões que provocaram maior impacto entre o público presente, como a eliminação do uso do fogo nas atividades de produção agropecuária, redução do desmatamento e a oportunidade de acesso ao crédito.

Da forma como a Assembléia aconteceu, inevitavelmente, alguns agricultores interpretaram de que esta Assembléia, bem como a apresentação do programa, tratava-se de estratégias típicas de período eleitoral. Tal desconfiança foi emergida ainda por ocasião do cadastro, como enfatiza Amorim. “[...] eu já fiquei meio desacreditado, eu achei que aquilo era um... Na época mesmo era tempo de política, eu achei que aquilo era uma política e muitos desistiram e foi o caso que eu saí” (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2007).

Fato é que a Assembléia dos 500 não cumpriu o objetivo principal para a qual foi idealizada, que foi o de ampliar o debate relacionado ao Proambiente para novos públicos. Ao contrário, a Assembléia não conseguiu informar os agricultores quanto à concepção do programa, bem como as suas finalidades, mas sim, permitir entendimentos contraditórios entre os agricultores.

4.4 - CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO (DRP) E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO (PD) DO PÓLO

A construção destes produtos teve como propósitos principais gerar um banco de informação para subsidiar ações estratégicas para o fortalecimento da produção familiar no pólo, apoiadas tanto pelo Proambiente quanto por parcerias firmadas com a administração pública nas diferentes esferas. Além disso, orientar a construção dos planos de uso das unidades de produção familiar, articulados às estratégias de desenvolvimento no âmbito do pólo, expressas no PD.

Os dois produtos foram construídos em dois momentos distintos: o primeiro em uma oficina realizada em Anapu entre os dias 07 e 10 de novembro de 2002 para gerar as informações para o DRP, e o segundo, em Altamira, entre os dias 15 e 19 de janeiro de 2003, para a construção do PD, ambos com um público de aproximadamente 54 presentes, dos três municípios que compõem o pólo.

Do Grupo São Vicente, apenas 2 agricultores lideranças da base estiveram nestes eventos, quanto os demais entrevistados, nem um expressou conhecimento quanto a realização destas oficinas.

Com base em informações próprias, obtidas como membro da equipe técnica, um elemento positivo destas oficinas foi a presença de um público formado com pelos menos 50% de agricultores lideranças da base, fato não observado em nenhum dos eventos anteriores. Porém, apesar de ser um fato relevante por ampliar as discussões para outros e novos públicos, ainda não envolveu propriamente os agricultores a que se reporta este estudo, que continuaram à margem do processo.

4.5 - FORMAÇÃO DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS E ESCOLHA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

De antemão, duas questões merecem observação. Uma é que, de maneira geral entre os entrevistados, exceto uma liderança da base (agente comunitário), os demais não souberam explicar o que entendem por grupo comunitário e qual a sua finalidade. Ao se referir às expressões pólo do Proambiente e grupo comunitário, Noronha, agricultor identificado na categoria B, tem a concluir seguinte: “[...] ainda não decifrei o que é pólo do Proambiente. [...] já ouvi falar grupo comunitário. Tem coisa que a gente esquece” (NORONHA, agricultor cadastrado ao Proambiente, entrevista em 07/09/2007).

A outra questão importante trata de que a noção de grupo comunitário remete a uma interpretação de coesão, contudo, a distribuição espacial das famílias cadastradas, torna pouco consistente atribuir a esta forma de ordenamento uma conexão entre os agricultores envolvidos com o programa.

Nesta configuração, as famílias cadastradas estão dispersas ao longo das vicinais, o que, por si, inviabiliza o cumprimento dos acordos pactuados entre os agricultores cadastrados no Proambiente. Raramente existe a interligação geográfica de pelo menos duas unidades de produção inscritas no programa.

Independentemente destas questões, a definição do grupo São Vicente também não foi algo debatido com os agricultores, para que todos tivessem noção do que se trata e para quê. Com isso, a formação do grupo comunitário foi uma decisão tomada pelas lideranças das organizações representativas do próprio município.

Mesmo que a recomendação geral do programa orientou considerar semelhanças de caráter sócio - cultural e ambiental, em Pacajá prevaleceram aspectos geográficos, em função da distribuição das famílias cadastradas nas diversas vicinais. Aliás, com base em informação própria esta foi uma característica privilegiada para a formação dos 15 grupos comunitários distribuídos em todo o pólo.

[...] convocamos todos os agentes, colocamos um pouco como seria o trabalho, mapeamos o número de pessoas cadastradas, dividimos pelo número de agente e tivemos uma idéia de quantas famílias cada agente ia acompanhar. Sendo que, alguns ficaram com mais pessoas e menos vicinais e outros, com menos pessoas e mais vicinais (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

A formação destes grupos comunitários em todo o pólo demarcou o reinício das atividades do Proambiente, paralisadas desde a construção do DRP e o PD concluídos em abril de 2003.

Vale dizer que, desde o início da implementação dos pólos pioneiros do Proambiente, a descontinuidade das atividades posterior a conclusão de cada etapa foi uma constante, em todas, a interrupção ocorreu em decorrência da falta de recursos financeiros, já que o programa sempre foi mantido as custas de projetos temporários, não superior a 8 meses de contrato.

Neste aspecto, o fato de o programa ter sido incorporado ao PPA 2003-2007 em nada influenciou para garantir orçamento próprio, que mesmo na condição de uma política de governo, continuamente, permaneceu sujeita aos projetos pontuais apoiados por cooperação, como a firmada entre o Brasil e a Holanda, que financiou a construção dos Diagnósticos e PUs das unidades de produção em todos os pólos pioneiros do programa.

Na retomada das atividades do programa ocorrida no início de 2004, quase um ano e meio após o cadastro, previu iniciar os trabalhos de construção dos diagnósticos individuais das unidades de produção, mas este início foi bastante conflituoso porque, depois deste período, vários agricultores cadastrados já tinham perdido as expectativas e, por conseguinte desistido. De modo que não era possível iniciar o trabalho sem antes atualizar a base cadastral.

As principais razões para as desistências se deram pela falta de informações concretas quanto a efetivação do programa, por ocasião de todo o período que antecedeu o início da etapa de visitas dos técnicos do programa as unidades de produção, para a construção dos diagnósticos individuais. Além, de que diversos dos agricultores que se cadastraram ao programa, de fato, não tinham noção do que era o Proambiente. Para muitos, tratava-se meramente de mais uma oportunidade de crédito nos moldes dos existentes atual ou anteriormente.

[...] a gente fez aquilo e depois com dois anos parece, ia sair um recurso pra gente, uma verba até grande que hoje em dia, o pessoal corre pra esse lado do dinheiro. Quando vê uma proposta boa pra dinheiro às vezes as pessoas nem pensam o que vai rolar pra frente. [...] depois dessa reunião que a gente se inscreveu, passou uns seis anos mais ou menos sem ninguém falar nada nisso (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] primeiramente surgiu uma idéia que a gente tinha que fazer um pedacinho de roça e plantar sem queimar, foi uma idéia que me tirou de tempo, derrubar uma juquia e plantar ela sem queimar, eu prefiro ficar quietinho em casa porque, eu vejo que não dá pra sustentar a minha família (*ibid*).

Além disso, o mesmo momento combinou com a apresentação da versão definitiva do Proambiente, que trouxe algumas mudanças em relação à idéia inicial, divulgada por ocasião do cadastro, como por exemplo, a alteração da previsão de abatimento de 40% do financiamento, a partir dos contratos de uma nova linha de crédito específica, que, aliás, era algo já em andamento no Plano Nacional de Fortalecimento da Produção Familiar (PRONAF).

Neste aspecto, a nova configuração da proposta ao invés do rebate divulgado, previu a compensação ambiental equivalente a 50% do salário mínimo, repassado mensalmente, por um período de 15 anos. Fato que também desagradou muitos dos então cadastrados no programa, além da apresentação mais detalhada da concepção do Proambiente que também provocou reações adversas por parte de diversos agricultores.

[...] ele chamou numa reunião, aí explicou como é que era. Era pra fazer as roças, as roça tinha que diminuir, não ia empatar de derrubar, mas uma rocinha pequena, e ter cuidado como o fogo pra não estragar a floresta e nem o plantio do vizinho, naquelas áreas que plantasse, tinha que plantar outras árvores. Disse que vinha um dinheirão, [...] aí depois veio encurtando, aí eu digo, agora não adianta (PEREIRA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] eu comecei a me animar com o Proambiente porque eu achava e acho que é uma coisa importante a gente preservar, a gente reflorestar. Mas animou as explicações deles que ia sair R\$ 15.000,00 de financiamento e outras coisas que prometeram de facilidade, mas eu terminei desanimando. Eles falaram que era pra ficar recebendo em 15 anos, eu fui pensar, então, isso não é financiamento interessante pra ninguém, ficar recebendo de pitadinha porque não solta logo esses R\$ 15.000,00 para o agricultor aplicar e tocar da maneira que quiser? (VIANA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] Ia sair um financiamento e depois passou, passou... Aí depois chegaram com uns papéis pra assinar, que a gente ia ficar recebendo meio salário por mês, falei, não, eu estou a fim é do financiamento. Foi quando eu mandei riscar meu nome (SOUZA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 19/07/2006).

Como ressalta este agricultor, as próprias lideranças das organizações admitem que, inicialmente a divulgação do Proambiente foi vinculada com sendo uma nova opção de crédito. Isto se repetiu tanto nas reuniões para o cadastro das famílias, quanto na Assembléia dos 500.

A maneira como a proposta foi divulgada, embora fazendo referência a um programa que reunia características fundamentadas em uma nova concepção de produção agropecuária, vinculada à preservação ambiental, o componente crédito, foi posto de maneira enfática.

[...] A primeira idéia do Proambiente estava vinculada ao crédito, então muitas famílias acabaram entrando motivadas pelo novo modelo de produção ambiental, mas teve um lado muito forte que foi a motivação de ter um novo financiamento. Quando se criou o Proambiente, surgiu como mais uma possibilidade de tirar um novo financiamento. Isso influenciou muito o agricultor. Criou-se a expectativa do crédito, [...] que poderia pegar R\$ 20,000,00, depois teria um rebate de 40% (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Fato é que, nesta rodada de reuniões ocorridas no início de 2004, no total 15 em todo o pólo, além da divulgação da proposta definitiva, foi realizada uma confirmação dos cadastros, a onde na ocasião foi detectado que o número de famílias inscritas em 2002, na época, superior à capacidade do pólo (500), contava apenas com aproximadamente 300 agricultores interessados e dispostos a continuarem no programa.

A partir desta realidade, logo em seguida outras famílias interessadas foram cadastradas. Para o ingresso ao programa, alguns critérios não levados em consideração em 2002, desta feita foram priorizados, como por exemplo, antecedentes ou tendência do agricultor quanto à orientação produtiva com base agroecológica e engajamento com as organizações representativas, sobretudo com o Sindicato.

Uma ex-liderança do município avalia que,

[...] As pessoas sindicalizadas assimilavam a proposta mais rapidamente, mas não foram cadastradas só as pessoas do sindicato, aquelas que poderiam se encaixar no projeto, que estavam fazendo um trabalho diferenciado com a intenção de preservar a mata, as nascentes, reduzir os impactos ambientais, essas pessoas a gente considerou que seria melhor pra ficar (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

Estes critérios foram definidos pelas próprias lideranças do STR de Pacajá, inclusive como forma de rever situações em que pessoas importantes para as organizações, não foram incluídas no cadastro de 2002. Segundo Martins, as decisões pertinentes aos projetos locais sob o domínio das organizações representativas, continuamente foram tomadas coletivamente, no âmbito do Colegiado político e sindical do município.

[...] Sempre em nível de grupo, as lideranças do sindicato e as lideranças da comunidade. Porque, existem as lideranças que estão no município e as lideranças que estão na comunidade. O município de Pacajá é muito grande e em qualquer projeto a gente acabava esquecendo pessoas interessantes. Houve muitos questionamentos porque, pessoas que inicialmente estavam no banco de dados foram substituídas por outras, foram exatamente pessoas que no decorrer foram se identificando com o programa e que poderia se encaixar, e a gente acabou tirando

essas pessoas que não se adequavam à proposta e colocando pessoas novas. Houve muito essas mudanças (MARTINS, ex-liderança do município, entrevista em 19/09/2006).

Após esta revisão de cadastro e inclusão de novas famílias, dada ao tempo predefinido pela gerência do Proambiente para concluir a construção dos Diagnósticos, a coordenação do pólo decidiu fechar o número de famílias em aproximadamente 400, para iniciar a construção dos Diagnósticos (informação pessoal). Porém, no decorrer das duas etapas seguintes (construção dos Diagnósticos e PUs), outros agricultores também desistiram, chegando ao final das referidas atividades, aproximadamente 340 famílias.

Para Macedo, as novas desistências ocorreram principalmente pela razão de que, quando os técnicos chegaram à unidade de produção, as expectativas dos agricultores eram de construir o projeto para o financiamento, e não, o cumprimento de uma série de produtos predeterminados pelo Proambiente, como pré-requisitos essenciais para subsidiar os projetos agropecuários, em conformidade aos princípios do Proambiente, como por exemplo, Diagnóstico e Plano de Uso da unidade de produção, além do PD do pólo construído anteriormente.

[...] Criou a expectativa que fosse rápido, no momento que demorou e que eles viram que a primeira equipe que chegou ao lote não era o técnico que ia fazer o projeto, teve toda uma história de levantamento, diagnóstico, plano de utilização do lote, alguns começaram: e o projeto? Eu quero saber é do dinheiro! De quanto é o valor? Então isso fez com que algumas pessoas acabassem desistindo, aqueles que não estavam mesmo ainda entendendo o processo do Proambiente (MACEDO, liderança regional, entrevista em 18/09/2006)

Um agricultor desistente do Proambiente reitera a análise anterior. Segundo ele, a construção da série de etapas intercaladas por intervalos relativamente extensos, reforçou a decisão para a desistência do programa. Neste caso, o agricultor faz referência para a construção do diagnóstico individual, que foi a primeira atividade realizada diretamente na unidade de produção. A construção do PU ainda estava por vir, mas optou por não esperar por mais tempo.

[...] Depois eles vieram gravaram umas coisas aí, nós fomos ali à roça olhamos, fez o mapa da terra todinho direitinho, aí marcou um tempo pra sair um dinheiro, passou mais uns 90 dias sem aparecer ninguém, aí ficou uma coisa assim esquecida, eu achei que aquilo... . Porque eu sou o seguinte, eu gosto de partir pra cima da coisa, mas vendo o futuro daquilo. Aí estava devagar demais, pra mim não dá futuro não (BORGES, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 07/09/2007).

Paralelamente ao recadastramento das famílias, também foram definidos os agentes comunitários para os grupos. Em cumprimento as exigências normativas do programa,

especificamente no grupo São Vicente o nome do agente comunitário foi homologado em uma reunião coordenada por lideranças do Sindicato. Dos agricultores entrevistados e cadastrados ao Proambiente, apenas um casal de agricultores inscrito no programa por ocasião da construção do diagnóstico, declarou não ter presenciado este evento. Os demais, indistintamente reiteraram as respectivas presenças nesta reunião.

Conforme o agricultor Assis, nesta reunião para definir o nome do agente comunitário, “[...] uns indicavam fulano, beltrano. Eles faziam a pergunta quem devia ficar” (ASSIS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Segundo Sara, esta escolha não foi tão difícil porque o escolhido já vinha assumindo esta liderança nas vicinias do Adão e São Vicente, que juntas, reúnem 17 dos 19 cadastrados no Proambiente deste grupo comunitário “[...] ele já era um, que no começo quando o Dorinho veio fazer a reunião a turma juntou e escolheu ele. Aí tornou reeleger” (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Os demais entrevistados desistentes do programa, não identificaram a ocorrência desta reunião, e muito pouco sabem como se deu a escolha do agente comunitário. “[...] teve uma visita pra ele, não sei como é que foi. Tem esse negócio do sindicato, aí ele ficou andando com esse pessoal, com os técnicos e avisando, tal dia tem a reunião na casa de fulano de tal, aí o pessoal vai” (PEREIRA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Quanto ao papel a ser desempenhado pelo agente, um agricultor desistente acredita que é “[...] incentivar sempre a técnica do Proambiente. Vejo falar que ele está como fiscal” (VIANA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Porém, mesmo os agricultores ressaltando que o agente foi escolhido nesta reunião, as lideranças adiantam que, por mais que tenha sido feita uma discussão com os agricultores integrantes deste grupo, confirmou-se o nome acordado internamente pelas lideranças do STR.

[...] Houve um levantamento de nomes feito pelo movimento social inclusive, algumas pessoas classificaram que essa não era a discussão mais correta. A gente reuniu lideranças e alguns agricultores e apontamos nomes que pudessem fazer um bom trabalho. Alguns dos nomes que nós apontamos quando chegou no grupo já disseram: esse nome aí a gente concorda. Por mais que tenha sido feita uma discussão nos grupos, acabou sendo escolhido por nós do movimento social (MARTINS, ex-liderança do município).

Nota-se que o componente participação dos agricultores em nenhum momento foi evidenciada, seja por eles próprios ou pelas lideranças. Em todas as situações, as decisões foram tomadas no âmbito das organizações representativas, sem o envolvimento com poder real de decisão de sua base. Em alguns momentos, as decisões se deram sob interpretações das lideranças quanto o melhor encaminhamento a ser tomado, inclusive do ponto de vista estratégico político e, em outros, em cumprimento às exigências normativas correspondente ao Proambiente. De maneira geral as decisões foram tomadas sem o envolvimento dos agricultores como atores do processo.

No máximo como na reunião que tratou da definição do agente comunitário, a presença dos agricultores se deu muito mais em satisfação à orientação normativa estabelecida pelo programa do que como participação ativa.

4.6 - A CONSTRUÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS E PLANOS DE USO (PUs) DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

O PU constitui em um planejamento geral da unidade de produção, com base na capacidade de operacionalização do próprio grupo familiar, previsto para um horizonte de 15 anos. Já o Diagnóstico é a base para a construção do PU. Estes dois produtos, mesmo estando correlacionados, foram construídos em momentos distintos.

Vale lembrar que apenas os agricultores cadastrados do Proambiente foi o público envolvido nestes produtos. Alguns dos desistentes ainda chegaram a participar da construção do diagnóstico, entretanto, a construção destes diagnósticos foi pouco memorizada pelos agricultores que quase nada guardam desta etapa.

Nas entrevistas, as menções por parte dos agricultores quanto a esta atividade basicamente se limitaram à construção do croqui da unidade de produção, que a identificam como mapa do lote. A construção do croqui foi uma das técnicas empregadas para reconhecimento das potencialidades e limitações da unidade de produção sob os diversos aspectos, tais como as condições do meio biofísico, dinâmica de uso da terra e mão-de-obra,

como subsídio para a construção do Plano de Uso (PU) sob a perspectiva da abordagem sistêmica²⁵.

Além do agente comunitário, apenas um agricultor, liderança da base, situou melhor a construção deste Diagnóstico: “[...] na segunda visita dele, nós fizemos o diagnóstico todinho, o mapa, e logo em seguida eles vieram bater os pontos de GPS” (GONÇALVES, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006). Os demais, muito pouco guardam do que de fato foi feito neste momento, assim como a finalidade deste instrumento.

De antemão cabe dizer que, a maioria dos agricultores que concluíram a séria de etapas previstas pelo programa, as fizeram sem visualizar a sua importância considerando o todo, mas sim, partes fragmentadas de um processo sob intervenção externa, do qual não possuem habilidades, justamente por não fazer parte da rotina destes agricultores em momentos anteriores ao programa. Trata-se de uma dinâmica de trabalho muito recente no cotidiano destas famílias.

Os diagnósticos foram construídos no período de maio a setembro de 2005. Este trabalho foi realizado por meio de visita de 1 técnico acompanhado do agente comunitário, em cada unidade de produção para o levantamento das informações condizentes, seguido do ordenamento das informações em documento sucinto de cada unidade de produção familiar.

Diferentemente deste instrumento, os agricultores conseguiram expressar melhor os objetivos do PU. Isto se deve possivelmente por ter sido construído posteriormente e pela própria natureza deste produto, que foi o exercício de sistematizar no papel os projetos idealizados pela família. Neste caso, os agricultores conseguiram expor alguns elementos e como se deu metodologicamente a construção do PU, como ressalta Noronha. “[...] eu que propus, tenho um plano de boas coisas pra o futuro, tenho um plano de fazer uma barragem, fazer um criatório de peixe. Eles fizeram o mapa nessa opção que eu pedi pra eles” (NORONHA, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

No entendimento demonstrado por Sara, o PU é um instrumento que objetiva projetar a configuração da própria unidade de produção “[...] como é pra ser no sonho da gente. [...]”

²⁵ Esta abordagem compreende um sistema como “um conjunto de elementos teórico-práticos que relacionados e coordenados entre si geram um todo que funciona organizadamente, possuindo em seu cerne uma estrutura” (PASA, 2004, p. 23).

Eles só fizeram perguntar e a gente falou o que queria” (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Na mesma linha de entendimento, Bernardo conclui que, “[...] no plano a gente fez o planejamento todinho do lote, o mapa. Lá a gente foi dizendo com que a gente ia trabalhar em um período de 15 anos” (BERNADO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Na etapa de construção dos PUs, é a primeira em todo o processo descrito até aqui em que se observa um exercício de participação dos agricultores, ainda que provocada. Um técnico do Proambiente avalia que alguns agricultores demonstraram maior habilidade para planejar e idealizar os seus projetos, enquanto outros demonstraram inúmeras dificuldades para o mesmo exercício. Em tais casos,

[...] se não influenciar na questão da construção daquele planejamento, vai sair pouca coisa dele, no máximo, a casa que ele tem que melhorar. Vai sair a cerca que está caída, a roça, mas, na hora que começar a diversificar se o técnico não interferir, não da maneira do técnico mas da maneira do agricultor, o PU sai muito pobre (BASTOS, técnico do Proambiente, entrevista em 16/10/2006).

Segundo Bastos, aqueles agricultores que melhor compreenderam a dinâmica da construção do PU e com os quais foi possível estabelecer uma boa interação, os projetos fluíram com maior facilidade de tal maneira que, “[...] pensam tão alto que se eles tivessem recursos técnico e financeiro, tinham mil e uma coisa pra fazer. Ao contrário, os que não têm a mesma visão se você não estiver orientando, estimulando a fazer, a coisa fica complicada” (*ibid*).

O risco desta observação feita pelo técnico é o de que, ao invés de iniciar um processo de participação, pode-se constituir em um campo próspero para a imposição do próprio técnico, já que, em tese, a ele pressupõem-se habilidades técnicas superiores ao agricultor e, em consequência, fazer proposições fora dos interesses e alcance de operacionalização do grupo familiar. E, portando, mesmo no PU esta intervenção mantém traços da verticalização, de maneira a não estabelecer as bases para um processo futuro e contínuo de participação dos agricultores.

Costa, técnico do Proambiente, também avalia que o fato de os agricultores terem conseguido apreender muito pouco sobre a construção do diagnóstico deve-se principalmente porque o “[...] diagnóstico é uma ferramenta que ela é aplicada, não tem como o agricultor

participar tão mais efetivamente como por exemplo no PU. [...] o técnico vai lá, vai verificar como está a situação do lote” (COSTA, técnico do Proambiente, entrevista em 16/10/2006).

Ao contrário,

[...] o PU é uma ferramenta um pouco mais participativa, proporciona uma melhor participação do agricultor a partir do momento em que ele se vê numa condição em que ele dita as regras, que ele fala assim: nesse lote a gente vai fazer isso, discute com a pessoa que tem um conhecimento técnico melhor que no caso é a equipe técnica no meu entender, já é uma participação um pouco mais elaborada (COSTA, técnico do Proambiente, entrevista em 16/10/2006).

Entre os agricultores entrevistados não foi possível extrair uma avaliação crítica a este respeito e quanto à própria intervenção dos técnicos. Um fato provável para isto pode ser o desconhecimento com esta dinâmica de trabalho, isto é, diagnosticar e sistematizar planos para períodos tão extensos, como ressalta Beltrão, “[...] a gente chegava no agricultor, quando falava em diagnóstico, ele não sabia nem o que quer que era, aí a gente explicava pra ele. O PU era semelhante ao diagnóstico, eles não entendem bem não” (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Somado a estas questões, o próprio fato de que a assistência técnica prestada pelas instituições oficiais de ATER foi muito falha ao longo dos anos, e para muitos agricultores totalmente ausente, e o fato de os técnicos do Proambiente terem chegado até estes agricultores, estado presente em famílias que pela primeira vez receberam a visita de um técnico, provoca um fato novo, que leva os agricultores a avaliarem como muito positivo, embora a assistência técnica propriamente dita, nada traga de inovador.

Os relatos expressam a existência de um conteúdo diferenciador de assessoria aos agricultores segundo a concepção do Proambiente, embora não suficiente para de fato, subsidiar uma mudança da orientação produtiva, com a devida garantia de que as práticas de produção agropecuária alternativa propostas por meio desta intervenção, assegurem o padrão econômico das famílias, pelo menos correspondente ao nível de rendimento atual. Alguns agricultores demonstram maior receptividade às recomendações feita com base nos princípios do Proambiente.

[...] falam pra gente preservar as beiras dos igarapés, não desmatar que nem esta aí, plantar açaí na beira dos igarapés, se ver que eu posso plantar outras coisas que nem cacau, andiroba, essas coisas assim, árvores, eles dão a instrução pra gente. Várias coisas eles incentivam a gente pra fazer, o que está fora da mente da gente eles fazem a pergunta a gente. A gente acha que deve fazer daquele jeito, pelo menos do jeito que eles me falam eu concordo, ta bom (ASSIS, agricultor cadastrado ao Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Os denominados acordos comunitários são compromissos pactuados pelos agricultores de um mesmo grupo, estabelecidos a partir das condições propostas pelo Proambiente no que diz respeito à mudança do padrão de uso dos recursos naturais e das práticas de produção agropecuária e extrativista, tais como: manter e/ou recuperar as matas ciliares, reduzir as queimadas, reduzir o desmatamento, entre outros, tendo como base os seis serviços ambientais descritos na página 50-51.

Semelhante ao Diagnóstico e PU, os agricultores recordam o momento de construção dos acordos, identificam-se como participantes do debate, porém guardam muito pouco dos compromissos pactuados. De acordo Sara, a construção dos AC ocorreu na “[...] última reunião que teve. Pra controlar o fogo, a hora da queimada, pra fazer grupo comunitário pra limpar as águas. Isso ainda não foi feito, mas é falha do povo” (SARA, agricultora cadastrada ao Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Além disso, como observa Sara, a operacionalização dos acordos também parece não ter uma destinação concreta nas atividades diárias, quando isso vai ser efetivado na prática, quem vai provocar que sejam postos em prática. Este fato remete à interpretação de que estes acordos não são incorporados pelos agricultores como uma necessidade ou mesmo uma demanda emergida no âmbito do grupo, mas sim uma condição posta pelo programa.

Para Costa, durante a construção dos acordos, os agricultores conseguiram marcar presença nas discussões. Na sua avaliação, a dinâmica e as técnicas de trabalho grupal empregadas também propiciou condições para que os próprios agricultores assumissem uma posição de identificar problemas relacionados à atividade agropecuária e propor meios para reversão. Na sua avaliação, mesmo sendo um evento proposto e conduzido por agentes externos, os agricultores no decorrer do processo incorporaram-se ao debate, demarcando posições nas decisões a ser por eles mesmos assumidas.

[...] os agricultores diagnosticavam as falhas, o que faltava pra o grupo está reduzindo o fogo, a partir daí, já se questionava em que o grupo se comprometia pra reduzir isso, então eles falavam: como aqui tem uma área de pastagem muito grande e ela é facilmente queimada, o grupo se compromete a reduzir a queimada nestas áreas. Eles citavam o problema e, ao mesmo tempo, citavam proposta pra resolver (COSTA, técnico do Proambiente, entrevista em 16/10/2006).

Entretanto, como já mencionado anteriormente, a disposição espacial do que está se considerando como grupo comunitário, pode ser um fator determinante para a não efetivação na prática destes pactos firmados coletivamente.

No grupo São Vicente atualmente são 19 famílias, dispersas em três vicinais, cujas extensões são vastas. Destas vicinais, a menor é de aproximadamente 50 km de extensão; nesta, por exemplo, atualmente existem apenas 2 agricultores cadastrados ao Proambiente, o que parece impraticável na prática, efetivar um acordo feito com um outro vizinho geograficamente situados a kms de distância. Sendo que o vizinho do lado mantém outra orientação totalmente diferente do que trata os acordos.

Quadro nº. 4 - Descrição cronológica do processo de implementação do pólo Transamazônica

Ano	Data / período	Evento	Local
2002	3-5 junho	Seminário regional do Proambiente	Centro de formação Bethanea – Altamira
	Jul. – set.	Cadastramento das famílias	Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio
	23 de set.	Assembléia dos 500, lançamento oficial do Proambiente no pólo	Chácara do Pe. Anapu
	07-10 nov.	Oficina para construção do DRP do pólo	Salão paroquial Pe. Josimo – Anapu
2003	15-19 jan.	Oficina de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PD) do pólo	Centro de Formação Bethânea – Altamira
	Paralisação das atividades no pólo		
2004	Mar. – maio	Reuniões para apresentação da proposta definitiva do Proambiente aos agricultores	Diversos locais do pólo
		Recadastramento e formação dos grupos comunitários	
	15-mai./set.	Construção dos diagnósticos individuais das UPF	Unidades de produção
2005	Fev. - ago.	Construção dos PUs	Nas respectivas UPF
	Set. – nov.	Construção dos acordos comunitários	Nas respectivas UPF
	Paralisação das atividades no pólo		
2006	Jul.- dez.	Revisão dos PUs e assessoria técnica	Nas respectivas UPF
2007	Paralisação das atividades no pólo		

Fonte: Banco de dados da FVPP e Bartels (2005). Linha do tempo: criação do Proambiente no pólo Transamazônica.

CAPÍTULO 5 – ENTRE O CONTEXTO SOCIO-ECONÔMICO E O DISCURSO SOCIOAMBIENTAL

Quatro questões parecem essenciais para compreender o desafio posto aos agricultores a partir do Proambiente. Partindo deste princípio, pressupõe-se como base para esta discussão:

- o conhecimento sobre o Proambiente;
- as reações em torno das práticas alternativas;
- como vêm a relação produção agropecuária e preservação ambiental;
- identificação e engajamento como o Proambiente.

Com base nestas questões, a discussão no decorrer desta parte é estruturada, tendo como referência as categorias de agricultores (A e B) definidas neste trabalho.

5.1 – O CONHECIMENTO DO PROAMBIENTE

Categoria A

Conforme já demonstrado, a construção da política pública Proambiente se deu sem a participação dos agricultores em todas as fases do processo. Para os agricultores pouco ou sem nenhum envolvimento com as organizações representativas, como os identificados na categoria A deste trabalho, tanto o processo de construção quanto as suas origens e finalidades são ainda mais desconhecidas para este público. Reitera-se que esta categoria é composta por duas entrevistas com agricultores cadastrados no Proambiente e, os demais, desistentes e não cadastrados ao programa.

Algumas das questões aqui abordadas já foram pontuadas anteriormente, porém serão retomadas para dar a dimensão do desconhecimento da maioria dos agricultores sobre o Proambiente, embora o programa tenha emergido das organizações representativas. A este respeito, as possibilidades apresentadas quanto às origens e aos objetivos do programa são diversas para os agricultores identificados nesta categoria.

Dos 6 entrevistados que nunca se cadastraram ao programa, nenhum confirmou ter assistido a alguma reunião referente ao Proambiente. Dos 5 desistentes, todos assistiram a uma ou duas reuniões nas respectivas vicinais em 2002, por ocasião do cadastro; destes, 1

afirmou ter assistido a assembléia dos 500. Os 2 casais entrevistados cadastrados no programa disseram ter assistido a outras reuniões no decorrer da implementação do pólo.

Dos entrevistados desta categoria, três foram taxativos ao se referirem sobre o conhecimento que possuem a respeito do Proambiente, como frisa um deles: “[...] eu não tenho a mínima explicação pra isso” (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Os demais presumem que o programa foi proposto, como sempre ocorreu, isto é, por meio de iniciativas do próprio governo ou por instituições não governamentais, ou ainda por determinações internacionais.

Para Patrus, o Proambiente “[...] veio de alguma entidade não governamental. Eu ainda não fiquei sabendo desse detalhe” (PATRUS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

Viana atribui ao programa, algo que surgiu por iniciativa, cuja determinação partiu de governos internacionais. “[...] no meu pensamento isso veio lá de fora, veio dos outros países. A gente escuta o rádio, falam sobre preservação, sobre oxigênio, sobre as matas, essas coisas. Minha idéia é que foi criado lá de fora pra cá” (VIANA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Para Oliveira, embora atribua a uma iniciativa do próprio governo brasileiro, não descarta a possibilidade de o Proambiente ter originado externamente ao país. Em sua opinião há um interesse de alguns países internacionais pela manutenção da floresta amazônica brasileira, e o programa foi criado com esta finalidade. “[...] acho que é um órgão criado pelo governo ou o estrangeiro. O estrangeiro quer porque quer o Baixo Amazonas protegido” (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Quanto às finalidades do Proambiente, para estes agricultores o entendimento também é diverso e confuso. A este respeito, duas agricultoras cadastradas esboçam a mesma linha de compreensão: “[...] o Proambiente é uma coisa que é pra preservar, não avançar além do que já destruímos, remediar um pouco do que já foi desmatado, destruído” (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

“[...] é um projeto que é para produzir e preservar ao mesmo tempo. Você planta o cupuaçu e o cacau com as árvores, está produzindo e preservando o meio ambiente” (DEANE, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

Para outros doze entrevistados desta mesma categoria, reunindo desistentes e cadastrados no programa, as opiniões são semelhantes. Nesta linha de entendimento, o Proambiente é descrito como “[...] um órgão que o governo trabalha pra normalizar, controlar tudo o que pertence o meio ambiente: controle da queimada, do desmatamento, porque hoje o povo está exagerando demais” (GOMES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Além da finalidade de preservar o meio ambiente, Alves acrescenta as implicações postas pelo programa, quanto à complexidade de produzir e preservar. “[...] pra ajudar a preservar a natureza, isso é muito bom, outra coisa eu não sei. Tem o negócio também que a gente é proibido queimar, aí eu não sei como é que fica a situação da roça” (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Mesmo reconhecendo as lideranças do Sindicato de Pacajá como os divulgadores do Proambiente nas vicinais, nenhum dos agricultores identificados na categoria A fez alguma referência relacionando o Proambiente como produto das organizações representativas.

Categoria B

Embora não participando propriamente do processo de construção da proposta Proambiente e sem precisar quem idealizou e construiu o programa, os agricultores que combinam funções de lideranças da base reconhecem o Proambiente como uma proposição das organizações representativas dos agricultores familiares e externam uma considerável identificação com a concepção do programa, fato que, na linha de análise deste estudo, se dá eminentemente em função do grau de envolvimento com as organizações, assim como ao seu projeto político.

Principalmente para os três agricultores, lideranças da base identificados nesta categoria, o Proambiente é resultado das discussões de temas recorrentes nas pautas das organizações representativas dos agricultores, como por exemplo: assistência técnica diferenciada, crédito agrícola com condições especiais para o fortalecimento da produção familiar, realizados anteriormente e no decorrer de construção desta proposta.

As afirmações destes agricultores evidenciam um consenso de que, as discussões empreendidas pelas organizações representativas ao longo dos últimos anos projetaram para iniciativas desta natureza e magnitude.

[...] o Proambiente, a gente já vem conhecendo ele já há muito tempo, [...] sou sócio do sindicato, faço parte do movimento social junto com esse pessoal. É um sindicato que luta muito, puxa muita coisa para os agricultores, apesar do agricultor não dar crédito [...]. Então a gente já discutia com algumas pessoas de Belém, de Brasília. Vinha um pessoal de Brasília dar palestra a respeito da natureza, do meio ambiente, aí logo surgiu o Proambiente, só que ele não foi implantado logo, a gente sempre participava de reuniões com eles. [...] A gente em palestra, reuniões lá no Pacaja, trazia boletins e espalhava, aí foi que o pessoal se interou mais do Proambiente (GONÇALVES, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

O próprio discurso quanto aos objetivos do Proambiente demonstra o grau de envolvimento destes agricultores com as organizações representativas, em particular ao STR, o que mostra um maior grau de informação a respeito do programa, além de mobilizar elementos do discurso quanto à orientação produtiva defendido pelas organizações representativas.

[...] hoje que passou a ser programa de governo, o Proambiente pra mim é uma forma de conscientizar as famílias a protegerem a parte do meio ambiente porque, hoje a gente vê muito falar em meio ambiente, e que hoje a gente trabalha a organização dessas famílias até como uma forma de renda sem estar agredindo o meio ambiente, então, nas reuniões a gente discute sobre isso. O Proambiente é mais isso, dizer que as pessoas comecem a trabalhar o meio ambiente com uma outra forma e não mais aquela agressiva só de derrubar e queimar, mas que tenha uma forma diferenciada de renda daquela tradicional (BERNADO, agricultor, liderança da base, cadastrado ao Proambiente, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Outros dois agricultores identificados nesta mesma categoria demonstram envolvimento com o Sindicato, porém em menor grau de informação sobre o programa se comparados aos outros 3 agricultores desta mesma categoria. Evidenciam ter tido o primeiro contato com a concepção do Proambiente durante as reuniões realizadas na vicinal para divulgação do programa e cadastrar os interessados, seguido da Assembléia dos 500 onde estiveram presentes.

Embora estes dois agricultores reconheçam que o Proambiente foi divulgado e conduzido em Pacajá pelo Sindicato, não precisam a origem do programa nem o debate entre as organizações anteriores a sua construção. Isto reafirma que a posição dos agricultores em relação ao Sindicato é o elemento mais contundente que determina o grau de informação sobre esta política pública.

[...] em 99 surgiu o grito da terra em Pacajá, aí eu no meio, ouvi falar no Proambiente.

[] quem inventou eu não sei, mas, foi um cara inteligente. [...] O primeiro que bolou eu acho que não pensou só em nós, pensou nos nossos irmãozinhos que vivem no mundo. É uma boa opção plantar árvore e colher Oxigênio, Carbono, até negociar uma parte do Carbono dessas árvores (NORONHA, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 07/07/2006).

5.2 – AS REAÇÕES EM TORNO DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE USO DA TERRA PROPOSTA PELO PROAMBIENTE

Conforme mencionado anteriormente, o Proambiente resultou de um debate que entre outras questões, foi respaldado pela pesquisa que evidenciou os limites do FNO-Especial, mas fundamentalmente, das experiências alternativas realizadas por meio dos projetos-piloto, entre os quais, o Roça Sem Queimar assume posição de destaque neste processo.

Entre as medidas a serem tomadas para a mudança das práticas de produção agropecuária e uso dos recursos naturais da maneira como previu o Proambiente, o preparo de áreas sem o uso do fogo é a que mais gera tensões entre os agricultores do pólo Transamazônica. A este respeito, são inúmeras e distintas opiniões.

A resistência em relação ao preparo de área sem o uso do fogo e sem o emprego de tração mecanizada, mas de acordo a técnica desenvolvida pelo denominado projeto Roça Sem Queimar, reúne pelo menos três pontos determinantes conflitantes, que são: o aumento da penosidade do trabalho, a elevação do custo de implantação e o desempenho agrônômico das culturas, principalmente, para o cultivo do arroz.

Na Transamazônica, o uso do fogo para o preparo de área com base no sistema denominado corte e queima é amplamente empregado na agricultura familiar e por pecuaristas. Em todos os casos, salvo uma parcela de agricultores que manejam as áreas de pastagens sem o uso do fogo, para os demais, a queima ainda é a maneira mais eficaz para a renovação anual dos pastos, inclusive do ponto de vista econômico, por dispensar a mobilização de recurso financeiro para este fim.

Evidentemente que um modelo de produção agropecuária, que orienta a reduzir o desmatamento, certamente interfere na dinâmica produtiva regional, principalmente em se tratando de uma região como a Transamazônica, em que a disponibilidade de área ainda não configura um fator limitante para tal, o que em muito favorece a manutenção de uma cultura estabelecida na região que tende para constantes aberturas de novas áreas de floresta, em

detrimento de outras já desmatadas, muitas vezes mau utilizadas ou eminentemente sem destinação de uso.

Porém, as alternativas referentes ao uso do fogo é o componente central deste debate, cuja temática será priorizada nesta discussão, tendo como referência as categorias de agricultores definidas especificamente neste trabalho.

O preparo de áreas e manejo das pastagens sem o uso do fogo

Categoria B

O preparo de área por meio da técnica Roça Sem Queimar constitui o mais importante meio de alternativa ao uso do fogo apropriado pelo Proambiente no pólo Transamazônica. A experiência foi desenvolvida em 150 unidades de produção familiar, de 11 municípios da Transamazônica, no final dos anos de 1990.

Entre os agricultores familiares do grupo São Vicente, 3 agricultores desta categoria dizem ter testado esta técnica, dos quais 1 foi apoiado tecnicamente pelo projeto Roça Sem Queimar, sem fazer parte diretamente do projeto; os outros dois por iniciativa própria.

Um deles (Beltrão) e o único que testou o cultivo de arroz segundo a técnica da Roça Sem Queimar. Especificamente relacionado ao cultivo desta cultura, o resultado alcançado não foi satisfatório, ao que atribui como causa maior, o fato do plantio não ter sido efetuado na época ideal, ainda assim, ressalta que é possível produzir neste sistema de preparo de área. Segundo ele a “[...] roça sem queimar não produz muito, mas dá pra produzir pra gente. Eu fiz uma, me queixo que eu não plantei na época certa, aí ele não produziu. [...] Cacau, mandioca, produziu bem” (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

O outro agricultor (Assis) reitera que, com base na sua experiência, é possível produzir em área preparada segundo essa técnica. Entretanto, desconhece experiências referentes ao cultivo de arroz, nem possui informações quanto a sua viabilidade.

[...] eu já colhi sem queimar. Vou formar uma roça de cacau, uma parte sem queimar e a outra queimada, pra mostrar pra alguns que não acreditam porque, quando a gente fala que o cacau sai na terra crua sem queimar, a mandioca dá boa raiz, o milho dá também boa espiga, a banana dá bom cacho, o feijão sai bem. Esses produzem porque eu já colhi agora o arroz, esse aí é um dilema que a turma não concorda que o arroz produz na Roça Sem Queimar (ASSIS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Também por iniciativa própria, Noronha diz já ter testado algumas culturas, e assegura que relacionado à produção do arroz, não tem nenhuma certeza quanto à eficácia dessa alternativa, já que nunca experimentou nem conhece outro agricultor que tenha realizado tal experiência.

[...] uma parte eu tentei e deu certo, o arroz eu nunca vi produzir na Roça Sem Queimar, esse ano eu vou tentar. A gente andou numas reuniões, pegou umas explicações que produz, mas eu nunca vi. [...] na minha criatividade, acho que para uma variedade de plantas é uma boa opção não queimar porque, a gente queimando, acaba com uma parte do adubo, até criar de novo, fica difícil a gente cultivar. Pra sair uma planta bonita tem que adubar (NORONHA, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

Dois agricultores lideranças da base (Gonçalves e Bernado) que, por sinal estão fazendo o curso técnico agropecuário pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dizem não possuir conhecimento prático com relação a técnica de Roça Sem Queimar, a este respeito o conhecimento que possuem se deu por meio de palestras, além de saberem que existem agricultores em outros municípios da Transamazônica que já desenvolveram esta experiência.

[...] pessoalmente eu não fiz essa experiência, já tive umas visões com o pessoal da EMBRAPA, alguns vídeos que eles passaram pra nós. Nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará que a gente tem contato com esse pessoal, pra lá tem várias roças sem queimar (GONÇALVES, agricultor liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

O que chama à atenção para esta exposição é que o agricultor não faz referência às próprias unidades de produção do município de Pacajá, que desenvolveram esta experiência com o apoio técnico e financeiro do projeto Roça Sem Queimar, ao contrário, reconhece a existência desta alternativa em outros municípios, nos quais mantém redes de informação.

Entretanto, a sua viabilidade como prática alternativa ao uso do fogo indistintamente é defendida pelos agricultores desta categoria, mesmo com o reconhecimento do aumento do trabalho, a elevação do custo na fase de implantação e as limitações agronômicas ainda não superadas relacionado ao cultivo do arroz. Mas, acreditam ser possível através desta técnica substituir o uso do fogo para o preparo de áreas.

[...] Dá mais trabalho porque você tem que fazer a broca bem feita, depois tem que desbrotar, oras até fazer as becas, algumas covas acontecem em cima de um pau, você tem que cortar e tirar do lugar, aí já deu trabalho. Queimando você não vai fazer isso. Ou seja, dá mais trabalho do preparo até o plantio, depois dela pronta, eu não vou comprar adubo, ela mesma está adubada porque aquela folhada, a pausada que apodrece já me ajudou a não gastar dinheiro com adubo, começa a baratear (ASSIS, agricultor participante no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Um deles (Gonçalves), mesmo apoiando o incentivo desta técnica como alternativa, acredita que o programa também deve investir na mecanização agrícola motorizada, inclusive, fez constar no seu PU, a destinação de uma área correspondente a 7 ha. com esta finalidade.

Observa-se que neste público que reúne 3 agricultores lideranças da base, demonstram ser coerentes ao entendimento da viabilidade agronômica e econômica da roça sem queimar, mas sem maiores conhecimentos práticos a este respeito, principalmente em se tratando do cultivo do arroz, produto imprescindível na dieta alimentar da população desta região.

Percebe-se que, mesmo entre os agricultores desta categoria, identificados por este estudo como portadores da melhor relação com as organizações representativas, não demonstraram um conhecimento prático e vigoroso quanto à viabilidade agronômica e econômica desta prática alternativa ao uso do fogo.

Além disso, nem um destes agricultores, mesmo os mais próximos das organizações representativas, participaram de maneira direta do projeto-piloto Roça Sem Queimar. Porém, procedem de maneira coerente a divulgação da sua viabilidade agronômica em escala equiparável a demanda de cada grupo familiar.

Categoria A

Entre os agricultores desta categoria, nenhum afirmou ter experiência prática quanto ao preparo de área com base na técnica Roça sem Queimar. Alias, o próprio projeto e a sua técnica são bastante desconhecidos entre estes agricultores. Alguns afirmam que já ouviram falar, mas não demonstram conhecer a onde e quem já empregou esta técnica, nem os resultados alcançados.

[...] eu vi a esposa do vizinho falando que no Proambiente, você broca, derruba, aí vem uma semente, uma rama que cobri, deixa passar não sei se é um ano, aí planta o cacau. Eu não sei como é que planta um trem desse sem queimar. Pra mim que não presta, essa terra aqui queimando já não presta, avalie não queimando (COLARES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

[...] plantar a roça no cru, não tem um que diga: rapaz eu tenho tantas sacas de arroz aqui e foi feito assim, pra gente ir lá e ver, comprovar o negócio. Isso aí não tem aqui não, se tem tá escondido. Ainda não ouvi falar nisso. Queimando todo mundo faz, tem a sua rocinha todo ano (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Para estes agricultores, o preparo de área sem queimar, além de aumentar a penosidade do trabalho e o custo da implantação, não dispõe de nenhuma informação ou conhecimento

prático que assegure a viabilidade produtiva ao menos equiparável ao sistema corte e queima. Para estes agricultores, as culturas, principalmente as de lavoura branca, com exceção do feijão, mesmo concluindo o ciclo germinativo, dificilmente atingirão a fase produtiva porque segundo eles, o solo não apresenta as condições agronômicas necessárias para o desenvolvimento das plantas, semelhante ao que ocorre em áreas preparadas por meio da queima ou aração.

[...] do jeito que a gente trabalha aqui se não queimar é difícil. [...] se não queimar, se não tiver a mata mesmo pra mexer o cara não colhe, ele passa fome. Se o cara fizer um abafado de feijão até que colhe, mas outra coisa não dá. Aí é difícil mesmo o negócio aqui, pra gente fazer uma roça, derrubar a mata e tirar aquela garrancheira. [...] se tivesse máquina para o cara preparar a terra e não queimar, aí eu concordava (BORGES, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

Além da inviabilidade agronômica, argumentam ser impraticável sem o emprego de máquinas “[...] braçal que nem nós fazemos aqui pra queimar, porque plantar dentro da folha não tem jeito, e pra limpar braçal, que nem a família que eu tenho aqui, um não dá conta, acho que não funciona, o cara morre de fome” (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Para estes agricultores, a queima continua sendo a prática mais eficaz para viabilizar os meios essenciais para a produção agropecuária e, portanto, mais difícil de substituir como observa Sara, uma agricultora desta categoria cadastrada ao Proambiente.

[...] No meu pensamento o fogo é a única coisa que o Proambiente trouxe que a gente está achando dificuldade. Nós entendemos que o fogo destrói, só que para nós tem aquele pensamento que ajuda também porque uma roça que não tem fogo é difícil pra lutar com ela, além do batume, é de difícil locomoção e a quantidade de insetos é maior. Parece ser difícil a gente conviver sem ele a não ser com a mecanização como alguns falam (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Assim, no entendimento destes agricultores a alternativa viável ao uso do fogo no preparo de área é a mecanização. Segundo Pereira, “[...] o milho e o arroz produz só se for na terra tombada. Do meu conhecimento o que produz na terra sem queimar é o feijão de abafado na capoeira, produz feijão que é uma beleza” (PEREIRA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] eu acredito assim, no caso de ser liberado 4 ha. pra mim trabalhar sem queimar, eu prefiro 1 ha. que libere pra eu queimar e trabalhar dentro dessa ha. [...] Eu acho que uma terra queimada, no meu entendimento com aquela área mesmo pequena, eu acho mais facilidade para trabalhar. [...] Aqui a gente ainda não tem feito teste não, mas às vezes, dentro da mata, quando passa um trator, faz uma abertura, uma esplanada, eu mesmo nunca plantei, mas eu já vi alguém plantar e o legume, o

cereal não sai, não tem força para saí como a área queimada (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

A alternativa do manejo das pastagens sem o uso da queima é outra questão que reúne opiniões divergentes. Neste caso, o fato de ser ou não cadastrado ao Proambiente, não é fator determinante para a queima ou não do pasto, como forma de manejo.

Entre os entrevistados, 10 agricultores entre os quais 1 (casal) é cadastrado ao Proambiente, acreditam ser indispensável a queima do pasto pelo menos em períodos intercalados de 2 anos. Já os que não vêem esta necessidade, somam 9 dos entrevistados. Entre os últimos, prevalece o entendimento de que a queima pode ser necessária nos primeiros anos de implantação, caso a área tenha muitos troncos de madeira e haja uma incidência elevada de plantas concorrentes.

Entre os que defendem a queima das pastagens, os argumentos são de que além do controle sob as ervas concorrentes e de insetos nocivos ao rebanho bovino como o carrapato, essencialmente os pastos precisam ser renovados pelos menos em anos alternados por meio da prática da queima. Neste entendimento, ciclos superiores a dois anos sem o uso da queima, reduz consideravelmente a capacidade de pastejo, assim como compromete as condições de sanidade do rebanho em decorrência da elevada incidência de insetos prejudiciais.

[...] Pasto aqui se não queimar pelo menos a cada 2 anos, dá um carrapato que não tem no mundo quem agüenta, come os animais. O fogo mata o carrapato, mata a praga, mata a cobra, mata tudo. O pasto tem que ser queimado porque mata os insetos todinhos. [...] o capim queimado é diferente do capim que brota sem queimar, ele sai novo. A vida da cana e do capim é fogo (PEREIRA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Para estes agricultores o manejo das pastagens por meio da queima é a maneira mais eficiente agronomicamente ao alcance, ao que crescem as vantagens econômicas através do emprego desta prática. [...] O fogo é saúde para o capim, o capim está acabando ali, você bota fogo, o capim brota, parece que está novinho, daquele ano (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Entre estes agricultores que defendem este padrão de manejo dos pastos, existem casos em que os esforços para o não uso do fogo vêm ocorrendo em função de ser cadastrado ao Proambiente, mas reconhecem o uso do fogo como a maneira mais eficaz de manejo. Apolinário salienta que, “[...] o pasto pelo menos de tempo em tempo tem que colocar fogo, nem que seja à noite” (APOLINÁRIO, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Posição que reforçada pela esposa:

[...] Eu acredito assim, de vez em quando tem que passar um fogo. Esse aqui tem uns 4 anos que não foi queimado, mas a gente já está sofrendo, morre, vai ficando fraco, quando queima, aquilo parece que dá uma resistência, não sei por quê, sei que é costume da gente, isso é preciso ser analisado. O fogo pra nós ainda é tudo (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Defendendo outra linha de entendimento, os agricultores que discordam da queima das pastagens como melhor maneira de manejo, recorrem a exemplos bem sucedidos de agricultores do município que adotaram pelo manejo das pastagens sem o emprego do fogo. “[...] funciona sem fogo, e dá certo, vai depender de você roçar, não dá certo é dentro da juquira. Tem o Vicente, ele está com 20 anos que não queima” (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado ao Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

“[...] Eu, por exemplo, queimava os meus pastos, está com 3 ou 4 anos que não queimo, o pasto não é só com fogo que limpa, você roça, tira o gado, o pasto vai recuperar. Tudo é na base do controle” (GOMES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Nesta orientação de manejo do pasto, estes agricultores consideram que o uso do fogo vai depender das condições da área. Nas situações em que as ervas concorrentes forem controladas e o excesso de troncos reduzido, o fogo é eminentemente desnecessário como técnica para garantir as características desejáveis e a perenicidade das forragens.

[...] O capim é uma coisa que você pode ter ele sem precisar estar só queimando, gasta um pouco mais. Com a experiência que tenho, eu já tenho queimado algumas áreas de capim que, se eu tivesse deixado sem queimar, eu teria mais lucro do que eu ter queimado, já tem outras áreas, se eu tivesse queimado, eu teria mais lucro. (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

[...] quanto você menos queimar, é saúde. 2, 3 anos no começo, você tem que queimar em virtude de ter muito pau, e a juquira aqui avança muito, aí você tem que queimar, depois de você amansar, que nem o meu já está manso, não tem mais aqueles paus, a juquira abrandou, não convém queimar mais (PATRUS, agricultor cadastrado ao Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

Neste universo de entendimento, e fundamentado nas informações de campo, pode-se afirmar que especificamente para a produção de lavouras branca, o preparo de área alternativo por meio da técnica Roça Sem Queimar, é um limite posto indistintamente para os agricultores das categorias nominadas neste estudo. Além disso, a sua viabilidade econômica também não é algo concreto no universo de entendimento destes agricultores.

O diferencial entre as duas categorias é a de que, enquanto os agricultores pertencentes a categoria B posicionam-se coerentemente à adoção da Roça Sem Queimar como alternativa viável, os demais identificados na categoria A resistem em todos os aspectos internalizar esta prática, assim como não reconhecem a sua viabilidade produtiva, embora admitem a sua importância única do ponto de vista ambiental.

Com base nestas questões, sobretudo a que se refere à alternativa ao uso do fogo no preparo de área, duas conclusões podem ser extraídas:

- os projetos-piloto empreendidos pelas organizações representativas da Transamazônica de fato não atingiram um público maior, inclusive para alcançar pelo menos diversas lideranças da base; e

- as unidades de produção onde estas experiências foram desenvolvidas, como por exemplo, o denominado projeto Roça Sem Queimar, não se constituíram em unidades demonstrativas, como referência para divulgar esta alternativa e, assim, atingir novos e diferentes públicos, como os agricultores, independentemente da relação existente com as organizações representativas nesta região.

5.3 – COMO CONCILIAR PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?

Categoria A

Com base no público desta pesquisa, conciliar produção agropecuária e conservação ambiental é, sem dúvida, um grande desafio a ser superado por todos os agricultores. Os conhecimentos técnico e prático quanto às práticas alternativas, demonstrados por estes agricultores, é a evidência deste fato.

Entre os agricultores da categoria A, esta tensão foi expressa de maneira muito mais ostensiva, tendo como razão lógica garantir o próprio sustento familiar, visto que as práticas alternativas não apresentam condições concretas para tal satisfação. Desta forma, a orientação produtiva em curso com base principalmente na pecuária extensiva, e o preparo de área por meio da técnica corte e queima, constituem-se ainda como meios eficazes, viáveis e seguro para estes agricultores atenderem as respectivas demandas da unidade família-estabelecimento agrícola.

[...] Eu e minha mulher temos uma área de aproximadamente 72 alqueires, não precisaríamos desmatar essa terra toda pra sobreviver se tivéssemos outra alternativa, outra forma de produzir. A situação que eu me acho hoje, talvez seja obrigado a desmatar quase toda pra poder manter a minha vida (PATRUS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

Existem momentos em que alguns destes agricultores em suas afirmativas findam sendo contraditórios quanto ao reconhecimento da importância relacionada à questão ambiental. “[...] eu queria preservar, mas tem horas que a gente não tem condição. Tem horas que até a nascente a gente tem que acabar com ela pra fazer a roça, se tivesse condição, não fazia isso” (BORGES, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

Outro agricultor adianta que equiparar a sustentabilidade econômica e a ambiental é um exercício tão pouco fácil. Segundo ele, [...] é um caso complicado porque, a gente pra poder sobreviver, tem que desmatar pra poder produzir a alimentação. Mas a gente deve reservar uma área, deixar mais pra frente (SOUZA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Observa-se que a ausência de uma orientação técnica entre estes agricultores é uma condição determinante para reverter o quadro expresso por meio destas afirmativas. Tal entendimento denota que para estes agricultores, o crescimento econômico não se dá pela intensificação e/ou melhor aproveitamento dos meios de produção, mas precisamente pela sua ampliação, o que significa dizer, implantar novas áreas ao mesmo tempo em outras são colocadas em desuso, justamente pela perda da sua capacidade produtiva.

Garantir os recursos necessários para manter a estabilidade da família sem comprometer as reservas de capital necessária para operacionalizar o sistema de produção, constitui dois elementos centrais do conflito para o equilíbrio entre produção agropecuária e conservação ambiental. Para os agricultores, a terra é a fonte única de geração de produtos e capital financeiro.

[...] se tivesse uma renda poderia até preservar, o dinheiro estando caindo em cima você estava se virando pra outras bandas e a coisa ficava bonita. Porque só pra preservar e ficar olhando pro tempo, é mas está ficando bonito a juquira, dá não moço, eu acho que não dá certo (BORGES agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

Defrontados com as novas oportunidades de crescimento econômico, naturalmente a relação produção agropecuária e conservação ambiental adquire dimensão ainda maior de se aproximar de um equilíbrio.

[...] aquele que começa desenvolver, daqui a pouco o que ele tem já não dá mais pra viver naquele pedacinho, tem que aumentar, por exemplo: o pasto tem que ir aumentando, mesmo que você venda muito, precisa desmatar. Chega outro melhor de situação e fala: você não quer pegar esse gado na meia?²⁶, você imagina, vou fazer mais um pedaço de pasto e vou pegar o gado. É igual quem é viciado jogar na loteria, fica naquele ânimo de enricar e todos os dias joga (PATRUS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

O reconhecimento da importância ambiental é marcante na retórica, porém, na prática, o redimensionamento dos projetos pessoais é continuamente revisto a cada nova oportunidade de ampliação das reservas de capital financeiro, cujo meio se dá pela ampliação de novas áreas, mesmo reconhecendo possíveis agravantes desta orientação produtiva a longo prazo.

[...] Se for calcular o que é feito na região todo ano, daqui a uns 10 anos não tem mais mata na região porque todo colono derruba 2, 3 alqueires. O colono mesmo está vivendo em função do gado²⁷, planta uma lavourazinha: o arroz, o feijão, a mandioca pra comer, e já fica o pasto, o outro ano já vai fazer outro talhão. Estou com 11 anos aqui olha o que eu já fiz, sem recurso mas eu já desmatei 20 alqueires e não estou conseguindo viver como eu gostaria (PATRUS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 08/09/2006).

Entretanto, mesmo os agricultores não dispendo de informações técnicas suficientes para redirecionar as suas estratégias de uso da terra, o Proambiente, até então, também não demonstrou na prática esta capacidade de propor alternativas concretas, em escala correspondente a demanda de consumo das famílias.

Desta forma, uma intervenção para o meio rural deve, antes de qualquer coisa, assegurar as condições essenciais de sustentabilidade econômica das famílias, para então propor mudanças de caráter técnico qualitativo para uma inversão do padrão das práticas e do uso dos meios de produção. A partir destas condições asseguradas, possivelmente seja o momento mais oportuno para iniciar um processo de mudança da orientação produtiva das unidades de produção para sistemas mais coerentes do ponto de vista ambiental, segundo os princípios do Proambiente.

Os relatos destes agricultores evidenciam com precisão que a sustentabilidade econômica é fator preponderante para a aceitação ou não de uma mudança que venha alterar

²⁶ Acordo que consiste dividir em partes iguais entre o dono do rebanho e o meeiro, o rendimento do produto animal correspondente ao período do acordo. Prática muito comum envolvendo maior e menor criador, principalmente por escassez de pasto, sazonalmente.

²⁷ Grande parte do rebanho desse agricultor é na condição de meeiro e o seu pasto já não é o suficiente então, é um meeiro que, no momento desta pesquisa, tinha alugado pasto de vizinhos para manter todo o rebanho e mesmo assim, tem dificuldades pra dizer não a novas oportunidades.

uma dinâmica produtiva estabelecida. Possivelmente, aqui esteja o grande diferencial em desenvolver um projeto piloto como foi o Roça Sem Queimar e aderir aos princípios do Proambiente.

Notadamente isto se deve ao fato de que, enquanto o projeto Roça Sem Queimar e/ou outras experiências alternativas desenvolvidas ocuparam uma área reduzida da unidade de produção e, isenta do comprometimento da sustentabilidade econômica, o Proambiente estabeleceu a mesma orientação, entretanto, para ser adotada em toda a área correspondente a unidade de produção. Que por sua vez, caracteriza um fator preponderante de diferencial em desenvolver uma experiência alternativa em uma parcela pouco significativa do ponto de vista espacial e econômico, e aderir a uma nova orientação com mudanças profundas em todo o padrão estabelecido, sobretudo por influenciar diretamente na renda da família.

Além disso, a adesão ao Proambiente incide ainda na obrigatoriedade do cumprimento de uma série de condições ambientais, respeito às leis como as que se refere as APPs, ARL, redução do desmatamento, eliminação da prática da queima em todas as práticas, que a rigor, são questões não cumpridas e da mesma forma, não é comum entre os agricultores a existência de penalidades por tais desobediências.

Categoria B

Entre os agricultores desta categoria um fato que chama à atenção é o de que mesmo os que dizem não possuir experiência prática no que se refere as alternativas de substituição da técnica corte e queima para o preparo de área, não vinculam a preservação ambiental como um obstáculo para a produção agropecuária. Nota-se que há uma recorrência muito forte do desenvolvimento com base socioambiental correlacionado aos objetivos do Proambiente.

[...] o Proambiente, no meu entendimento, eu acredito que é o da melhor maneira possível, porque através desse desmatamento, você está prejudicando você próprio e, pelo menos, se você estiver inserido no Proambiente, [...] está segurando a natureza, está protegendo não só você, como as outras vidas lá fora (GONÇALVES, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006)

Beltrão considera que já se tem algumas alternativas para iniciar um processo de mudança do padrão produtivo agropecuário e, no decorrer, outras vão sendo incorporadas para a conversão das unidades de produção.

[...] tem várias alternativas como essa aí da Roça Sem Queimar e sempre a gente tem a esperança que vai aparecer outras maneiras pra gente produzir. O pessoal

aqui pensa muito nessa questão da mecanização, se ele fizer isso, ele vai ficar plantando todo o tempo lá, porque depois que ela amansar até na enxada a gente leva (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

[...] o que eu tenho a dizer que esse projeto é bom, que tem alguma falha tem porque hoje, a gente sabe que tem alguma falha, mas se todos os agricultores estivessem entendido o processo, era uma coisa que ia melhorar essa parte ambiental na comunidade (BERNADO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

[...] eu estou entendendo que a gente preservar a natureza é uma coisa boa pra gente mesmo porque, preservando a natureza, a ora que você quer uma coisa lá de dentro você tem, você guardou. Preservando está guardada lá (ASSIS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Duas questões são marcantes neste confronto de entendimento, de um lado uma categoria de agricultores que desconhecem a viabilidade econômica das práticas alternativas, principalmente em se tratando de substituição ao uso do fogo e, de outro, outra categoria sem maiores conhecimentos práticos e da sua eficiência, defendendo-a como eficaz.

No último caso, a explicação para esta linha de entendimento, é a relação de proximidade destes agricultores com o Sindicato e, a partir daí, o estabelecimento de um campo de confiança, o que presume adesão ao discurso das organizações representativas relacionado ao desenvolvimento regional. Neste caso, o Proambiente é a matriz base de efetivação do desenvolvimento defendido pelas organizações.

5.4 - IDENTIFICAÇÃO E APROXIMAÇÃO COM O PROAMBIENTE

Reafirmada por diversas vezes, a expectativa gerada em torno do crédito foi o fator mais importante para atrair um público de diferentes naturezas e interesses bastante heterogêneos em torno do Proambiente. Obviamente que se trata de um público situado em um contexto de contrastes sócio-econômicos mas que, de forma genérica, ninguém demonstra resistências à retórica da preservação ambiental, e de passagem aos princípios apresentados pelo Proambiente.

Porém, na prática, este mesmo público assume posições distintas, determinantes para a adesão ou não aos princípios do Proambiente. Todavia, a interiorização da concepção do programa não se trata única e especificamente de adotar a retórica sobre a preservação ambiental, mas de romper com padrões que, embora incorretos do ponto de vista ambiental, estão com as suas bases concretamente estabelecidas.

Com base no público em que este estudo se apóia, o fato do agricultor está cadastrado no Proambiente não significa dizer que a concepção do programa foi internalizada por ele. Assim, o esforço da análise aqui expressa concentra-se nesta questão, a partir das categorias de agricultores trabalhadas ao longo de toda esta seção.

Categoria A

Para 12 agricultores desta categoria, entre os quais, somam desistentes e outros que nunca se cadastraram ao Proambiente, são diversas as razões para se posicionarem de maneira crítica e da mesma forma, resistirem em aderir ao programa, assim como a sua concepção. Entre eles, tantos são os que se cadastraram no Proambiente desconhecendo totalmente o programa, presumindo principalmente, uma oportunidade de acesso ao financiamento.

Como exemplo, Souza observa que, quando efetivou o seu cadastro, não conhecia as finalidades do Proambiente. Semelhante a diversos outros agricultores que se cadastraram ao programa, o objetivo foi o de acessar financiamento.

[...] eu não imaginava nada. Depois foi que eu fui pesquisando um pouco. Tinha um negócio de queimada, ia ficar mais difícil pra gente queimar, aí eu peguei e saí. Porque diz que ia sair um financiamento, [...] depois chegaram com uns papéis pra assinar dizendo que agente ia ficar recebendo meio salário por mês, falei, não, eu estou a fim é do financiamento, foi quando eu mandei riscar meu nome (SOUZA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

De maneira geral, a concepção apresentada pelo programa não fazia parte do universo de conhecimento destes agricultores. Ao se referir sobre o preparo de área sem o uso do fogo, Borges demonstra total desconhecimento e descrença do emprego desta técnica como alternativa de substituição da queima.

[...] aqui no Pará [...] dos que eu conheço eu nunca vi falar que faz isso. Tem uns que falam: é bom, mas eu nunca vi não. [...] só que eu acho que pra mim arriscar fazer esse trem, eu até faço, nem que não produz, mais se estiver caindo dinheiro (BORGES, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

[...] Se o governo mandasse um maquinário, aí está certo, mas manual não tem condição. Não é pra derrubar a mata, como é que vai fazer?, plantar debaixo da mata, só brocar, limpar, isso não funciona. É tanto que aqui é bem pouco os sócios, os outros não querem (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

Colares reconhece que a preservação ambiental é importante, porém o retorno financeiro aos que se propõem à manutenção da floresta, não garante o cumprimento das

necessidades essenciais de sobrevivência. Para este agricultor, o Proambiente não oferece alternativas concretas para a sustentabilidade econômica, que ver na compensação ambiental o único retorno, porém, irrisório em sua opinião.

[...] Pra mim o negócio de floresta eu acho que é vantagem [...] só que do preço que eu ouvi falar ali é pouco demais, não dá pra mim sustentar a família não, vi falar que é 100 conto por mês, não dá não, se o cara deixar a mata lá, fica olhando e pegando 100 conto, não dá pra compra nada pra despesa, fica morrendo de fome e olhando pra mata em pé (COLARES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

[...] do jeito que ele explicou que era pra preservar, aquilo eu achei bom do jeito que ele explicou pra fazer as queimadas. [...] Com algumas coisas que ele falou eu concordei, só que partiu pra esse negócio de melhorar pra gente mesmo, achei muito devagar demais, não estava achando futuro não (BORGES, agricultor desistente no Proambiente, entrevista em 07/09/2006).

“[...] sai um dinheiro pra reflorestar a terra, mas isso não dá pra mim” (PETROLINO, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006). Por outro lado, a dinâmica de produção agropecuária já estabelecida entre estes agricultores dá o retorno e a certeza econômica que o Proambiente não os garante, como por exemplo, a pecuária extensiva amplamente empregada pelos agricultores destas 3 vicinais, assim como na região Transamazônica.

“[...] com toda ruindade, o gado sempre se acha comprador. O gado aqui é o principal, quase todo mundo tem, qualquer apertozinho é o gado, mesmo barato como está agora” (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

[...] eu ainda não encontrei ainda uma outra coisa melhor do que isso que a gente cultiva aqui. A pimenta, o cacau e o capim, estas três coisas são as conhecidas e permanentes daqui do setor. [...] Então é só estas três coisas que a gente tem conhecimento aqui na região, se aparecer uma outra melhor que dá mais dinheiro, a gente pode trabalhar também (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Para estes agricultores, o programa não constitui uma oportunidade de vida digna no campo como recorrentemente expressa as organizações representativas que o concebeu. “[...] os agricultores não tiram vantagem com o Proambiente” (ALVES, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006). “[...] mesmo que no futuro tenha resultados satisfatórios, coisa que é para daqui a muitos anos, no presente o agricultor fica no prejuízo e a sobrevivência são todos os dias” (VIANA, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

“[...] no meu pensamento eu estou disposto a seguir independentemente de participar diretamente, de pegar esse dinheirinho. Eu pra mim se eu puder seguir a linha do Proambiente independentemente de umas coisas que eles fornecem, pra mim eu acharia melhor” (AMORIM, agricultor desistente do Proambiente, entrevista em 05/09/2006).

Diante destas posições, é visível que, para estes agricultores, a adesão aos princípios dessa proposta de desenvolvimento deve ser precedida de um conjunto de fatores, entre eles, o convencimento da importância da sustentabilidade ambiental, mas também da concreta sustentabilidade econômica e social.

[...] o Paraense já me convidou e eu fico assim, como eu já te falei, uma coisa que a gente não entende bem é melhor tomar mais conhecimento, é melhor porque [...] ficar responsável por uma coisa que eu não sei pra frente como vai ser, então eu não quis ainda. [...] eu não vi ainda dizer que fulano de tal fez uma roça, um projeto do Proambiente e se deu bem, agora quando eu ver o desenvolvimento, assim, agora deu certo dessa forma. Sem a gente entender, sem a gente ver de certeza, é uma coisa que não pode falar de certeza. [...] A maioria discorda porque não viu ainda o desdobramento dele. É uma organização que eu não sei se é velha, mas pra nós aqui está sendo novo. Eu não sei se é um órgão separado da EMATER, da CEPLAC (OLIVEIRA, agricultor não cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

Nesta mesma categoria existem dois casos de cadastrados no programa que a eles, presume-se um entusiasmo com a retórica socioambiental apropriada a partir do Proambiente. Tal ânimo situa-se na expectativa de viabilizar o projeto familiar, numa perspectiva sustentável, por meio de uma intervenção apresentada como inovadora, diferente, viável do ponto de vista econômico, ambiental e social, compreendido como um ponto de partida para o rompimento de um modelo antigo, avaliado por agentes externos, como inviável e responsável por um passivo ambiental, econômico e social acumulado durante décadas.

[...] O colono ele vive isolado, vive com as forças dele, se acha sozinho e quando chega alguma coisa igual ao Proambiente que tem alguém companheiro que chega e conversa, a gente vai ficando mais alerta, vai despertando, vai aprendendo então, isso foi uma coisa muito boa, nós não estamos mais sozinhos, já temos essa orientação. A gente sempre conversa aqui, nós continuaremos, vamos lutar para o que nós começamos não pare, a gente viu que é uma coisa boa pra mais tarde que não seja pra nós, seja pra quem ficar em nosso lugar então, não vamos deixar acabar. [...] é um entendimento que a gente não tinha e agora a gente passou a ter, eu era contra, mas quando vi que eles estavam ajudando a preservar o que nós temos, fiquei a favor (SARA, agricultora cadastrada no Proambiente, entrevista em 11/09/2006).

Categoria B

Schmitz (2001, p. 57) observa que a aceitação ou não de uma mudança pode enfrentar sérias resistências principalmente se esta intervenção tiver relação direta com a renda. Tendo como base esta linha de análise, é possível, em partes, compreender as posições extremas com relação ao Proambiente, entre as duas categorias de agricultores aqui consideradas.

Porém, outro elemento posto neste debate é o de que os agricultores identificados na categoria B também demonstraram não possuir um acúmulo concreto de práticas alternativas capazes de viabilizar a atividade agropecuária, sem comprometer a economia familiar, mas mantêm uma retórica coerente aos princípios do Proambiente.

Tal compreensão vem adquirindo consistência ao longo deste texto, na medida em que o grau de engajamento demonstrado por estes agricultores para com as organizações representativas identifica as diversas posições assumidas entre os entrevistados com relação ao grau de aceitação ou rejeição do Proambiente.

Obviamente sem influenciar e não precisar a construção do Proambiente, de alguma forma os agricultores identificados na categoria B tiveram contato com a orientação do projeto e o próprio discurso de desenvolvimento apropriado pelas organizações proponentes do Proambiente, ao longo das últimas décadas, fato posto com clareza por estes agricultores, sobretudo os que exercem um papel de liderança junto à base nas vicinais.

[...] nas reuniões em [...] 98/99 com o projeto da roça sem queimar, a gente já ouvia falar do Proambiente, era uma proposta ainda. [...] É uma discussão que a gente já vinha acompanhando há muito tempo [...] a gente vê também muito essa coisa do desmatamento, das queimadas, do meio ambiente, preservação, mata ciliar que estão desmatando muito, o assoreamento dos rios que a gente ver por aí, e a gente vem acompanhando isso e a gente quer contribuir com o essa área (BERNADO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

Da mesma forma, Gonçalves, Assis e Noronha justificam as suas respectivas adesões ao Proambiente adotando componentes muito distintos daqueles apresentados pelos agricultores da categoria A, obviamente tornando evidente nas suas exposições, a retórica relacionada às questões ambientais, elemento primordial do desenvolvimento socioambiental, a que se reportam as organizações representativas.

[...] é muito simples, a gente sabe quem não se cadastrar nesse programa, vai custar consequência mais tarde que queira ou que não queira porque, [...] a política do governo eu tenho certeza que todos os governos vão acompanhar, não tem como ele sair. A gente vai ser penalizado mais tarde, eu no momento não estou sendo porque

não tirei 50% da minha floresta, [...] quem já desmatou 50% da sua propriedade, de um jeito ou de outro vai ter que fazer aquele reflorestamento então, essa vantagem eu encontrei. Outra vantagem que eu encontrei foi que eu fiz um mini-projeto do Proambiente, eu estou com ele (GONÇALVES, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 14/09/2006).

[...] se tivesse há tempos no Proambiente, eu não tinha desmatado minha mata, tenho esse pouco de mata porque deixei essa reserva, se eu não tivesse tomado essa atitude, não tinha mais mata, tinha acabado com tudo. A instrução é idêntica com algumas que a gente já tinha costume de fazer um pouco, aí ele chegou como um negócio que encaixou (ASSIS, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 06/09/2006).

[...] Na minha visão trabalhar assim, pra gente repor umas áreas degradadas, plantar umas árvores, umas essências que a gente não conhecia. Trabalhar pra repor o que a gente já derrubou. [...] ele é o único programa que eu achei que deveria entrar. Já achei muitas oportunidades, o FNO, outros programas e sempre beirava fora, agora encaixei no Proambiente, acho que é uma boa visão para o Brasil, aliás, para o mundo (NORONHA, agricultor cadastrado no Proambiente, entrevista em 07/09/2007).

Beltrão argumenta que o Proambiente foi construído, objetivando equilibrar a relação entre meio ambiente e as formas de produção, numa perspectiva sustentável. Em seu relato, fica expresso o engajamento com o discurso das organizações representativas, coerente com a retórica de outras lideranças de atuação regional, situadas em um universo, cuja relação com o meio é ampla.

[...] pra mim ele foi criado pra preservação e pra dar uma sustentabilidade às famílias porque a gente tem uma visão de umas fotos [...] lá do Acre, Xapuri, [...] lá tudo que eles plantaram naquela época está produzindo: [...] pupunha, castanha, açai, abacaba, tudo quanto é tipo de fruta e os caras criam gado, silvipastoril então, a gente tem essa visão de que aqui poderia chegar a esse padrão. [...] aquilo me deixou muito otimista, a madeira vende em pranchas tiradas na motosserra, fazem o manejo de extração. [...] agora a gente tem uma esperança tão grande, eu sempre falo para os agricultores que quando o programa interar 15 anos, eu acho que a gente concluiu o objetivo. (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

[...] O proambiente é esse programa que vem valorizar o sistema de produção mais característico da nossa região, da Amazônia, levando em consideração toda essa questão do clima, do solo, dos potenciais do lote. O modelo de planejamento vem premiar o agricultor, ajudar a pensar desenvolver a propriedade com todo o seu potencial e não simplesmente, só aquela parte da agricultura característico do plantar e do colher, do modo que aprendeu e está vendo até agora, mas de buscar novas alternativas baseado no potencial natural (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Bueno (2002, p. 139) ressalta que a existência de um capital social²⁸ é fator fundamental para que as pessoas se predisponham para novos projetos, e assim dispostas “[...]”

²⁸ Bueno (2002, p. 139) identifica capital social como sendo uma “[...] estrutura de incentivos e sanções ao comportamento individual, definido por um conjunto preexistente de regras formais e informais, comportamentos organizados e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas”.

a aceitar mais riscos, visto que se sentem mais protegidas pelas redes de relacionamentos de que participam” (*ibid*).

O que propõe Bueno (2002, p. 139) parece muito coerente com os fatos da análise aqui delineada. Como proposto, não há aqui evidências de que mesmo os agricultores mais informados quanto ao Proambiente, conhecedores das suas finalidades, com maior demonstração de afinidade aos princípios deste programa, dispõem de alternativas concretas para subsidiar tecnicamente as mudanças das unidades de produção que permitam, de fato, equilibrar a sustentabilidade ambiental e a própria sustentabilidade econômica.

Ainda que estes agricultores tenham desenvolvido alguma experiência de produção alternativa, o que lhes atribui respaldo para se pronunciarem sobre tal, não há evidências práticas de que algum destes possua um sistema de produção com a sua matriz produtiva e econômica, estabelecida com base em práticas alternativas agroecológicas.

A este respeito, o mais compreensivo afirmar é que entre estes agricultores existem iniciativas pontuais e uma predisposição para apropriação dos princípios do Proambiente, caso o programa ofereça recursos técnico e financeiro, capazes de operacionalizar os Planos de Uso destas unidades de produção conforme planejados, considerando um intervalo de tempo suficiente para esta transição, e não apenas de 3 anos como previsto inicialmente pelo programa, posteriormente, elevado para 5 anos.

Desta forma, é possível dizer que, entre os agricultores identificados na categoria B, ainda não há um engajamento consistente aos princípios do Proambiente, assim como conhecimentos técnico e prático das alternativas para viabilizar economicamente a mudança do padrão do uso da terra, mas sim uma apropriação da retórica socioambiental, defendida pelas organizações representativas na Transamazônica.

CONCLUSÃO

Antes de qualquer reflexão com relação à política pública Proambiente e independentemente do grau crítico que a ela enseje, vale reiterar que a apropriação desta proposta pelo governo federal em 2003 marca um momento importante na relação entre sociedade civil e governo. Especificamente para o meio rural é coerente afirmar que o Proambiente é a primeira intervenção de desenvolvimento emergida das organizações representativas e não da matriz oficial, como tradicionalmente ocorreu no Brasil.

Além disso, na condição de política de desenvolvimento dirigida à produção familiar, o Proambiente propõe uma reflexão da revisão das formas de produção agropecuária, extrativista e, principalmente do ordenamento quanto ao uso dos recursos naturais, no âmbito da produção familiar da Amazônia. Na Transamazônica, pode-se dizer que o Proambiente pôs em evidência, entre os agricultores, o debate acerca da temática produção agropecuária e conservação ambiental.

Todavia, os fatos descritos no decorrer deste texto evidenciam antigos limites, presentes na construção de uma política pública como, por exemplo, equipes constituídas por assessores e técnicos, encarregadas de construir tais intervenções de desenvolvimento, sem envolver o público para o qual é dirigida. Os elementos desta pesquisa reafirmam o propósito de que mesmo em uma política pública construída pelas organizações representativas, que conciliam funções de representação e intermediação, os limites para a participação direta da sua base não são rompidos facilmente.

Da mesma forma, os limites presentes na construção da política pública Proambiente se estenderam ao processo de implementação do pólo pioneiro Transamazônica, com pequenas alterações. A saber, o emprego de técnicas ditas participativas em momentos pontuais deste processo, como na construção dos Diagnósticos e Planos de Uso das unidades de produção familiar, pode até ter gerado um ambiente para interação entre agricultores e técnicos, porém nem sempre esta interação situou-se no campo de conhecimento e nas visões de mundo portadas pelo próprio agricultor, mas sim o prevalecimento do saber apresentado pelo técnico encarregado para conduzir estas atividades no campo.

A construção da política pública Proambiente pelas organizações representativas da Amazônia expõe com clareza os limites deste tipo de iniciativa. Sobre estes limites, o

entendimento apresentado por este estudo é de que a construção do Proambiente ao mesmo tempo em que inverteu a histórica trajetória das políticas públicas na relação poder público e sociedade civil, não conseguiu mobilizar em torno da sua construção os próprios agricultores, público para o qual esta intervenção é dirigida.

Assim, a maior evidência é a de que as lideranças das organizações representativas e parceiros técnicos responsáveis pela construção do Proambiente tomaram para si a responsabilidade de responder às demandas dos agricultores da Amazônia, a partir da interpretação de cenários e entendimentos julgados condizentes com as especificidades sócio-culturais e ambientais, presentes no contexto da produção agropecuária familiar desta região. Fato que ao longo da história se convencionou chamá-lo de modelo vertical de intervenção.

Desta forma, o fato de o Proambiente ser apropriado e não construído pelo governo, como sempre se deu, não atribui para esta política pública nenhuma isenção de que esta proposta não tenha forte resistência de adoção pelo público a quem é dirigida. Esta afirmativa se apóia na tese de que as visões de mundo existentes entre as lideranças das organizações representativas e parceiros técnicos responsáveis pela construção do Proambiente em muito se diferem da que portam os agricultores. Portanto, as aspirações e os objetivos também são distintos, assim como as realidades em que estão inseridos.

Portanto, esta afirmativa refuta a primeira hipótese de base deste estudo, que se apóia no entendimento de ao se tratar de uma política pública que possui as organizações representativas como proponentes, pressupõe-se que seja menor a distância entre esta política e as aspirações dos agricultores, se comparada a outras apresentadas pelo governo.

De modo que o campo de disparidade existente nesta política pública e as aspirações dos agricultores pode ser identificada através das resistências demonstradas pelos próprios agricultores em relação ao Proambiente, concentrada principalmente no que se refere à adesão aos seus princípios.

A estas resistências, presumem-se dois aspectos principais: o primeiro, pelas questões acima mencionadas; o segundo, de que os diversos projetos-piloto geridos em particular pelas organizações representativas da Transamazônica, não se constituíram em meios suficientes para alcançar os agricultores, e sim eficazes para envolver e formar entre as lideranças, um conjunto de conhecimentos em torno das questões tangentes ao equilíbrio da relação produção

agropecuária e conservação ambiental, bem como de uma retórica com base nos princípios do desenvolvimento socioambiental.

Com base nesta análise, confirma-se a segunda hipótese de base deste estudo, que se apóia no entendimento de que os projetos-piloto geridos pelas organizações representativas da Transamazônica foram eficazes para formar uma opinião entre as lideranças destas organizações, entretanto não suficientes para alcançar outros e novos públicos, como os agricultores desta região.

Apesar disso, as unidades de produção em que foram desenvolvidas as experiências alternativas de produção agropecuária e outras estratégias de reordenamento das formas de gestão e uso do meio natural, como por exemplo, o projeto-piloto Roça Sem Queimar, não se constituíram em referências demonstrativas, nem os seus índices estão sendo empregados para alcançar os agricultores, no que se refere à eficácia destas alternativas não apenas do ponto de vista ambiental, como econômico e social.

Não obstante, o Proambiente, como política pública, até então não viabilizou na prática, a operacionalização do discurso socioambiental. Trata-se de um programa audacioso, mas que ainda não ofereceu condições e meios concretos para, além da sustentabilidade ambiental, garantir a sustentabilidade econômica das famílias.

Este fator é imprescindível para se propor estratégias de mudança de um padrão de produção agropecuária e uso da terra estabelecido e em pleno andamento, para um sistema visto como econômico e ambientalmente sustentável, principalmente, em se tratando de um contexto sócio-econômico e produtivo que na Transamazônica em particular, possui a sua base econômica predominantemente apoiada na pecuária bovina de corte, extensiva.

Além disso, o Proambiente como política pública não conseguiu superar os limites dos projetos-piloto empreendidos na Transamazônica pelas organizações representativas desta região. Neste aspecto, mesmo envolvendo os agricultores, ainda é um público muito reduzido, disperso em um vasto espaço geográfico de 3 municípios, ao que se convencionou chamar pólo do Proambiente.

Pelo menos dois fatores foram determinantes para a não superação dos limites dos projetos-pilotos: um, se refere aos períodos limitados estabelecidos pela Gerência do Proambiente para o cumprimento das etapas durante a implementação dos pólos pioneiros,

isto também em decorrências dos prazos definidos pelos financiadores, elemento importante para o pólo não ter atingido pelo menos 500 famílias; o outro e mais importante deles, foi a não priorização do programa dentro do governo, no sentido da destinação de orçamento para operacionalizar esta política pública que por sinal, tem um custo elevado se comparada as demais intervenções de desenvolvimento, principalmente pela indicação de compensação dos serviços ambientais prestados.

A este respeito, o fato do programa ter sido incorporado ao PPA 2003-2007, não assegurou a destinação de recursos para a sua viabilização, que continuou a depender dos projetos temporários, apoiados principalmente por cooperações como a firmada entre o Brasil e a Holanda, que financiou a etapa de construção dos diagnósticos e PUs das unidades de produção familiar, nos 11 pólos pioneiros do Proambiente distribuídos na Amazônia brasileira.

Macedo observa que,

[...] o Proambiente não conseguiu entrar no governo e ter o mesmo reconhecimento dos ministérios, principalmente do Planejamento, Fazenda e Casa Civil que possuem poderes de decisão. Tanto é que uma das coisas necessárias para o programa funcionar é o fundo socioambiental e até então não foi criado (MACEDO, ex-liderança regional, entrevista em 18/09/2006).

Nota-se que o Proambiente teve uma evolução até a sua apropriação pelo Governo Federal como política pública, a partir deste momento que o ocorreu em 2003, o programa iniciou um processo de regressão. Progressivamente este programa foi perdendo importância e conseqüentemente, a sua capacidade de disputar espaços no próprio âmbito governamental. A consistência mais evidente disto foi a descontinuidade do programa ao longo do processo de implementação, sempre que uma etapa foi concluída. Em dezembro de 2006, por falta de orçamento para renovação contratual da equipe técnica dos respectivos pólos, o programa foi submetido a mais uma interrupção das atividades, na ocasião, sem previsão de retomada.

Diante das disputas de interesses no governo com relação às políticas de desenvolvimento para o meio rural, o Proambiente não foi priorizado, seja no que diz respeito à origem de orçamento próprio, seja no que confere à criação do Fundo Sócio Ambiental, considerado o componente mais importante do programa e, inovador do ponto de vista das políticas de desenvolvimento para o meio rural na Amazônia.

Os relatórios referentes ao exercício 2006, elaborados por um Grupo de Trabalho (GT) criado para identificar os entraves no processo de implementação dos pólos pioneiros do Proambiente, considerou duas questões a serem resolvidas em caráter emergencial: uma, é a insuficiência de orçamentos, responsáveis pelas freqüentes descontinuidades das atividades de campo; a outra, trata-se de marcos legais para regulamentar o pagamento de serviços ambientais, o que segundo o GT, vai depender da criação de uma Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA). Sem estes marcos legais não existentes na legislação brasileira, o Fundo Sócio Ambiental fica impedido de ser instituído.

Além das questões mencionadas, Hirata (2006, p. 17) destaca que, a dificuldade de articulação entre os ministérios envolvidos com o Proambiente, constitui outro fator importante para este programa não ultrapassar a sua fase piloto e generalizar-se como política pública de fato. Para o autor, três questões precisam ser resolvidas:

- o desenvolvimento de mecanismos operacionais capazes de permitir que propostas com o grau de complexidade do Proambiente possam ser executadas numa estrutura de governo pouco permeável a esse tipo de inovação conceitual e metodológica;
- o estabelecimento de marcos legais que viabilizem juridicamente o pagamento dos serviços ambientais produzido;
- superação da “síndrome do programa-piloto” para que a proposta seja efetivamente generalizada na Amazônia e demais Biomas.

É notório ainda que tão logo o Proambiente se tornou uma política pública do governo federal, as organizações representativas que o protagonizaram deixaram de tratar este programa com a devida atenção merecida. Diferentemente do que ocorreu com o FNO em que estas mesmas organizações protagonizaram junto ao Banco da Amazônia a inclusão de critérios que permitiram o acesso deste crédito pelos agricultores familiares, o Proambiente ficou a cargo das boas graças da estrutura do governo.

Para Beltrão, após o governo apropriar-se do Proambiente, as organizações representativas se acomodaram em relação ao programa, como se a partir daí o seu papel estivesse devidamente cumprido. E a história do país prova que não é assim. “[...] eu vejo uma fraqueza dos sindicatos e da Fundação, porque o governo é do nosso lado estão deixando muito por conta dele. [...] Em reuniões já se comentou que os movimentos sociais se

acomodaram” (BELTRÃO, agricultor, liderança da base, cadastrado no Proambiente, entrevista em 10/09/2006).

De acordo com a opinião expressa por Beltrão, Costa reforça a idéia de que o Proambiente de fato saiu da pauta das organizações representativas. “[...] houve o grito (Grito da Terra Brasil) recentemente e ninguém falou no Proambiente” (COSTA, técnico do Proambiente, entrevista em 16/10/2006).

Diante deste cenário, percebe-se que o Proambiente até agora não conseguiu projetar entre os agricultores, uma mudança de concepção para alterar o padrão da produção agropecuária e o uso dos recursos naturais.

Os fatos presentes neste estudo mostram que o equilíbrio da relação produção agropecuária e preservação ambiental, pode estar muito bem estruturado e entendido pelas organizações representativas e definido na retórica das suas lideranças, porém, entre os agricultores, são questões ainda muito distantes de ser superadas e incorporadas convictamente, salvo um público reduzido mais próximo das organizações.

As diversas posições em relação ao Proambiente e aos seus princípios, demonstram claramente o grau de desconhecimento no que se refere à relação produção agropecuária e conservação ambiental, e a própria desconfiança demonstrada pelos agricultores, no que diz respeito aos princípios do desenvolvimento socioambiental, como concepção de desenvolvimento viável, sobretudo do ponto de vista da própria sustentabilidade econômica.

Assim, mesmo os agricultores cadastrados no Proambiente que demonstram estreita relação com o Sindicato, com o seu projeto político e manifestam afinidade com o Proambiente, a tese defendida por este estudo é a de que, mesmo entre estes agricultores, ainda não há uma aproximação consistente aos princípios do Proambiente, mas sim uma apropriação da retórica socioambiental, proposta pelas organizações representativas na Transamazônica.

Esta conclusão confirma a última hipótese de base desta pesquisa, a qual argumenta que o grau de envolvimento dos agricultores para com as organizações representativas, é fator preponderante para adesão ao Proambiente e à retórica do desenvolvimento socioambiental. Observa-se ainda, que o tipo da orientação produtiva (pecuária, diversificada ou de cultivo) adotada por cada um dos agricultores entrevistados, identificada neste estudo, é um

componente complementar, porém, não determinante para estabelecer o grau de aceitação ou rejeição do Proambiente, assim como da sua concepção.

A partir dos fatos postos no decorrer deste estudo, observa-se que o estabelecimento de um processo participativo transformador, é muito pouco provável que ocorra mesmo quando liderado pelas organizações representativas. Isto decorre principalmente das diferenças de interesses em jogo e das visões de mundo existentes entre estas organizações e os seus representados, que como tal, vão se refazendo continuamente.

Neto (2002, p. 49-50) observa que o exercício das lideranças pode ser também apoiado pela perspectiva de que a ação coletiva conduzida sob suas orientações, ao buscar responder e mediar os interesses provenientes do grupo pode vir ao mesmo tempo, contribuir par a satisfação dos próprios interesses. Segundo o autor,

[...] o exercício das lideranças não está imune aos processos de manipulação de interesses, entre as aspirações do grupo e as determinações do líder, ocasionados principalmente pela diferença de capital cultural existente entre o *habitus do político* das lideranças e a precariedade generalizada do restante do grupo (NETO, 2002, p. 50).

Entretanto, para debater temas tão complexos como os que se têm este estudo, além de habilidade técnica, por natureza exige maior aprofundamento, seja para a formação de uma base de informação derivada da realidade pesquisada, seja do aprofundamento do caráter científico, ainda assim, nem sempre se alcança respostas para todas as perguntas. Neste estudo, nota-se que uma de suas fragilidades, foi resultante da necessidade do cumprimento de prazos relativamente curtos para a sua conclusão, acrescido das limitações para confirmar e complementar algumas informações de campo.

Precisamente em seu capítulo 3, observa-se que a pesquisa deveria ter alcançado alguns integrantes do grupo de trabalho, responsável pela sistematização da política pública Proambiente. Este fato decorre também, porque inicialmente o plano metodológico previu esta análise a partir dos agricultores, complementados por análises documentais.

Além desta questão, outras que não foram propósitos de investigação exaustiva por parte deste estudo, sugerem ser aprofundadas. Neste sentido, considerando os investimentos realizados pelo Proambiente durante o processo de implementação do pólo Transamazônica, vale estudar, quais alterações foram provocadas no padrão de uso dos recursos naturais e nas práticas de manejo empregadas na produção agropecuária, a partir da intervenção do

Proambiente; e até que ponto estes investimentos, foram apropriados pelos agricultores e, podem contribuir para uma mudança de concepção, no que diz respeito à relação produção agropecuária e conservação ambiental.

Ao se tratar de uma intervenção de desenvolvimento com o grau de complexidade da grandeza do Proambiente, uma questão que precisa ser considerada é o estabelecimento de um processo gradual para a internalização da sua concepção, para que assim potencialize a mudança do padrão de uso da terra, bem como das práticas empregadas para a produção agropecuária. Afinal se trata de mudanças profundas e com relação direta na sustentabilidade econômica das famílias, que não são entendidas e nem aceitas quando postas para serem efetivadas em períodos tão curtos como o que previu o programa.

Tendo como referência o estabelecimento de um processo gradual para as mudanças sugeridas pelo Proambiente, tal redirecionamento deve impreterivelmente considerar a orientação produtiva em curso e, a partir delas, sem maior comprometimento da dinâmica estabelecida com base na racionalidade da família, iniciar o processo de mudança sustentado em duas questões essenciais: apoio técnico e financeiro. O apoio técnico, para assessorar o planejamento para melhorar a gestão do uso da terra e, dotar de qualidade os projetos agropecuários empreendidos; e apoio financeiro, para viabilizar a operacionalização da gestão integrada destes recursos, com base em um novo perfil de projetos agropecuários, considerando a valorização ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Diniz Fermiano. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: Necessidade ou possibilidade?** 4., ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 241 p.

ALBALADEJO, Christophe. O Diálogo para uma Intervenção entre os Saberes dos Agricultores e os Saberes dos Técnicos: uma utopia necessária. (p. 173-206) In: HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul da Silva. (Orgs.). **CAT - Ano décimo: Etnografia de uma utopia.** Belém: UFPA, CAT, 2000, 299 p.

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. Condições e limites da gestão concentrada dos recursos naturais a nível local: reflexões sobre um projeto de manejo florestal na Amazônia Oriental. (p. 173-208). In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. (Orgs.). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.** Número temático: A construção dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental), Partes 2 e 3 – Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento, 1 v., n. 3, 2002, 218 p.

ALVES, Maria Bernadete Martins; ARRUDA, Suzana Margareth. (Universidade Federal de Santa Catarina) **Como fazer referências:** bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento. (atualizada em setembro de 2003, NBR-6023/2002). Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/home982.html>. Acesso em: 02 de março de 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social.** 2. ed., São Paulo: Cortez & Morales Ltda, 1980, 127 p.

ANDERSON, Anthony B. Prefácio. In: Almeida, Oriana Trindade de. (Org.). **A evolução da fronteira amazônica:** oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Belém, IMAZON, 1996, 139 p.

ANDRADE, Ilza Leão de Araújo. Conselho de Desenvolvimento Rural: Um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas públicas e participação no Brasil Rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, 252 p.

ANDRADE, Manuel Correia. **Lutas camponesas no nordeste.** (p. 42) 2. ed., São Paulo: Ática, 1989, 64 p. (série princípios).

ARCAFAR – PA. (Associação Regional das Casas Familiares do Estado do Pará). **Trabalho com Pedagogia da Alternância nas Casas Familiares Rurais.** (s.d.), (não pag.). disponível em: http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Pedagogia_da_Alternancia.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2007.

ARAÚJO, Roberto. Campo religioso e trajetórias sociais na Transamazônica. (p. 125-144, parte II – Aspectos sociais e econômicos da fronteira agrícola: dinâmica dos assentamentos) In: LÈNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Orgs). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. 2. ed., Belém: CEJUP: Museu Emílio Goeldi, 1992, Coleção Eduardo Galvão, 367 p.

BASSO, Dirceu. A produção e a gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores de Dois vizinhos, Paraná. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas públicas e participação no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 252 p.

BARTES, Wendy-Lin. **Linha do tempo: programa Proambiente, Pólo Transamazônica**. [Altamira, 2005], (Relatório preliminar, não pag. não publicado).

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, 81p. (Coleção primeiros passos).

BOURDIEU, Pierre. Capítulo II. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [tradução: Fernando Tomaz (Português de Portugal)]. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 322 p.

BROSE, Markus. (Org.). Introdução. In: **Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo editora, 2001, 312 p.

BUENO, Newton Paulo. Capital social, organização da participação e emergência das instituições intermediárias: fundamentos da nova economia institucional. (Cap. IX, p. 136-147). In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Aline Cavalcante. (Ed.). **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrae e editora, 2002, 147 p.

CASTRO, Edna Ramos de. Estado e Políticas na Amazônia em Face da Globalização Integração de Mercados. (p. 7) In: COELHO, Maria Célia Nunes; CASTRO, Edna; MATHIS, Armin; HURTIENNE, Thomas. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, UFPA-NAEA, 2001, 307 p.

CASTELLANET, Christian; SIMÕES, Aquiles; FILHO, Pedro Celestino. **Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: indicações para pesquisa-desenvolvimento**. Belém, EMBRAPA-CEPATU, 1998, 48 p. (documentos nº. 105).

CASTELLANET, Christian. *Et al.* Cap. 8. Condições Econômicas da Intensificação da Agricultura alternativa para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica. (p. 169-201) In: SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla Giovana (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003, 300 p.

CASTELLANET, Christian; HÉBETTE, Jean; HENCHER, Mário J. Os níveis pertinentes para a pesquisa-ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da Transamazônica. (p. 57-85) In: ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (Orgs.). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. A Construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia-Nordeste) parte 1 – A intervenção local em questão.** 1 v., n. 2, Belém: UFPA/CA/NEAF, 2000, 147 p.

CONSELHO GESTOR NACIONAL. **Apresentação do Proambiente:** Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Brasília: 2003, 45 slides.

COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. (p. 63-106) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

COSTA, Francisco de Assis. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-Especial no Estado do Pará. (p. 225-269). In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas, camponeses e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação das possibilidades do FNO-Especial. (p. 323-379) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

DAMIÃO, Ada Stella Bassi; SOARES, Marcelo Santos; CARNEIRO, Harley Dias. **O novo cidadão brasileiro.** (p. 26; 33; 99) Rio de Janeiro – RJ: Salamandra consultoria editorial, 1987, 120 p.

DEMO, Pedro. Participação e planejamento. (p. 129) In: Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA; Instituto de Planejamento - IPLAN. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas políticas públicas.** Brasília: IPEA/IPLAN, 4 v., 1990, 291 p.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1976. 176 p.

DIAS, Marcelo Miná (Org.). **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006. 74 p.

FALEIRO, Airton; GASPARIM, Inocência Renato. Prefácio. (p. 7-19) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. 3. ed., impressão 4, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? (Cap. 4; p. 41-57). In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antonio Carlos. Como delinear um levantamento? (Cap. 10; p. 111- 128). In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antonio Carlos. Como delinear um Estudo de Caso? (Cap. 12; p. 137-142). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOHN, Maria da Glória. Apresentação. (p. 7-9) In: GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004, 143 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. (p. 13-32) In: GOHN, Maria da Glória. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004, 143 p.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. (cap. VIII. p. 241-271). In: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.

GOMES, Marcos Affonso Ortiz; VILELA, Gisele Freitas. Uma dimensão subjetiva da participação: o aprendizado como motivação nos processos participativos da extensão pelos produtores. (p. 227- 244). In: BROSE, Markus. **Participação na Extensão Rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004, 256 p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Mapa de localização**. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/conhecaopara>. Acesso em: 26 jun. 2006.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. (p. 161-176; Parte III – Aspectos sociais e econômicos da fronteira agrícola: dinâmica dos assentamentos). In: LÊNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira 20 anos depois 2. ed. Belém: CEJUP: Museu Emílio Goeldi, 1992, 367 p. (Coleção Eduardo Galvão).

HERINGER, Rosana Rodrigues. Estratégias de descentralização e políticas públicas. (cap. VI; p. 75-82) In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Ealine Cavalcante (ed.). **Participação social e gestão pública**: as armadilhas da política de descentralização. Belo Horizonte: Segrae e editora, 2002. 147p.

HÉBETTE, Jean. A produção social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. (p. 205 – 231) In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs.). (Prefácio de: D'INCAO, Maria Conceição) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, 359 p.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliete Miranda; QUINTELA, Rosângela da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. (p. 175-231) In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs.). (Prefácio de: D'INCAO, Maria Conceição) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, 359 p.

HIRATA, Márcio Fontes. Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural (p. 15-17) In: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura alternativa. **Agriculturas, experiências em agroecologia: das práticas às políticas públicas**. 3 v., n. 1, abril de 2006, 42 p.

LOURENÇO, Marcus Santos. Políticas públicas e desenvolvimento. (p. 41-58) In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi. (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005, 196 p.

LUCAS, John Radolph. Participação. (Capítulo VII; p. 107 – 130) In: Democracia e Participação. (Trad. de Cairo Paranho Rocha), Brasília: Universitária de Brasília, 1985, 231 p.

MAIA, Cione; FILHO, Pedro Celestino; SALGADO, Iliana. Experiências de agricultores familiares em sistemas agroflorestais da Transamazônica, Estado do Pará. (p. 210 – 229) In: SIMÕES, Aquiles. (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Alves e editora, 2003, 326 p.

MATTOS, Luciano; HIRATA, Márcio; TURA, Letícia Rangel. **Documento de Macapá: seminário de apresentação da proposta do Proambiente**. Macapá, 2001. 40 p. (relatório, não publicado).

MATTOS, Luciano. **Verificação participativa de serviços ambientais**. (Congresso de Ecologia do Brasil) (s.d.), 6 p.

MATTOS, Luciano; PEREIRA, Cássio. Análise da viabilidade econômica do Proambiente na Amazônia, In: *Cadernos de Ciências & Tecnologia (CC&T)*. Brasília, Embrapa, 2003, 6 p.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Movimentos ambientalistas e desenvolvimento sustentável – DS. (capítulo I; p. 29-56) In: **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001, 306 p.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Os impactos dos projetos financiados pelo FNO-Especial nos sistemas de produção familiar no Estado do Pará. (p. 129-175) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis. (Orgs.). **Campeinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

NETO, José Ambrósio. Organização de interesses e reforma agrária. (Cap. III; p. 37-52) In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Ealine Cavalcante. (Ed.). **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrae e editora, 2002, 147 p.

NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. (p. 147-168) In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: ed. UFPR, 1998, 275 p.

OLIVEIRA, José Sebastião Romano de. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores na área de abrangência do programa Proambiente, Nordeste Paraense**. (p. 48; 69) 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Curso de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PALERMO, Frank; ARANTES, Paulo Tadeu Leite. Participação pública: cidadãos, participantes, líderes, seguidores e agentes. (Cap. I, p. 10-17). In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Ealine Cavalcante. (Ed.). **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrae e editora, 2002, 147 p.

PASSA, Giovana Savitri. **Uma abordagem para avaliar a consistência teórica de sistemas produtivos**. (p. 23) 2004. 188 f. Tese (Doutorado em engenharia de produção) – Curso de Pós-graduação de engenharia da produção. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em http://www.produção.ufrgs.br/arquivos/publicações/giovana_s_pasa.pdf. Acesso em: 25 de fev. de 2008.

PETERSEN, Paulo. A participação não participada: incorporando as abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das instituições. (Cap. 3; p. 82-84) In: PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (Orgs.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999, 144 p.

PETERSEN, Paulo. A paisagem e as abordagens participativas. (Cap. 3; p. 85-87) In: PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (Orgs.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999, 144 p.

PROPONENTES DO PROAMBIENTE. **PROAMBIENTE** (Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção familiar Rural). **Conservação ambiental e vida digna no campo**: proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal. Julho de 2003, 32 p.

RAMPAZZO, Sônia Elizete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BEKER, Diniz Fermiano. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade ou possibilidade? 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002, 241 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. (p. 29-58; 103 – 107). São Paulo: Atlas, 2. ed. 1989, 287 p.

RICCI, Rudá. Novos movimentos sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública. (Cap. VII; p. 96-135) In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Ealine Cavalcante. (Ed.). **Participação social e gestão pública**: as armadilhas da política de descentralização. Belo Horizonte: Segrae e Editora, 2002. 147p.

ROMANO, Jorge O.; ALMEIDA, Silvio Gomes de. Reflexões sobre as abordagens participativas para o desenvolvimento local: as metodologias participativas e o desenvolvimento local (Cap. 3; p. 77-81). In: PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (Orgs.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999, 144 p.

ROY, Gerard. A agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. (p. 293–327). In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs.). Prefácio de: D'INCAO, Maria Conceição. **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. 359 p.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla Giovana. Histórico e Método do Paet. (Cap. I; p. 23-35) In: SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla Giovana. (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003, 300 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**: idéias sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond. 2002, 95 p.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas públicas e participação no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 252 p.

SCHMITZ, Heribert. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. (p. 39-99) In: SIMÕES, Aquiles. *et al.* (Orgs.). **Agricultura Familiar: Métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento**. Belém: NEAF/CAPUFPA: GRET, 2001, 357 p.

SCHMITZ, Heribert. Assistência técnica para a agricultura familiar. (p. 61-87) In: SIMÕES, Aquiles. (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Alves e editora, 2003, 326 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo – SP.: Edição Loyola, 1993, 141 p. (Coleção Estudos Brasileiros).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, 95 p.

SÉGUIN, Elida. Princípios da participação: um enfoque de direito ambiental. (Cap. II; p. 18-36) In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Ealine Cavalcante. (Ed.). **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: Segrae e Editora, 2002, 147 p.

SILVA, Marcos Antonio Leite da. (GRUPO DE TRABALHO) **Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA): proposta de diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação por serviços ambientais**. (Portaria MMA nº. 180 de 18/06/2006, agenda de consolidação dos pólos pioneiros do Proambiente) Brasília-DF, 2006, [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ibergue@yahoo.com.br> em 15 de janeiro de 2007. (relatório, não pag., não publicado).

SILVA, Marcos Antonio Leite da. (GRUPO DE TRABALHO) **Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA): proposta de diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação por serviços ambientais**. (Portaria MMA nº. 180 de 18/06/2006) Brasília-DF., 2006, [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ibergue@yahoo.com.br> em 15 de janeiro de 2007. (relatório, não pag., não publicado).

SILVA, Marcos Antonio Leite da. (Memória das reuniões com convidados especiais) **Reunião especial I**. (MDA 18/10/2006, sala SCA) Brasília-DF., 2006, [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ibergue@yahoo.com.br> em 15 de janeiro de 2007. (relatório, não pag., não publicado).

SILVA, Marcos Antonio Leite da. **Memória da II reunião do conselho nacional do proambiente**. Brasília-DF., 2006, [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ibergue@yahoo.com.br> em 17 de janeiro de 2007. (relatório, não pag., não publicado).

SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sergio. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e serviços municipais no Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000). In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas públicas e participação no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 252 p.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Orgs.). **Políticas públicas e participação no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 252 p.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. (p. 11-40) In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi. (Orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, 196 p.

SIMÕES, Aquiles; SABLAYROLLES, Philippe. Caracterização da Transamazônica. (Cap. 2; p. 37-64) In: SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla Giovana. (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003, 300 p.

SOUZA, Ana Paula dos Santos. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes**. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Estudos Integrados de Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará.

STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Para além da informação: Dilemas e desafios da participação**. 2006. 217f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

TORO, A. José Bernado; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Chabel, 1997, 104p.

TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis. Apresentação. (p. 21-27) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis. (Orgs.). **Campepinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

TURA, Letícia Rangel. Nota introdutória sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento e sua configuração na Região Norte. (p. 29-46). In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campepinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

TURA, Letícia Rangel. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. (p. 271-322) In: TURA, Letícia Rangel; COSTA, Francisco de Assis. (Orgs.). **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, 382 p.

TURA, Letícia Rangel; MATTOS, Luciano. Financiamento da Transição para a Agroecologia: a proposta do Proambiente. (p. 118-128). In: **anais do Encontro Nacional de Agroecologia**. ENA, Rio de Janeiro, 2002.

UHL, Christopher; ALMEIDA, Oriana. Introdução. (p. 3-6) In: Almeida, Oriana Trindade de. (Org.). **A evolução da fronteira amazônica**: oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Belém, IMAZON, 1996, 139 p.

VEIGA, Iran. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. (p. 125 – 146). In: SIMÕES, Aquiles. (Org.). **Coleta Amazônica**: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves e editora, 2003, 326 p.

WILKE, Maurício. (Org.). **Projeto roça sem queimar**. Uma nova visão de manejo agroflorestral: experiência desenvolvida por 150 agricultores da região da Transamazônica e do Rio Xingu, no Pará. CEX/SCA, Brasília, 2004, 62 p.

WEID, Jean Marc Von der. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. (p. 4-6) In: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura alternativa. **Agriculturas, experiências em agroecologia**: das práticas às políticas públicas. 3 v., n. 1, 2006, 42 p.

ANEXO

APÊNDICE – A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PROAMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE

Nome, Travessão / grupo comunitário, Município, data, número da entrevista.

Introdução da entrevista

Breve contextualização histórica referente a trajetória da família na localidade e unidade de produção.

TEMA 1 – Estudar a percepção geral dos agricultores em relação ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE)

1- Porque participam do Proambiente?

2- O que entendem sobre o Proambiente?

3- Qual o objetivo do Proambiente?

- Em que o Proambiente se diferencia de outros programas dirigidos aos agricultores familiares (ex. FNO, Pronaf)

4- O que entendem por conservação ambiental?

- O que entendem por serviços ambientais?

5- Quais as facilidades e dificuldades quanto ao não uso da queima?

6- Quais as perspectivas em relação ao Proambiente?

7- Existem mais vantagens ou desvantagens em participar do Proambiente?

TEMA 2- Estudar a participação exercida pelos agricultores da base no processo de elaboração da proposta do Proambiente, neste contexto, compreender em quais momentos participaram e de que forma se deu esta participação. Por outro lado, identificar o grau de informação e conhecimento dos agricultores com relação ao programa.

- 1- Como tomaram conhecimento do Proambiente?
- 2- Quando tomaram conhecimento do Proambiente?
- 3- De quem partiu a proposição do Proambiente?
- 4- A partir de quais razões surgiu a idéia do Proambiente?
- 5- Percebem que os próprios pontos de vistas foram considerados na elaboração e incluídos no programa?
- 6- Quando a proposta do programa começou a ser discutida?
- 7- Tiveram participação em algum momento de elaboração do Proambiente?
(como? quando? onde? quem? evento? Objetivo do evento? resultados?)

TEMA 3- Estuda a participação dos agricultores no processo de implementação do Proambiente no pólo.

- 1- Quando o programa começou a ser implantado aqui? (travessão / grupo comunitário)
- 2- Quais atividades / eventos foram realizados para implementar o programa aqui? (travessão / grupo comunitário)
- 3- Em quais atividades participaram?
 - 4- Como foi definida a área do pólo?
 - 2- Como foi definido o grupo comunitário?
 - 3- Como foram definidas as famílias para participarem do Proambiente?
 - 4- Como foi definido o agente comunitário?
- 5- Quais atividades do Proambiente foram realizadas no lote até agora?
- 6- Nas atividades do Proambiente realizadas no lote, as opiniões e objetivos da família foram considerados?
- 7- Quais alterações são percebidas na atividade produtiva a partir do início das atividades do programa no lote?
- 8- Quais vantagens e desvantagens podem ser apontadas no trabalho realizado pelos técnicos e o agente comunitário?
- 9- Comentários espontâneos em relação ao Proambiente.

APÊNDICE – B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

AGRICULTORES DESISTENTES DO PROAMBIENTE**IDENTIFICAÇÃO DA FONTE**

Nome, Travessão / grupo comunitário, Município, data, número da entrevista.

Introdução da entrevista

Breve contextualização histórica referente a trajetória da família na localidade e no estabelecimento agrícola.

TEMA 1 – Estudar a percepção geral dos agricultores em relação ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE).

1- Porque aderiram ao Proambiente?

2- Porque desistiram do Proambiente?

3- O que entendem sobre o Proambiente?

4- Qual o objetivo do Proambiente?

- Em que o Proambiente se diferencia de outros programas dirigidos aos agricultores familiares? (ex. FNO, Pronaf)

5- O que entendem por conservação ambiental?

- O que entendem por serviços ambientais?

6- Quais as facilidades e dificuldades quanto ao não uso da queima?

7- Quais as perspectivas em relação ao Proambiente?

TEMA 2- Estudar a participação exercida pelos agricultores da base no processo de elaboração da proposta do Proambiente, neste contexto, compreender em quais momentos participaram e de que forma se deu esta participação. Por outro lado, identificar o grau de informação e conhecimento dos agricultores com relação ao programa.

- 1- Como tomaram conhecimento do Proambiente?
- 2- Quando tomaram conhecimento do Proambiente?
- 3- De quem partiu a proposição do Proambiente?
- 4- A partir de quais razões surgiu a idéia do Proambiente?
- 5- Percebem que os próprios pontos de vistas foram incluídos no programa?
- 6- Quando a proposta do programa começou a ser discutida?
- 7- Tiveram participação em algum momento de elaboração do Proambiente?
(como? quando? onde? quem? evento? Objetivo do evento? resultados?)

TEMA 3- Estuda a participação dos agricultores no processo de implementação do Proambiente no pólo.

- 1- Quando o programa começou a ser implantado aqui? (travessão / grupo comunitário)
- 2- Quais atividades / eventos foram realizados para implementar o programa aqui? (travessão / grupo comunitário)
- 3- Em quais atividades participaram?
 - 4- Como foi definida a área do pólo?
 - 2- Como foi definido o grupo comunitário?
 - 3- Como foram definidas as famílias para participarem do Proambiente?
 - 4- Como foi definido o agente comunitário?
- 5- Quais atividades do Proambiente foram realizadas no lote até a desistência?
- 6- Nas atividades do Proambiente realizadas no lote, as opiniões e objetivos da família foram considerados?
- 7- Quais alterações são percebidas na dinâmica geral do lote a partir do início das atividades do Proambiente no lote?
- 9- Quais vantagens e desvantagens podem ser apontadas no trabalho realizado pelos técnicos e o agente comunitário?
- 10- Comentários espontâneos em relação ao Proambiente.

APÊNDICE – C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

AGRICULTORES NÃO PARTICIPANTES DO PROAMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE

Introdução da entrevista

Breve contextualização histórica referente a trajetória da família na localidade e no estabelecimento agrícola.

TEMA 1 – Estudar a percepção geral dos agricultores em relação ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE).

1- O que entendem sobre o Proambiente?

2- Qual o objetivo do Proambiente?

- Em que o Proambiente se diferencia de outros programas dirigidos aos agricultores familiares? (ex. FNO, Pronaf)

3- O que entendem por conservação ambiental?

- O que entendem por serviços ambientais?

4- Quais as facilidades e dificuldades quanto ao não uso da queima?

5- Quais as perspectivas em relação ao Proambiente?

6- Porque não participam do Proambiente?

TEMA 2- Estudar a participação exercida pelos agricultores da base no processo de elaboração da proposta do Proambiente, neste contexto, compreender em quais momentos participaram e de que forma se deu esta participação. Por outro lado, identificar o grau de informação e conhecimento dos agricultores com relação ao programa.

- 1- Como tomaram conhecimento do Proambiente?
- 2- Quando tomaram conhecimento do Proambiente?
- 3- De quem partiu a proposição do Proambiente?
- 4- A partir de quais razões surgiu a idéia do Proambiente?
- 5- Percebem que os próprios pontos de vistas foram incluídos no programa?
- 10- Comentários espontâneos em relação ao Proambiente.

APÊNDICE – D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA
AMAZÔNIA ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS**LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS REPRESENTATIVAS DOS
AGRICULTORES FAMILIARES****IDENTIFICAÇÃO DA FONTE**

Nome, município, data, número da entrevista.

Introdução da entrevista

Breve contextualização histórica referente a trajetória no movimento sindical dos trabalhadores rurais.

TEMA 1 – Construir um histórico cronológico do processo de construção da proposta do Proambiente a partir, do conhecimento e envolvimento das lideranças locais do movimento sindical dos trabalhadores rurais, considerando os eventos realizados com os respectivos objetivos e resultados, quais os participantes, o local e quando ocorreu.

TEMA 2- Construir um histórico cronológico do processo de implementação do Proambiente no pólo Transamazônica a partir, do conhecimento e envolvimento das lideranças locais do movimento sindical dos trabalhadores rurais, considerando os eventos realizados com os respectivos objetivos e resultados, quais os participantes, o local e quando ocorreu.

- 1- Como foi definida a área geográfica do pólo?
- 2- Como foi definido o grupo comunitário?
- 3- Como foram definidas as famílias para participarem do Proambiente?
- 5- Como foi definido o agente comunitário?

7- Quais alterações são percebidas entre as famílias que participam do Proambiente a partir do início das atividades do programa no lote?

9- Comentários espontâneos em relação ao Proambiente.

TEMA 3- Estudar a percepção das lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais em relação ao Proambiente.

1- O que entendem sobre o Proambiente?

2- Qual o objetivo do Proambiente?

- Em que o Proambiente se diferencia de outros programas dirigidos aos agricultores familiares (ex. FNO, Pronaf)

3- O que entendem por conservação ambiental?

- O que entendem por serviços ambientais?

4- Quais as facilidades e dificuldades quanto ao não uso da queima?

5- Quais as perspectivas em relação ao Proambiente?